

LUÍS PALMA

AMEIXIAL

Loulé

Monografia breve de uma freguesia na Serra do Caldeirão

Junta de Freguesia do Ameixial e Câmara Municipal de Loulé

Versão online revista em 2021

Ficha Técnica:

Título: Ameixial Loulé – Monografia Breve de uma Freguesia na Serra do Caldeirão

Autor: Luís Palma

Editora: Junta de Freguesia do Ameixial e Câmara Municipal de Loulé

Depósito Legal: xxxxxx

Impressão: Gráfica Comercial

Ameixial, 2020

O autor

Luís António Fernandes da Palma é natural do Ameixial, onde nasceu em 1954, e onde ainda mantém bens de família. Reside em Loulé.

Fez o Ensino Primário (4ª classe) na Escola Primária do Ameixial (1960-64).

Frequentou o Ensino Secundário nos Seminários de Faro (1964-69) e Almada. Concluiu com os exames nacionais do Curso Complementar dos Liceus no Liceu Nacional D. João de Castro – Lisboa, em julho de 1971.

Frequentou o curso de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa como estudante-trabalhador, entre 1972 e 1978. Nele concluiu o Bacharelato (3º ano) em 1975, e a Licenciatura (5º ano) em 1978.

Foi professor de História do Ensino Secundário, tendo lecionado na Escola Preparatória de Almodôvar (1976-77); Escola Secundária de Tavira (1980-82) e Escola Secundária de Loulé (1977-80 e 1982 até 2020). Nesta última escola, além do trabalho letivo, desempenhou diversos cargos, tais como Presidente do Conselho de Escola, Vice-Presidente do Conselho Diretivo, Vogal e Adjunto do Diretor Executivo, Presidente do Conselho Pedagógico, Coordenador de Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Delegado de Grupo, Coordenador dos Cursos Noturnos, Coordenador do Centro Novas Oportunidades (2008-2012), e Coordenador do Centro Qualifica (2017-2020).

Está aposentado da Função Pública desde 1 de março de 2020.

Foi membro durante alguns anos dos seguintes órgãos municipais:

- Comissão Municipal de Defesa do Património (anos 1980, na presidência da CML do Dr. José Mendes Bota);
- Comissão Municipal de Condecorações (anos 1980, na presidência da CML do sr. José Guerreiro Cavaco);
- Conselho Municipal de Educação (anos 2014-18, na presidência da CML do Dr. Vítor Aleixo), em representação dos professores do Ensino Secundário público.

Sócio fundador e atual Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Almagem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve.

Notas prévias:

- O presente trabalho está escrito segundo o novo acordo ortográfico.
- Os direitos das fotos estão referidos nas mesmas. As do Autor são indicadas com FA (Foto do Autor).
- Este trabalho foi escrito durante a grande pandemia COVID 19, que assolou o nosso país a partir de março de 2020.
- Fica disponível um endereço eletrónico para quem quiser apresentar quaisquer comentários ou informações/correções pertinentes e fundamentadas – *ameixial2020@gmail.com*

Introdução

Propus-me fazer este trabalho, coligindo uma pequena memória descritiva em homenagem à freguesia que me viu nascer e crescer, e às suas gentes, que me conhecem desde sempre, e que muito admiro.

Em simultâneo, e porque não conheço qualquer outro trabalho monográfico deste território, penso que será importante passar estas informações e ideias a escrito, como recordação para os mais antigos, e memória futura para as gerações mais novas e futuras.

Fi-lo de uma forma inteiramente graciosa, sem outra recompensa que não o imenso prazer que me deu pesquisar e escrever sobre a minha terra natal.

Tenho a consciência de que não abrange todas as vertentes do tema em análise, e nem o faço de uma forma profunda, exaustiva e completa, mas penso que o que fica exposto abrange o essencial, e servirá minimamente os propósitos enunciados.

Tive o privilégio de conhecer pessoalmente e vivenciar muito daquilo que aqui está escrito. Nasci em meados do século passado na aldeia do Ameixial, e aqui vivi em permanência até aos dez anos de idade, quando completei o ensino primário. Nessa idade saí da freguesia para ir estudar, mas regressava todas as férias, o que aconteceu mesmo quando já estava casado, e a viver em Loulé, desde 1976, porque aqui estavam a minha família e as minhas raízes, e aqui mantive residência familiar. Assim tive oportunidade de acompanhar as grandes transformações socioeconómicas que a freguesia, o Algarve e Portugal conheceram ao longo da segunda metade do séc. XX. Posso fazer, portanto, uma análise a partir de dentro, do conhecimento direto que tenho do tema por uma vivência pessoal, e esse é um fator que me ajudou sobremaneira na tarefa.

De tudo o que vi e ouvi, das consultas que fiz, e do que refleti, e deixo escrito, fica-me uma sensação de que hoje se vive melhor no Ameixial do que há cinquenta ou sessenta anos, é possível ter todos os confortos da civilização material atual, mas em simultâneo, e o leitor concluirá pelos seus próprios meios, também se pode constatar que muitas coisas já desapareceram, que estiveram melhor nesse tempo do que hoje, e não foi só nas tradições e

costumes. Na demografia, na economia, nos transportes públicos, na educação escolar, muito se perdeu ou transformou, e nem sempre para melhor. Mas isso, creio que é comum as todas as pequenas localidades do interior do país, que foram vítimas de um desigual desenvolvimento ao longo das últimas décadas, e viram profundamente alterados os números da sua população.

Veremos se o futuro, que às vezes encontra caminhos e perspectivas insondáveis, não poderá trazer alguma benesse à nossa freguesia, que se possa traduzir no futuro num maior dinamismo e prosperidade para a nossa terra e as suas gentes.

Agradecimentos

Deixo um agradecimento pessoal à Junta de Freguesia do Ameixial, na pessoa do seu atual presidente, José Fernando Carrusca, e à Câmara Municipal de Loulé, nas pessoas dos seus presidente e vereador, respetivamente Dr. Vítor Aleixo e Abílio Sousa, por terem patrocinado a publicação e distribuição deste trabalho. Agradecimento extensível às Dr^{as} Dália Paulo, Ana Rosa Sousa e Luísa Martins, também da CML, pelo apoio prestado.

Queria também agradecer às pessoas citadas – António Cavaco Mestre, Custódio Pires, Hélder Sinfrónio, José Mateus Palma, Julieta Santos Miguéis, Maria Mestra Guerreiro e Raúl Luís - que me serviram de fontes de informação oral, pelos seus conhecimentos e vivências.

Igualmente agradeço a gentileza da cedência de documentos a D. Maria Mestra Guerreiro (foto e letra de hino), Dr.^a Maria José Teixeira (foto), Museu Municipal de Loulé / Hélio Ramos (fotos), e a Miguel Rodrigues (letra do hino).

I - Heráldica



Fig. 1 – Brasão de armas da freguesia do Ameixial



Fig. 2 – Bandeira para hastear (2x3)



Fig. 3 - Estandarte (1x1)

Fonte:

<https://www.heraldry->

[wiki.com/arms/websites/Portugal/www.fisicohomepage.hpg.ig.com.br/le-ameixial.htm](https://www.heraldry-wiki.com/arms/websites/Portugal/www.fisicohomepage.hpg.ig.com.br/le-ameixial.htm)[19-09-2020]

De acordo com a Lei nº 53/91, de 7 de agosto, as autarquias locais têm o direito de ostentar publicamente os seus símbolos heráldicos (brasão de armas, bandeira e selo).

A ordenação heráldica do brasão e bandeira da freguesia do Ameixial foi publicada no Diário da República nº 250 - III Série, de 26-10-1999, e ficou assim definida:

Armas – *Escudo de ouro, sobreiro arrancado, de sua cor, encimando uma ponte de três arcos de vermelho, firmada nos flancos e movente de um pé ondado de azul e prata de três tiras; nos cantões do chefe, duas buzinas de negro, com bocais, virola e cordões de vermelho, postas em cortesia. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco com a legenda a negro, em maiúsculas: AMEIXIAL – LOULÉ.* (Fig. 1)

Para uma melhor interpretação, podemos contextualizar estes símbolos:

- A coroa murada com três torres é específica das freguesias que não são vilas nem cidades;
- No escudo, de base arredondada, estão representados:
 - *Um sobreiro* arrancado do chão, na sua cor natural e descortçado, árvore autóctone do bosque mediterrânico e da Serra do Caldeirão, valorizando a importância da cortiça para a economia local;
 - *As duas buzinas* (cornetas ou trompas) *de caça* destacam o valor local da atividade cinegética;
 - *A ponte* sobre as águas de um rio, identifica-se com a ponte do Vascão, símbolo da ligação entre o Algarve e o Alentejo/Portugal, da qual, em teoria, só a metade sul pertence à freguesia do Ameixial.

A **bandeira** para hastear (Fig. 2) – retangular na proporção de 2 para 3; e o **estandarte** (Fig. 3) – quadrado, *são em fundo verde com o brasão ao centro, cordões e borlas de ouro e verde. Haste e lança de ouro.*

II - Geografia

O Ameixial é uma das atuais nove freguesias do concelho de Loulé, depois da reforma administrativa das freguesias do país de 2013, em que Benafim, Tor (as mais recentes) e Querença, que eram



Fig. 4 - Mapa do concelho de Loulé, assinalando as freguesias anteriores à reforma administrativa de 2013

Fonte: <https://www.barlavento.pt/wp-content/uploads/2017/02/Mapa-do-Algarve.jpg> [19-09-2020] (adaptado)

até àquela data freguesias autónomas, passaram a formar uma *união de freguesias* assinaladas a tracejado no mapa da Fig. 4.

O espaço da freguesia do Ameixial situa-se no extremo nor-nordeste do concelho de Loulé, confinando a norte e oeste com o concelho de Almodôvar, já no Alentejo (freguesias de S. Barnabé e de Santa Cruz); a leste com os concelhos de Alcoutim (freguesia de Martim Longo) e Tavira (freguesia de Cachopo); e a sul e sudoeste com a freguesia de Salir, do mesmo concelho de Loulé. No seu extremo nordeste fica ainda a pouco mais de 2 km dos limites do concelho de Mértola (freguesia de S. Pedro de Sólis, agora também em união com S. Miguel do Pinheiro e S. Sebastião dos Carros).

É também a freguesia mais distante da sede do concelho (40 Km da sede de freguesia ao centro da sede de concelho), distância esta que se concretiza tradicionalmente por estradas de montanha (EN 2 / EN 124 / EN 396), e que se traduz por um longo tempo de percurso (no mínimo, 45 minutos de automóvel, a velocidade média), e para a qual, antes da era automóvel, eram necessárias 8-10 horas para a percorrer, a pé ou em dorso ou carroça de animais. Desde há alguns anos, foi melhorada uma outra estrada (EM 503 por Vermelhos – Salir – Loulé) que reduz alguma distância e tempo de viagem para as populações da zona poente da freguesia.

Por curiosidade, se estivéssemos numa região plana, sem esta estrada de curvas e contracurvas, a distância poderia ser muito mais reduzida. Em linha reta, traçada em carta, entre Loulé e a aldeia do Ameixial, medem-se cerca de 25 Km.

Esta longa distância, ao longo da história, ainda fez levantar a hipótese da mudança administrativa desta freguesia para o concelho de Almodôvar, ou para o de S. Brás de Alportel, quando no início do

século passado, se criou este último concelho¹. Mas os ganhos em distância não eram significativos (Ameixial-Almodôvar = 24 Km; Ameixial – S. Brás = 34 Km), sendo que, no caso de Almodôvar, ia mudar-se de distrito e província, e alterar a histórica delimitação do Algarve; e, no caso de S. Brás, também não havia um ganho substancial para o fazer, pelo que se manteve sempre no concelho de Loulé, desde as suas origens (embora com pertença parcial aos concelhos de Alcoutim e até de Faro, nos séculos XVIII e XIX, como descreverei mais à frente).

A freguesia tem uma área geográfica de 123,85 Km², maior do que muitos concelhos do país, e é a segunda maior em território do concelho de Loulé (depois de Salir), mas a dimensão física não corresponde à sua população, pois atualmente regista uma densidade populacional extremamente baixa, na casa dos 3 habitantes/Km², o que a faz ser classificada como uma Área de Baixa Densidade (nos termos da Portaria nº 1467-A/2001).

É um território enquadrado na zona serrana do concelho, marcado pelo relevo de média montanha da Serra do Caldeirão, a qual se estende ainda praticamente pelos territórios de todas as freguesias limítrofes acima referidas, numa paisagem formada por uma imensidão de montes de cabeça arredondado (*cerros*) com encostas bastante declivosas, separados por vales apertados (*corgos* ou *córregos*), em forma de V.

Em termos geológicos, a Serra do Caldeirão forma o limite sul do chamado Maciço Antigo (também designado por Maciço Hespérico ou Ibérico), que compõe a maior parte do território português. É caracterizado por ser relativamente pobre em recursos hídricos subterrâneos, e em que as rochas dominantes são xistos e grauvaques, afetados por um metamorfismo de baixo grau, com pontuais afloramentos de quartzo, em estreitas linhas, no intervalo do xisto.

¹ Cf. Louro, M.F. Estanco – Ob. Citada “O Livro de Alportel” – 1929 e 1986

A camada de solo arável é delgada, pobre e pedregosa, especialmente nos cabeços e encostas, com exceção dos vales, onde, pelo efeito da erosão das encostas, é mais profunda, fértil e passível de irrigação.

A cobertura vegetal natural deste espaço caracteriza-se pelo bosque tradicional de tipo mediterrânico, com o sobreiro (*quercus suber*), a azinheira (*quercus ilex - rotundifolia*), o pinheiro manso (*pinus pineo*), o pinheiro bravo (*pinus pinaster*), e a medronheira (*arbutus unedo*), e uma grande variedade de arbustos densos como a esteva (*cistus ladanifer*), de longe a mais presente, o sargaço (*cistus monspeliensis*), a urze (*calluna vulgaris*), o tojo (*ulex europaeus*) e a giesta (*cytiscus striatus*, não autóctone desta serra), que nascem espontaneamente nos terrenos deixados ao abandono.

Este conjunto natural do relevo e do coberto vegetal constrói paisagens de grande beleza, especialmente na primavera, com os campos floridos com múltiplas cores, em que prevalecem as papoilas brancas das estevas. No entanto, para ser apreciada pelos amantes da natureza, a serra deve ser percorrida pelos caminhos ou trilhos existentes, já que, em muitos casos, a vegetação torna-se quase impenetrável e, na fase de verão/outono, as estevas produzem uma oleosidade muito aromática, nem sempre apreciada, que se cola à roupa e à pele de quem lhes toca.

A freguesia tem o seu ponto mais elevado próximo da localidade dos Cavalos, no cerro dos Pelados², com 589 m de altitude, e a altitude média da freguesia deverá andar pelos 400 m. Na aldeia, junto à igreja, a altitude é de 420 m, e no cerro dos moinhos, a poente, é de cerca de 450 m, de onde, em dias limpos, se tem uma vista espetacular sobre grande parte da região do Baixo Alentejo, até Beja; a zona mais baixa de toda a freguesia será junto ao Vascão, no canto

² Coordenadas geográficas: 37º 18' 35.438'' N – 7º 57' 42.0897'' O

nordeste, com cerca de 220 m. Diversos pontos mais elevados estão dotados de vértices geodésicos do sistema oficial nacional.



Fig. 5 – Paisagem de serra na freguesia do Ameixial (FA)

Tem um clima mais próximo das condições do Alentejo do que do Algarve litoral: de tipo continental, com maior amplitude térmica (mais calor de verão e mais frio de inverno) do que o restante Algarve, que tem um clima mais ameno, de tipo mediterrânico. São muito frequentes as geadas, com temperaturas próximas dos 0 graus centígrados, no inverno, e os dias extremamente quentes, acima dos 35 graus, no verão. Já as estações intermédias - primavera e outono - são mais suaves, e aquelas em que se pode, sem dificuldades acrescidas, desenvolver atividades ao ar livre.

O relevo e o clima têm efeitos na exploração agrícola, na forma de trabalhar e de produzir no meio rural, pelo que as populações se adaptaram ao longo dos séculos às suas características, não só nas espécies vegetais e animais criados, mas também nas técnicas e tempos de trabalho. Dava-se muita importância à meteorologia,

porque dela dependia um bom ou um mau ano agrícola. Para a cultura dos cereais, por exemplo, havia um provérbio que definia as condições para uma boa colheita:

*“Natal na praça (dia de sol, para estar na rua)
Páscoa ao fogo (dia frio/chuvoso, para estar à lareira)
Abril chuvoso (ou “abril águas mil”) e
Maio ventoso,
Fazem o ano formoso”.*

A influência do Alentejo faz-se sentir também na própria gastronomia e na generalidade dos costumes tradicionais, embora as condições de vida e os meios de comunicação atuais façam esbater cada vez mais essa ligação, não só aqui, como em geral em todo o país, uniformizando os costumes e modos de vida das populações.

Todo o espaço da freguesia se insere na bacia hidrográfica do Rio Guadiana, isto é, todas as escorrências vão para linhas de água que, no final, vão para o chamado *Grande Rio do Sul*, com quatro ribeiras de média dimensão a atravessá-lo. Três delas nascem na zona central mais elevada da serra (Cavalos / Vale da Rosa / Cumeada) – duas na vertente nascente, e uma na vertente poente; e a quarta, com uma origem e um percurso diferentes, numa outra zona elevada mais a Oeste (Malhão), mas todas direta ou indiretamente seguem para aquele rio. Não têm uma nascente no sentido de se poder ver uma quantidade de água a brotar de um só local, mas, pelo relevo envolvente, podemos identificar um sítio, a partir do qual se vão formando progressivamente, com as águas que escorrem das encostas laterais, e que vão engrossando a sua corrente ao longo do percurso, ao receber cursos de água mais pequenos.

São, portanto, cursos de água com um caudal irregular, refletindo a pluviosidade de cada período, com águas correntes geralmente no outono, inverno e primavera (e algumas vezes com cheias assinaláveis, quando vem alguma chuvada mais intensa), mas secas nos meses de junho a outubro, durante os quais mantém apenas

algumas zonas de águas paradas e desligadas entre si (os *pegos*), de dimensão e profundidade variáveis.

Por correrem em espaço de montanha, serpenteiam pelos vales, muitas vezes contornando os montes que os ladeiam, desenhando caprichosas curvas e contracurvas em que parecem querer voltar para trás, ou voltar a tocar num troço anterior, aumentando assim a sua extensão, para encontrar o seu caminho natural descendente.

Estamos a referir-nos, então, às seguintes ribeiras, (no sentido dos ponteiros do relógio):

- A ribeira do **Vascanito**, que nasce na zona do Malhão, bem a oeste desta freguesia, na freguesia de Salir, e que, correndo para leste, desde montante do Sítio das Éguas, passa entre as povoações da Corte Pinheiro e do Cerro dos Vermelhos, e faz a sua confluência com a ribeira do Vascão, a poente do Azinhal dos Mouros (junto ao Pego das Mestras). Durante a maior parte da sua extensão determina a fronteira entre o Algarve e o Alentejo, e os concelhos de Almodôvar e de Loulé, primeiro entre as freguesias de S. Barnabé e Salir, depois entre S. Barnabé e Ameixial (poucos quilómetros), e finalmente entre Santa Cruz e Ameixial (também poucos quilómetros). Tem uma extensão total de cerca de 20 Km, dos quais 7 limitando a freguesia.

- A ribeira do **Vascão** (Fig. 6), que também pode ser designada por rio Vascão, dada a sua maior dimensão, em largura de leito e extensão de percurso, é a maior delas. Nasce a noroeste da povoação da Cumeada (freguesia de Salir), e próximo da Estrada Nacional 2 (EN 2), e segue para norte, até receber a do Vascanito como afluente, e daí passa a ser ela que delimita a fronteira Alentejo (norte) / Algarve (sul), num longo percurso globalmente para leste, até à sua foz no Rio Guadiana, a norte de Alcoutim. Na freguesia passa relativamente próxima e a poente das povoações da Portela, Ximeno, Medronheira, Azinhal dos Mouros e Tavilhão, e a norte das povoações de Mosteiro, Reveses, Matosa e Lourencinho.

Tem uma extensão total de cerca de 105 Km, correndo no interior da freguesia durante 6 deles, e limitando-a a norte com o Alentejo durante mais 25, e é considerado o maior curso de água nacional ainda em estado natural, porque não tem nenhum equipamento pesado que represe as suas águas.



Figura 6 – Ribeira do Vascão (FA)

A ribeira e a sua envolvente, pela sua importância ecológica, estão classificadas como sítio *Ramsar*³, traduzindo a sua relevância internacional como zona húmida. Pena que o Aterro Sanitário do Sotavento, que acolhe detritos de vários concelhos do Algarve, esteja situado próximo da sua nascente e possa verter alguns elementos poluentes para a sua bacia hidrográfica.

³ *Sítio Ramsar* é uma zona húmida classificada como local de grande importância ecológica ao abrigo da Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional – 1971 – UNESCO

É cruzada pela EN 2 através da ponte do Vascão, cerca de 5 Km a norte da sede de freguesia, naquela que é uma das principais entradas/saídas da freguesia, na ligação ao Alentejo.

Acerca da parte inicial destas duas ribeiras já apresentadas, parece ter havido uma certa confusão geográfica, e as fontes históricas que vamos citar mais à frente assim o referem, que é a de ter-se considerado que a ribeira do Vascanito seria a parte inicial da ribeira do Vascão. Depois passou a admitir-se que esta tinha origem em dois braços que se juntavam. Mas hoje, na cartografia existente, confirma-se a descrição que é apresentada neste trabalho (e que até se pode confirmar visualmente, no local de confluência, pela diferença de largura dos dois leitos de ribeira, que justifica considerar-se o Vascanito como afluente do Vascão, que vem do sul.

- A ribeira do **Vascãozinho** (localmente designada por **Vascancilho**) é a única que corre inteiramente, desde a nascente até à sua foz, em território da freguesia. Nasce na zona a norte da povoação dos Cavalos e segue para nordeste durante cerca de 15 Km, passando entre o Ameixial e a Corte de Ouro, Herdade da Palmeira e Reveses, até desaguar na ribeira do Vascão, cerca de 2 Km mais a norte daquela última povoação, perto do antigo monte da Pereirinha.

- A ribeira da **Corte** também tem uma dimensão considerável, em extensão e largura de leito. Tem o seu nome a partir da povoação da Corte João Marques, por onde passa muito próximo. Nasce na mesma zona da anterior, com duas linhas de água que lhe dão origem, uma um pouco a sul da povoação dos Cavalos, e outra ainda mais a sul, entre as povoações do Vale da Rosa e da Figueirinha. Corre globalmente para nordeste, passando ao largo dos Parelinhos (ou Parolinhos), da Corte de Ouro, e do Vale das Hortas, e bordejando a nascente a Corte João Marques, fazendo um percurso na freguesia de cerca de 24 Km, seguindo depois para o concelho de Alcoutim, onde faz mais 8 Km, até juntar-se à ribeira da Foupana, a seguir à povoação

das Mestras – Martim Longo. No total, perfaz cerca de 32 Km de percurso.

Depois destas ribeiras podemos apontar ainda as linhas de água (localmente designados por *barrancos*) que se formam na maioria em vales apertados, escavadas naturalmente no solo (daí a designação local), algumas com extensão considerável, formadas pela escorrência das encostas, com a mesma tipologia das ribeiras, mas com menor dimensão. Como vimos, estas linhas de água afluem às ribeiras e formam-nas, e localmente também dão origem a infiltrações que alimentam as nascentes dos poços que irrigavam as pequenas hortas tradicionais que abasteciam a população. Citamos alguns *barrancos* ou ribeiros: Barranco da Seiceira, B. da Lontra, B. da Mulher, B. do Seixinal, B. da Balsinha, B. do Valongo, B. do Vale da Moita, B. da Medronheira, etc.

Não há na freguesia lagos, lagoas e zonas pantanosas, a não ser nas situações efémeras das grandes chuvadas que provocam a inundaçãõ das áreas periféricas do leito de cheia das ribeiras, onde os vales são mais largos.

Há algumas pequenas barragens ou charcas de natureza privada que, devido à morfologia do terreno, são relativamente fáceis e económicas de construir, bastando encontrar uma bacia natural com uma linha de água no fundo e fazer uma curta represa na sua saída. A maior das existentes foi construída na herdade do Tasnal.

III - Evolução demográfica

Este campo é um dos que temos mais informação quantitativa e aquele onde podemos ir mais atrás, em termos históricos, com dados relativamente sólidos sobre a evolução da população da freguesia. Conseguimos formalizar uma noção quantitativa sobre a população que viveu e vive no seu território ao longo dos últimos quase trezentos anos (1732 – 2011), a partir de elementos recolhidos de J. B. Silva Lopes, na sua obra citada *“Corografia ou Memória Económica Estatística e Topográfica do Reino do Algarve”*, por sua vez baseada nas fontes da época, como sejam os *“Róis de Confessados”* das paróquias e o levantamento mandado fazer pelo bispo D. Francisco Gomes do Avelar de 1802; e a partir de 1864, nos dados do *Instituto Nacional de Estatística (INE) - Recenseamentos Gerais da População*.

Como podemos ver pelo gráfico que elaborámos a partir desses dados (Gráfico 1 – Pág. 22), em que os do INE são por natureza mais precisos e rigorosos, enquanto os primeiros partem de análises indiretas, temos uma evolução que denota três fases muito bem demarcadas:

- 1ª – De 1732 a 1836 – é um período de relativa estagnação, em que os valores se mantêm no mesmo nível, entre 700 e 738 habitantes no total da freguesia;
- 2ª – de 1837 a 1950 – período de crescimento significativo, em que os valores evoluem de 842 para 1999, denotando um harmonioso enquadramento social e económico da população com as suas formas de vida, que iam possibilitando um crescimento populacional contínuo ao longo desta fase. Não está explicado o aumento de 104 pessoas num ano, entre 1836 e 1837, não sendo de desprezar ter havido um erro de registo (ou de impressão);

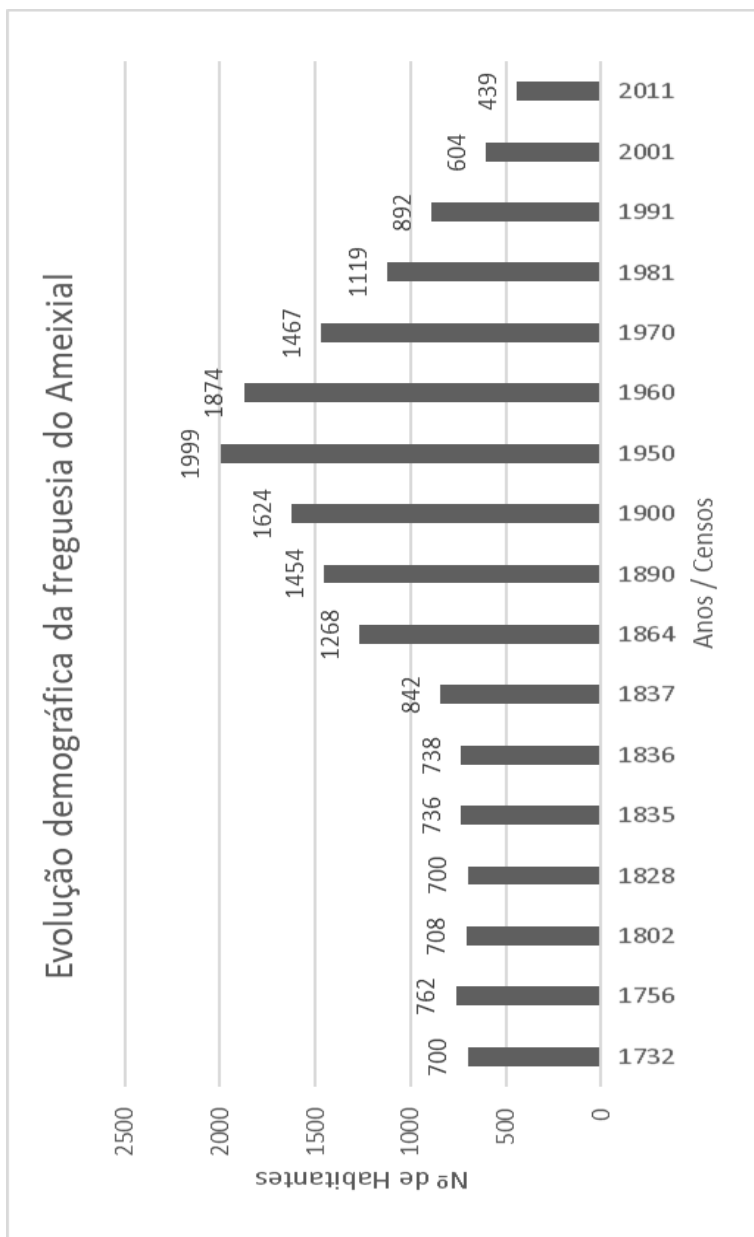


Gráfico 1 – Evolução demográfica da freguesia do Ameixial – 1732 - 2011

- 3ª – de 1950 a 2011 – período de nítida quebra demográfica, com os valores a caírem drasticamente de 1999 para 439 habitantes em cerca de sessenta anos, num processo que está ainda em continuidade, pelo que o próximo censo (2021) irá mostrar-nos mais uma quebra. Por uma observação empírica podemos ver que a população residente na freguesia, na atualidade, se situa já na casa das três centenas de pessoas, com tendência negativa, a manter-se o contexto atual.

A explicação para este fenómeno será apresentada mais à frente (Cap. V), mas podemos adiantar desde já que teve a ver com a dinâmica socioeconómica local, regional e nacional das regiões do interior do nosso país, a partir de meados do século, e até ao presente.

Ainda o mesmo autor que vimos a citar dá-nos também várias informações importantes sobre a população de praticamente todas as freguesias do Algarve em meados do séc. XIX, que passaremos a transmitir no que respeita à nossa freguesia.

Primeiro temos um quadro da população no ano de 1802, distribuída por escalões etários no início de século, num levantamento encomendado pelo bispo D. Francisco Gomes do Avelar (bispo do Algarve entre 1789 e 1816), e que, no que respeita ao Ameixial é a seguinte:

Escalão etário	Até aos 7 anos	7 - 25 anos	25 - 40 anos	40 - 60 anos	+ 60 anos	Total
Homens	92	94	68	72	20	708
Mulheres	76	125	71	71	19	

Quadro 1 – A população da freguesia do Ameixial em 1802

Pelo quadro, observa-se a estrutura etária da época, completamente diferente da atual: com 708 habitantes, havia muita gente jovem (até aos 25 anos havia 387 pessoas, o que representava 54%), e muito pouca gente idosa (com mais de 60 anos havia 39 pessoas, o que representava 5,5% do total). Dado que a esperança média de vida era então muito menor do que a atual, os 60 anos já eram uma idade avançada.

Este panorama naturalmente não era exclusivo da nossa freguesia, antes deveria ser o normal na região e no país. E que diferença faz em relação à pirâmide etária atual...

Ainda no séc. XIX, entre os anos de 1835 e 1836 o mesmo autor dá-nos outras quantificações demográficas da freguesia: nupcialidade, natalidade e mortalidade, com as quais construímos o quadro seguinte, com os números absolutos e respetivas taxas demográficas (estas entre parêntesis = x / 1000 habitantes / ano):

Ano	Habitantes	Casamentos	Nascimentos	Óbitos
1835	736	9 (12,2‰)	29 (39,4‰)	24 (32,6‰)
1836	738	7 (9,5‰)	30 (40,6‰)	12 (16,2‰)

Quadro 2 – Elementos demográficos da freguesia do Ameixial em 1835 e 1836

O autor dá-nos igualmente os números de 1837, mas são tão diferentes dos dois anos citados, e dos números totais que nos dá noutro documento para o mesmo ano (842 habitantes), e tão irreais para a dimensão da freguesia, que optámos por não os replicar no quadro, por admitir que se trata de um lapso de transcrição (deixamo-los aqui, para também poderem julgar: 51 casamentos /234 nascimentos /145 óbitos). Infelizmente, nos documentos do Arquivo Distrital de Faro, não constam os dados de 1837, nem dos batismos, nem dos casamentos, para podermos certificar a informação.

Também por este quadro se observa uma significativa dinâmica demográfica, com a natalidade a ser superior à mortalidade (especialmente no ano de 1836) e, portanto, com crescimento natural positivo, como também era normal neste século, depois da fase negativa do séc. XVII e princípios do XVIII.

E igualmente sabemos, pelo gráfico seguinte, elaborado com dados da mesma fonte, o número de fogos (casas habitadas) que em 1839 tinham aquelas que seriam, na época, as principais povoações da freguesia:

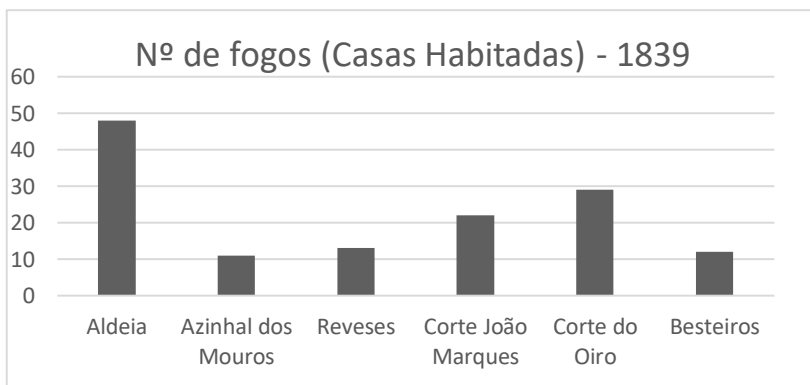


Gráfico 2 - Fogos em lugares da freguesia em 1839

Nota: se quisermos quantificar o número de habitantes, podemos multiplicar estes valores por 4 (número de pessoas em média por família)

A população ao longo destes anos analisados sempre se dividiu entre a sede de freguesia (localmente designada por *aldeia*) e as diversas povoações de menor dimensão (os *montes*), de que poderemos enunciar os seguintes: Mosteiro, Reveses, Matosa, Lourencinho, Almarginho, Vale da Moita, Corte João Marques, Vale das Hortas, Corte de Ouro, Besteiros, Pero Ponto, Parelinhos (ou Parolinhos),

Figueirinha, Cavalos, Portela, Vermelhos, Cerro dos Vermelhos, Ximeno, Vale Gomes, Corgas, Caldeirão, Medronheira, Lavaginho,

Azinhal dos Mouros e Tavião, entre outros mais pequenos, de um só proprietário, ou simples casas isoladas (Tasnal, Monte Novo, Feital, Brejo, Funchais, por exemplo).

Todas estas povoações hoje estão muito despovoadas, e geralmente com uma população muito envelhecida, como acontece com todas as freguesias em redor, num nível muito distante do que foram há décadas atrás. Há mesmo algumas povoações antigas, já completamente desabitadas (Montinho, Pereirinha, Brejo, Funchais), ou em vias de isso acontecer (Almarginho, Cerro dos Vermelhos, Lagar da Cera, Vale da Moita), entre outras.

IV - História

Há vestígios da presença humana no espaço da atual freguesia do Ameixial desde há milhares de anos, principalmente após o Neolítico, em que as primeiras populações se fixaram para viver num território de forma mais ou menos sedentária, e produzindo os seus próprios alimentos (agricultura e criação de animais), ainda trabalhando com instrumentos de pedra, mas já polida, antes de utilizarem os metais, e criando outras técnicas e utensílios necessários ao seu modo de vida e economia: olaria, tecelagem, cestaria, moagem de cereais, etc.

Apoiados pela informação de Isilda M. Pires Martins¹ que cita diversos objetos antigos encontrados ou recolhidos neste território, especialmente pelo emérito ameixialense José Rosa Madeira (que os juntou e cuja coleção foi doada ao Museu Municipal de Faro, mas infelizmente não os deixou contextualizados com o espaço em que se encontravam), e pela informação de Victor S. Gonçalves e Ana Catarina Sousa², especificamente para o sítio do Cerro da Castelo – Corte João Marques, iremos registar os vários tipos de objetos e vestígios arqueológicos conhecidos:

Do **Neolítico** (+/- 7000 – 3000 a. C.) foram encontrados diversos objetos em pedra polida, nomeadamente placas de xisto gravadas, contas de pasta vítrea verde-garrafa, uma vasilha de barro vermelho, vários machados de diorite, polidores em grauvaque e quartzite, escopros de diorite, percutores de quartzite, arados de pedra polida, calhaus rolados de quartzite, pontas de seta de sílex e quartzo, um raspador de corneana, e pedras de fundo.

Do **Calcolítico** (3º milénio a.C.), em que se trabalhou a pedra polida e o cobre, foram encontrados no Cerro do Castelo - Corte João Marques

¹ Cf. Obra citada – pág. 62-115;

² Cf. Obra citada – pág. 159 - 190

diversos machados de anfíbolito e grauvaque, lâminas, foices, pontas de seta, percutores, pesos de pesca, mãos de almofarizes, mós manuais (pedra polida); vasos, taças, pratos, pesos de tear, cadinhos e pingos de fundição do cobre (cerâmica); e furadores, pontas e lâminas (cobre). Estes objetos foram revelados nas escavações que o Prof. Víctor S. Gonçalves e a sua equipa levaram a efeito a partir de 1978, em que deu a conhecer um povoado da época, onde os vestígios denotam o trabalho da fundição do cobre.

Sensivelmente do mesmo período (3º milénio a. C.) são também as antas (ou dólmenes) da **Civilização Megalítica** (*Pedra do Alagar/ Cerca da Francisquinha e Beringel / Cumiada*, nas proximidades da Corte de Ouro), que eram locais funerários coletivos, de que há vários relativamente próximos, na zona poente da freguesia de Cachopo. Para entendermos os seus restos, tal como estão presentemente, temos que saber que, na sua origem, eram formados por um espaço circular delimitado por grandes pedras ao alto (*esteios*) e uma laje por cima (*chapéu, mesa ou tampa*), que era a zona central, uma espécie de sala interior, onde eram depositados os restos funerários, acedida por um corredor desde o exterior, também delimitado por pedras, por onde se passava, suficientemente curvados. Este conjunto geralmente ficava debaixo de uma cobertura em terra, formando uma elevação (*mamoá*), que foi desaparecendo com a erosão dos séculos, tal como a laje superior (esta muitas vezes partida, ou utilizada para outros fins).

Da **Idade do Bronze** (+/- 1800 a.C. – 700 a. C.) foram encontrados uma lança, dois machados e uma suspensão de bainha de espada, de bronze.

Da **Idade do Ferro** (1º milénio a. C.) também foram encontradas uma lança, uma alabarda e uma grande cavilha de ferro. Também deste período temos algumas necrópoles (cemitérios) de meados do 1º milénio a. C. (Vermelhos, Azinhal, Corte Pinheiro) que foram primeiro

referidas por J. Leite de Vasconcelos, e depois pesquisadas por Caetano de Mello Beirão.

Mais conhecidas atualmente são as jóias da coroa da antiguidade pré-romana ameixialense: as *estelas* epigrafadas (pedras com inscrições) da chamada **Escrita do Sudoeste** (da Península Ibérica), encontradas maioritariamente na parte ocidental da freguesia, na zona das ribeiras do Vascão e do Vascanito (Vermelhos, Portela, Azinhal dos Mouros, Tavilhão), e que, por esta localização se nota que estão relacionadas, ou são contemporâneas das citadas necrópoles da Idade do Ferro.

Embora já conhecidas pelos especialistas que estudaram as necrópoles da Idade do Ferro, foram algumas recolhidas por estes, e por arqueólogos amadores como o já citado José Rosa Madeira e Manuel Gomez Sosa (*'Manolo'*, cidadão espanhol que também viveu no Ameixial), e um antigo Prior de Salir (Pedro Teixeira Ramos), e ainda pelo arqueólogo Manuel Heleno, mas têm recebido maior divulgação e estudo mais aprofundado no âmbito do atual Projeto Estela, que desde há alguns anos tem estado a ser desenvolvido pelos arqueólogos Pedro Barros, Samuel Melro e Susana Estrela³.

Sobre as estelas da Escrita do Sudoeste diremos que contêm inscrições da escrita mais antiga da Península Ibérica e uma das mais antigas do espaço europeu/mediterrânico, anteriores à presença romana na península, de meados do 1º milénio a. C., portanto com cerca de 2500 anos, e de que ainda hoje, embora conhecendo-se os sons, não é conhecido o seu significado. Presume-se que seriam placas funerárias ou indicativas de qualquer facto ou local, e que se apresentavam parcialmente enterradas e postas ao alto, com a inscrição de fora. É uma escrita sinistrorsa (escreve-se da direita para a esquerda, como o árabe ou o hebraico), mas em círculo ou espiral.

³ Cf. Obra citada – Pág. 238-262

Não são exclusivas desta freguesia (encontraram-se no sul do Alentejo e na zona serrana do Algarve – Fig. 7), mas no seu território foram encontradas várias, e bem representativas (como a da Fig. 8).

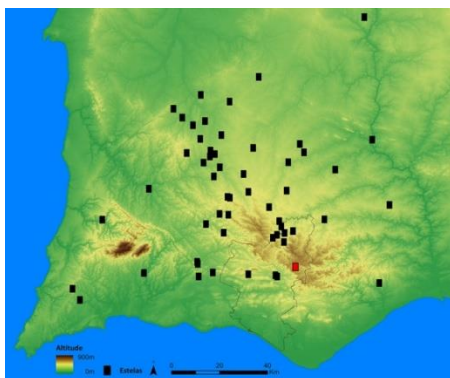


Fig. 7 – Sítios onde foram encontradas Estelas do Sudoeste (Museu Nacional de Arqueologia)

Fig. 8 - Estela dos Vermelhos
Ameixial – Loulé
(Museu Nacional de Arqueologia)



Na vizinha vila de Almodôvar foi criado um museu inteiramente dedicado a estes materiais arqueológicos – o MESA (Museu da Escrita do Sudoeste Almodôvar). Também podemos encontrar exemplares no Museu Municipal de Loulé, no Museu Municipal de Faro e no próprio Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa), tal como todos os

objetos móveis citados das várias épocas da Pré-História e Proto-História. A autarquia fez recentemente, e bem, representar alguns destes símbolos fonéticos nas calçadas da sede de freguesia, e nas placas indicativas da povoação do Ameixial, junto à estrada nacional.

A Escrita do Sudoeste será assim, embora não em exclusivo, o maior tesouro do nosso património histórico-cultural que durante muitos anos esteve mais ou menos desconhecido. Não há muitas áreas da cultura (ou outras) que tenham a importância e a projeção deste tema para as freguesias e concelhos envolvidos, o que deveria ser motivador da autoestima das suas populações, pelo que é de valorizar todas as ações que sirvam para a sua pesquisa, divulgação e preservação.

Da **Época Romana** (fins do séc. III a. C. / séc. V d. C), há também alguns vestígios em objetos encontrados, mais uma vez por José Rosa Madeira: uma lagoena, um ladrilho, e uma urna, dois bicos fundeiros de ânfora, um gargalo de anforeta, todos de barro vermelho; uma taça de louça, e outro fragmento de vasilha, ambos em terra *sigillata*; uma lucerna, três bicos fundeiros de anforeta, fundos cilíndricos de vasilhas, fragmentos de bordo de vasilhas, todos de barro amarelo; mós manuais, em pedra escura.

Deste período há também referências a uma via romana que seguia, *grosso modo*, o corredor da atual estrada nacional nº 2, ligando Faro (*Ossonoba*) a Beja (*Pax Julia*) e Lisboa (*Olisipo*), de acordo com o chamado *Itinerário de Antonino*, que descreve as principais vias romanas do séc. I d.C.

Do **Período Árabe** (séc. VIII/XIII), igualmente se encontraram fragmentos de peças de barro: alguidares e vasilhas circulares com o exterior canelado, bem como os lugares de Azinhal dos Mouros e do Lagar da Cera, que têm referências aos ditos mouros, nomeadamente nas Memórias Paroquiais do séc. XVIII (que veremos mais adiante), e outros povoados já desaparecidos (Estouriz/Touriz). Por analogia com

outras zonas do alto Algarve oriental poderíamos presumir que, se fosse devidamente pesquisado, viriam a encontrar-se também vestígios desta época.

Da **Época Medieval Cristã** (séc. XIII / XV) também não há vestígios fortes no seu território, embora se presuma que continuou a ser habitado, na base da exploração da agricultura e pecuária tradicionais.

Não havendo riquezas minerais em exploração neste período a assinalar, nem tendo necessidade de defender um território, não há também vestígios de construções militares. É provável uma certa continuidade da presença muçulmana ao longo da Idade Média cristã, ligada às populações do Norte de África, como está documentado no restante alto Algarve oriental, representando uma influência cultural no modo de vida das pessoas, e na sua economia de subsistência.

A passagem pelo território da atual freguesia de uma das principais (ou a principal) vias de acesso entre o Algarve e o Alentejo foi muito importante para este espaço. Havia algumas variantes até chegar aos campos de Ourique, mas por aqui passava uma delas, que foi provavelmente a razão de ser da fixação de pessoas num território difícil e naturalmente coberto de mato, que só à custa de muito esforço pode ser humanizado.

Talvez a povoação mais antiga, do período medieval, seja o Azinhal dos Mouros, cujo topónimo se ligaria com a presença muçulmana, mas não consta nenhuma povoação deste território quando, em 1249, a *Crónica da Conquista do Algarve*⁴ escrita em 1357, refere a passagem, presumivelmente por ele, do Rei D. Afonso III e sua hoste, a caminho de Faro: “... e foi por Beja e dahi a Almodovar do Campo de Ourique e passou a serra pelas Cortiçadas e encaminhou direito a

⁴ Cf. de autor desconhecido, a “*Crónica da Conquista do Algarve*” publicada em 1792, e republicada por José Pedro Machado nos Anais do Município de Faro - nº VIII – 1978.

Farão (Faro) do senhorio de miramolim, rei de Marrocos". Ora, entre Almodôvar e as Cortiçadas (parte nascente da freguesia de Salir), dificilmente encontrariam outro caminho, sem ser pelo espaço da atual freguesia do Ameixial.

Igualmente antigos seriam o Tavilhão do Vascão, a Corte dos Besteiros (como eram antigamente citados) e a Corte João Marques, sendo que desta última é referida como tendo sido utilizada como *couto de homiziados*⁵, e cujo primitivo núcleo central de habitações, segundo a tradição ligadas entre si pelo interior, poderá situar-se algures entre finais da Idade Média e inícios da Idade Moderna (séc. XV – XVI).

A aldeia teria tido o seu primitivo núcleo habitacional na zona tradicionalmente conhecida por *aldeia velha*, implantada sobre um afloramento rochoso, que também deverá ter tido origem por volta do séc. XVI. A igreja criou um segundo núcleo à sua volta (o *adro*), onde no séc. XVIII só havia 5 moradores, e mais tarde a primitiva estrada definiria outra linha de casas.

Do **século XVI** temos conhecimento de um antigo documento escrito que se refere ao Ameixial. Aliás, o nome da povoação/freguesia não se escrevia como o fazemos atualmente: nas referências mais antigas (séc. XVI e XVII) aparece grafado de múltiplas formas, em mapas e documentos, às vezes até no mesmo documento: (Santo António de) Machial, Maxial, Marchial, Mexial. No séc. XVIII acrescentaram-lhe o A inicial – Amexial, no XIX também aparece Ameixeal, e só no séc. XX se generalizou a forma atual (com os dois ii junto ao x) - Ameixial. O topónimo inicial (Machial ou Maxial) significaria terra inculta, bravia, agreste, o que deveria ser a generalidade da serra então. Mas tam-

⁵ Local de refúgio para quem tinha penas de justiça a cumprir, com o qual o poder político procedia ao povoamento de regiões menos atrativas por natureza, seja por motivo de proximidade com potenciais inimigos, como toda a zona de fronteira com a Espanha, seja pela sua inospitalidade e distância, como seria o caso.

Cf. Louro, M. F. Estanco – “*O Livro de Alportel*” – 1929 – 1986 – Pág. 59 e 68.

bém daqui concluímos que o nome não está relacionado, como à primeira vista parece, com ameixa ou ameixeira/ameixeira.

Pois, dizíamos, do séc. XVI, mais precisamente de 1530, há registo na Câmara Municipal de Loulé⁶ do pedido de um habitante do *Machial*, chamado Lourenço Gomez, para roçar matos e “*decorar soveiras pera pam*” (cortar sobreiras para permitir semear trigo). Já havia, portanto, gente a morar e a trabalhar nos campos desbravados à volta do Ameixial.

Alguns anos depois, numas avaliações de fazendas (ou Censo Fiscal) ordenadas pelo rei de Portugal (período de regência do cardeal-Rei D. Henrique, na menoridade de D. Sebastião) e realizadas no concelho de Loulé, em 1564⁷, há referências quantitativas aos rendimentos anuais de diversos habitantes/proprietários do Machial, no termo de Loulé, mas ainda sem a indicação de já ser uma freguesia autónoma, cujos nomes, a título de curiosidade, indico a seguir, por ordem alfabética:

- Álvaro Lourenço.
- Bartolomeu Gomes;
- Bastião Martins, filho de Martim Lourenço;
- Cristóvão Lourenço;
- Domingos Afonso – Tavilhão do Vascão;
- Estêvão Monte;
- João Fernandes;
- João Gonçalves;
- Martim Anes – Azinhal;
- Fernão Vaz, filho de Cristóvão Lourenço;
- Gil Afonso;
- Martim Lourenço;
- Pascoal Pires;

⁶ Cf. Magalhães, J. Romero – Ob. Citada “Algarve Económico durante o séc. XVI” – pág. 41;

⁷ Idem - Ob. Citada - Revista Al-Ulyã – nº 19 – pág. 43-247

- Pero Martins;
- Roque Lourenço;

A análise dos números deste censo leva a concluir que destes habitantes do *Machial* havia 42,4% (4 trabalhadores braceiros + 6 pequenos proprietários), com rendimentos até 7\$000 réis; 47,5% (12 pequenos proprietários), com rendimentos entre 8\$000 e 45\$000 rs; e 10,1 % (3 proprietários) com rendimentos entre 46\$000 e 100\$000 rs, não havendo ninguém acima deste rendimento⁸. Esta distribuição mostra desde logo uma maioria de população de médio-baixo estrato socioeconómico, mas na sua maioria proprietária de algumas parcelas de terra, de que tiravam o seu sustento, de acordo com as condições do próprio espaço.

Repare-se como nas avaliações só aparecem referidos habitantes das povoações do Azinhal e do Tavilhão, presumindo-se que os restantes são da aldeia. Os Besteiros não aparecem, e o outro lugar citado, que também já existiria neste século (Corte João Marques), pelo que se disse da sua origem, justifica-se que não tivesse proprietários contribuintes.

Em 1567, três anos depois, há registo nos Assentos de 1567-69 da Câmara Municipal de Loulé⁹ de um habitante da Corte dos Besteiros (parece ser o nome antigo dos Besteiros, porque se repete no séc. XVIII) ir declarar “*que ele viera dar conta do seu gado que por o não trazer em curral o não podera contar*”. Trata-se de gado caprino, que por essa época era especialmente controlado e contado amiúde, porque o gado miúdo do concelho era geralmente enviado para a serra no verão, entre o S. Tiago e o S. Miguel (25 julho a 29 de setembro), para não prejudicar a colheita dos frutos de verão, nomeadamente os figos, que eram uma das grandes fontes de riqueza do baixo Algarve, quer para a alimentação da população local, quer para a

⁸ Cf. Magalhães, J Romero – ob. citada “*O Algarve Económico durante o séc. XVI*” pág. 219.

⁹ Idem, *Ibidem* - Pág.110.

exportação, de que eram, por esses séculos, o principal produto de venda.

Nas atas de vereação da Câmara de Loulé de 1586 há também referências a habitantes do Ameixial:

Na sessão de 4.1.1586 (sábado) registou-se a nomeação de João Fernandes, o Velho, para Juiz de Vintena para o *contio* do Machial, o qual veio a tomar posse na semana seguinte (11.1.1586), com juramento sobre os Santos Evangelhos, e que na mesma ocasião nomeou para alcaide do dito *contio* Manuel Vasques, também morador no Machial. Nesta mesma data foi também apresentado e tomou posse como *momposteiro*¹⁰ *pequeno* da freguesia do Machial, Lourenço Gomes, desta freguesia.

Na sessão de 1.2.1586, Mateus Rodriguez, do Machial, fez uma declaração de fiança, em que se obrigava a pagar tudo o que faltar por via de Manuel Fernandes, moleiro.

Finalmente, em 23.4.1586, registou-se o juramento sobre os Santos Evangelhos de João Cristóvão, morador no *contio* do Machial, como *momposteiro pequeno* da Trindade na freguesia do Machial.

Não sabemos ao certo quando teria sido criada a freguesia de Ameixial, a partir de um território inicialmente sempre referido como pertencente à freguesia de S. Clemente de Loulé¹¹. É provável que tenha sido no **século XVII** e acompanhe a construção da sua igreja, como veremos mais à frente (Cap. VIII).

¹⁰ Momposteiro (ou mamposteiro) era a designação daquele que em cada localidade recebia as esmolas para os cativos, nomeadamente aqueles que tinham ficado em Marrocos, depois de Alcácer Quibir (1578). A esta tarefa se dedicava a Ordem da S.ma Trindade (Trinitários ou Trinos), razão pela qual aparece a palavra Trindade.

¹¹ Repare-se que, nas referências acima, de 1586, umas vezes escreve-se freguesia do Ameixial, outras ainda *contio* (aglomerado de pessoas organizadas num povoado) do Ameixial, sendo que surgem outras localidades referidas como freguesia que não eram efetivamente, como os Palmeiros - Salir.

Do **século XVIII** conhecemos melhor a vida da freguesia: em 1747 o Padre Luiz Cardoso¹² já a regista como freguesia e paróquia religiosa, com cura (pároco ou prior) e coadjutor (padre ajudante).

Após o Terramoto de 1755, foi ordenado pelo governo do Marquês de Pombal a todas as freguesias do país que os respetivos párocos respondessem a um inquérito sobre as consequências do sismo nas suas terras, bem como fizessem uma descrição bastante exaustiva sobre a realidade das mesmas. O conjunto dessas respostas a nível nacional ficou conhecido entre os historiadores como *Memórias Paroquiais*, e serve de retrato muito utilizado para o estudo do Portugal profundo em meados desse século.

No caso da freguesia do Ameixial, o seu pároco da época, o Padre António Rodrigues da Silva, respondeu a esse inquérito em 28 de abril de 1758¹³, e é pela sua pena que principalmente ficamos a conhecer melhor a realidade local, com algum pormenor, e que vamos seguir nos próximos parágrafos.

Na época, a freguesia parecia ter a mesma dimensão, mas tinha notórias diferenças nas suas tutelas em relação à atualidade, pois o citado pároco informa-nos que o seu território pertencia a vários *termos*¹⁴, com a indicação precisa dos lugares que abrangia cada um deles:

- O termo de Loulé (a parte central e ocidental da freguesia), com as seguintes localidades: *aldea das Estalages*, Montinho, Tavilhão, Mosteiro, Azinhal, Soalheira, Quinta, Lavaginho, Serro, Vermelhos, Vermelhinhos, Lagar da Cera, Xemeno, Medronheira, Caldeirão,

¹² Cf, Padre Luís Cardoso “Dicionário Geográfico” de 1747, citado por Oliveira, FX Ataíde – Obra citada - “Monografia do Concelho de Loulé” – pág.141.

¹³ Cf. Silva, António Rodrigues – Obra citada - Resposta do cura do Ameixial - Memórias Paroquiais – 1758

¹⁴ Termo: palavra antiga para concelho, embora o conceito jurídico e respetivo âmbito não tivessem exatamente o mesmo significado que viriam a ter após as reformas administrativas do Liberalismo, no séc. XIX.

Peroponto, Esparilinho, Cavalos, Corte dos Besteiros, Ninho de Águia;

- O termo de Alcoutim (basicamente a leste da ribeira do Vascãozinho, ou Vascancelho): Colmeias de Boi, Corte de Ouro, Corte João Marques, Vale da Moita, Almarginho, Reveses, Pereirinha, Boloteira, Mestras e Lourencinho;

- E ainda, curiosamente, o termo de Faro, ao qual pertencia o sítio da Figueirinha, segundo a citada resposta ao inquérito.

Note-se que há alguns nomes com grafia diferente da atual (Esparilinhos – Parelinhos; Xemeno - Ximeno); outros que desconhecemos onde eram, ou só já têm pequenos vestígios de antigas construções (Vermelinhos, Soalheira, Quinta, Ninho de Águia, Colmeias de Boi, Boloteira); e outro (Mestras) que desde há muito deixou de ser desta freguesia, para pertencer a Martim Longo.

Diz-nos também que era nomeado todos os anos, pelo juiz de fora de Loulé, um *juiz de vintena* (designação que vinha das Ordenações Filipinas, com funções judiciais sobre vinte casas de família, mas que nesta época parece já não ter este limite), para a cobrança dos impostos (décima, sisa e outros), apoiado por dois escrivães para algumas diligências e para os testamentos, sendo um indicado pelo concelho de Loulé, e o outro pelo de Alcoutim, este através do provedor da comarca de Tavira. Veja-se aqui um efeito na administração da justiça da atrás referida partilha do território da freguesia pelos dois termos de Loulé e Alcoutim.

No mesmo relato de 1758, o pároco descreve o seguinte: *“Nesta terra em a aldeia das Estalages chegão todos os dias com grande frequência muitos almocreves, que andão no caminho de Lisboa, e para o Alentejo, e para todas as partes do Algarve, destes se serve qualquer pessoa para saber notícias de todas as partes, que levão cartas, e trazem, e por eles se provem cada qual do todo o preciso, e necessário para o governo do mesmo, e de cartas para o Algarve, Lisboa, ou*

Alentejo e para outra qualquer parte do Reino”.¹⁵⁻¹⁶

Repare-se, nas transcrições anteriores, na designação de *aldeia* ou *lugar* das *Estalagens* (topónimo que atualmente está completamente caído em desuso), o qual o pároco utiliza para caracterizar implicitamente o conjunto das casas da própria aldeia do Ameixial, que ele avaliava em 44 vizinhos (cerca de 150 habitantes, num total de 775 para toda a freguesia). Voltaremos a falar das estalagens que parecem ter sido ser um equipamento muito característico da aldeia.

Faz também a descrição geográfica da freguesia, com algumas imprecisões, em relação ao que conhecemos hoje, nomeadamente sobre a origem dos cursos de água, como o caso do Vascão que diz nascer no sítio do *Val das Éguas*, pois então se entendia, como vimos atrás, que o seu braço principal era aquele que hoje designamos por Vascanito, e vem do sítio do Malhão.

Caracteriza pormenorizadamente a economia agrária, com a produção de *“trigo, sevada, aveia, senteyo, linho em abundância, favas, grãos poucos, ervilhas poucas, sabolas e alhos, abobras e coves em abundância”*.

Os frutos eram *“boas amexas, maracotões, e marmelos muitos e bons e bons peros poucos, figos no sarôdio, por ser a temperatura da terra fria, uvas de parreira pouco doces por causa do clima da serra e estarem em partes frias e sombrias”* e a criação de *“gado vacum, ovelhas, cabras e porcos”*. Regista ainda que *“toda a serra se acha de mato, a maior abundância são de estevas, medronho e montados de azinheiras e sovereiros”*. Apenas regista a existência de duas vinhas, no Pero Ponto e na Corte João Marques. Por todos os montes da freguesia, todos se ocupam em cultivar as terras que têm, talvez com exceção *“das margens do Vascão, onde há vargens capazes de se semear melhor, mas não há curiosidade nos homens e, portanto,*

¹⁵ Cf. Silva, António Rodrigues – Obra citada - Pág. 426

¹⁶ Cf. Magalhães, J R – Ob. Citada *“O Algarve Económico 1600-1773”* – pág. 275

nestas partes há montados de azinheiras”.

Sobre o comércio local, diz que *“é esta terra do Amexial muito bem provida de peixe, não nativo mas trazido pellos almocreves e arrieiros que todos os dias aqui aportam sardinhas, pescadas e todo o mais necessário, que tanto morre em Olhão, Fuzeta, Faro, ou em qualquer parte de porto de mar (...), amejoas a vintém o cento, azeite, vinagre e vinho, que não o há nativo na terra, o seu preço é a meyo tostão e a três vinteis a canada, e a quatro vinteis, conforme os tipos”.*

Concretamente sobre o terramoto de 1755, o prior relata que houve alguns danos *“na parede da porta do Sul, no batisteiro e no telhado”* da igreja, mas já estava reparada na data do documento (1758), o que efetivamente dá uma ideia de que não deveriam ter sido danos graves (ao contrário do que aconteceu nas vizinhas freguesias de Salir e de Querença, em que no relato dos seus párcos, se lê que caíram as suas igrejas e muitas casas de habitação). Diz ainda que *“nas demais casas da aldeia não houve perigo nem ruína, apenas se tendo secado temporariamente um poço a pouca distância da igreja desta terra e huma fonte ao pé delle”*, de que ele referia a utilidade para pessoas e animais com uma *“água muito salutífera”*, e a fonte estava *“junto a este poço em huma hortinhola com muitas árvores de fruto que tem dentro huma fonte, também se secou com o tremor de terra”*. Também diz que o poço só veio a ter água, por infiltração do ribeiro que corre junto dele, no ano de 1757.

Por estas descrições presumimos que se estaria a referir ao atual *Poço Velho*, relativamente perto do adro, com o ribeiro próximo (que vem do *Buracão*); também a horta seria a antiga horta de José Silva, onde não existe hoje uma fonte, mas há um poço antigo (com escadas em espiral, até ao fundo). Sabemos que um pouco mais abaixo há a fonte da Balcinha, mas não estaria a referir-se a esta, porque ele conheceu-a e cita-a noutra parte, como veremos mais à frente (Cap. IX).

Sobre o restante território da freguesia apenas regista que a fonte da Medronheira *“arrebentou-se com o terramoto”*. Nada mais regista

em relação a eventuais danos nas restantes povoações da freguesia, nem a danos pessoas com os seus fregueses, o que significa que não terá havido problemas de monta.

Diz-nos também que havia algumas plantas medicianais, tais como *“lírrio, artemeya, arudia, gilbardeiro e sabugueiro”*.

Sobre as técnicas e lavoura, informa-nos que *“nas partes a que não pode ser lavrada com rezes (...) arrossão com o alferce arrencando o matto e depois no mês de Agosto o queimam para no Inverno o samearem”*.

Também interessante é a descrição de alguns curiosos se dedicarem à pesca nas ribeiras durante todo o ano à cana, em regime livre. (Não há referência à pesca com redes, como nos tempos mais recentes.

Já bem dentro do **século XIX** é assinalada a presença no Ameixial das guerrilhas miguelistas do *Remexido*¹⁷, na segunda metade da década de 1830 (nomeadamente em 9 de janeiro e 17 de fevereiro de 1837), em tempo de conflito com o poder liberal em vigor no país, após a vitória na guerra civil de 1834, e da Convenção de Évora Monte, pela qual foi exilado o rei absolutista D. Miguel. Sobre a primeira data, aquele célebre guerrilheiro, de seu nome José Joaquim de Sousa Reis, algarvio de nascimento, e que defendia acerrimamente o rei exilado e o absolutismo, registou em primeira pessoa que *“entrei no Ameixeal, colhendo duas armas e algum fornecimento; foi capturado o Correio de Lisboa para o Algarve”*.

Na segunda, registou que *“mandei ao Ameixeal buscar dois bois, algumas armas e mantimentos”*.

As descrições do guerrilheiro mostram que se refugiava com as suas forças em toda a zona serrana do Algarve e Alentejo, por onde circulava, ao abrigo das forças militares oficiais do regime liberal,

¹⁷ Cf. A. C. Machado e Outro – Ob. Citada “A Guerrilha do Remexido” – pág. 137.

confirmando essa presença com os seus documentos escritos, assinados muitas vezes como *Remexido - Brigadeiro*, no seu *quartel na(s) serra(s)*. Aí abasteciam de homens para a guerrilha, animais e outros géneros alimentares, e dali saíam amiúde para efetuar assaltos rápidos às vilas e cidades do litoral algarvio ou do Alentejo, com administração e população maioritariamente liberais. Esta presença da guerrilha em toda a zona serrana refletia uma certa proteção, pelo menos tácita, das populações locais, ideologicamente mais conservadoras e favoráveis à causa absolutista e eclesiástica (*em defesa do trono e do altar*, como então se dizia), mesmo que tivessem que contribuir com os custos da manutenção desses grupos armados.

Mas, como seria de calcular, as forças militares liberais formadas no Algarve, ou enviadas de Lisboa para a província, também lhe davam caça e desencadearam frequentemente ações militares de envergadura para o apanharem e às suas milícias, como é o caso que o próprio Remexido regista, onde também refere o Ameixial, e que transcrevemos:

“No dia 9 do dito [mês de março de 1837], em virtude do inimigo ter firmado a linha de seus destacamentos em círculo desde Sabóia athe ao Mexial, inclusive, e ter notícia certa por espias que marchava de todos os pontos para me destruir em círculo, fiz debandar a força reunida para vários sítios da serra, dando ordem a conservarem-se ocultos athe que recebessem ordem para reunir, mandando o Major de Brigadas com o resto de cavalaria levando o segundo sargento marchar para os sítios de Mertula, levando ordem de incomodar o inimigo quanto pudesse, a fim de ver se podia conseguir alguma divergência nas forças do inimigo, dando igualmente ordem aos oficiais tanto do meu Estado Maior, como dos Corpos, para se conservarem a mim reunidos, assim como os soldados de linha a mim apresentados. Principiou o inimigo a sua batida na serra no dia 13 de março. No dia 24 de março foram desarmados 2 soldados do 7º em Relíquias por 6 soldados meus”.

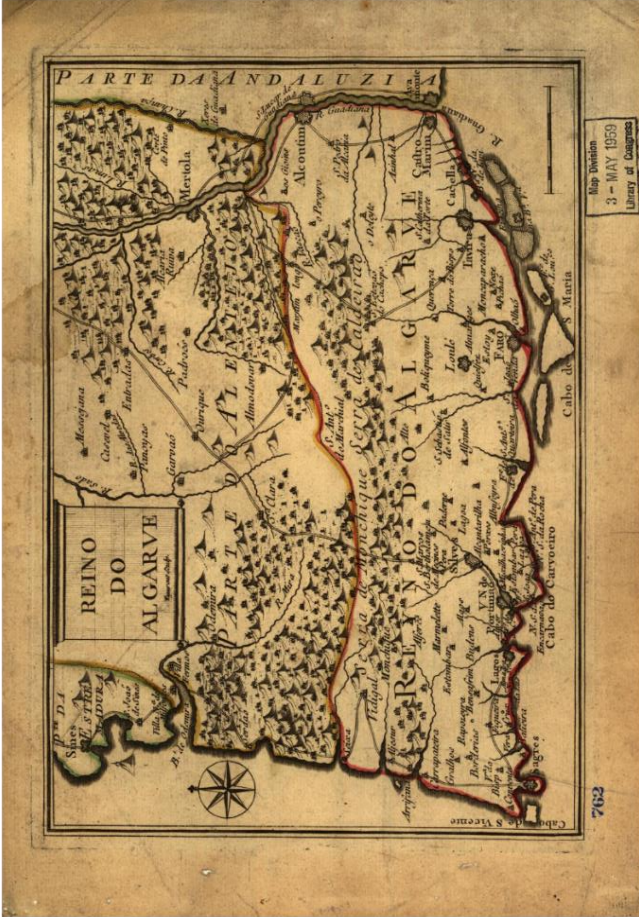


Fig. 9 – Mapa do Algarve – Séc. XVIII
 Biblioteca Digital Mundial – Library of Congress (wdl.org/pt/item/471)

Também no séc. XIX, em 1841, J. B. Silva Lopes¹⁸ ao caracterizar a freguesia, começa por escrever “*Ameixial, aldeia situada entre fragosas e ásperas serras, em logar alto donde se descobre a torre de Beja*”.

Refere também este autor a mesma organização administrativa da freguesia citada anteriormente (1758), com os mesmos termos a reparti-la, indicando que “*a igreja fica em um extremo da aldeia com as casas do pároco, sacristão e poucas mais ao pé*”, o que significa que o núcleo urbano ao lado da estrada ainda não se tinha desenvolvido.

Nesta época, que é depois da afirmação definitiva do regime liberal, sabemos pelo mesmo autor¹⁹ que a Junta do Distrito promoveu um *arredondamento* entre as freguesias limítrofes de Alte, Salir, Querença e Cachopo, em que propunha algumas alterações no território de cada uma. No caso do Ameixial, ganharia a Salir “*os 10 fogos de Vales Luís Neto, 8 do Val da Rosa, 2 das Cortiçadas, 6 da Ameixieira e 5 das Fornalhas, que todos distam menos desta do que de Salir, da qual estão separados por algumas ribeiras*”.

Esta anexação parece não se ter concretizado, pois logo em relação ao ano seguinte, o mesmo autor, ao descrever os fogos das principais povoações das freguesias do Algarve continua a situar o Vale Luís Neto em Salir, sem referência aos outros, nem numa freguesia nem noutra.

Caracteriza também a economia agrária, nas mesmas bases e produtos do pároco do séc. XVIII, destacando as “*hortas, onde se criam excelentes frutas e hortaliças*”.

Igualmente refere a existência de “*três boas estalagens por estar na péssima estrada que os almocreves seguem, principalmente no*

¹⁸ Cf. Lopes, J. B. Silva – Ob. Citada “*Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*” – 1841 – 2 volumes; – pág. 321.

¹⁹ Idem, ibidem - Notas das Pág. 320-321

inverno, de Tavira para Lisboa: hoje estão todas arruinadas; uma acomodava mais de 80 cavalgadas”.

Os almocreves eram vendedores/transportadores de mercadorias, usando para o transporte animais de carga (muare), que eram essenciais para o comércio interno e que, neste percurso, levavam do Algarve para o Alentejo vinho, vinagre, amêndoas, uvas, figos e pescado, trazendo de volta alguns sacos de trigo. Tinham um trabalho árduo, cheio de dificuldades várias, entre as quais o perigo de serem assaltados, para além da qualidade dos caminhos.

Estas informações refletem a importância da localidade como sítio de pernoita e descanso (daí a referência às estalagens, que eram uma tradição da aldeia), para os transportes (almocreves, correios, etc.) na rota da estrada que a atravessa, para as comunicações regionais e nacionais.²⁰

Ainda o mesmo autor, na obra citada, apresenta mais informações sobre o Ameixial do seu tempo, referindo a aldeia nos roteiros de Faro ao Ameixial, de Lagos ao Ameixial, e de Faro para Lisboa, embora na época este último percurso não fosse muito aconselhado, por se dever fazer principalmente por via marítima, bem como as distâncias relativas, em léguas, entre todas as povoações do Algarve, ainda que sem muita precisão.

Por todos estes dados aqui referidos, dos autores e obras citadas, ficamos com uma ideia do que foi a vida na freguesia, e principalmente na aldeia, que retirava a sua energia da vida rural e da estrada que a atravessava, que não sendo boa, era uma das que na zona central do Algarve ligava o litoral algarvio às vilas e aldeias do

²⁰ Nos documentos paroquiais do Arquivo Distrital de Faro vimos o nome de um casal de estalajadeiros da aldeia, em 1890 – Manoel Alves e Teresa Rosalina. Mais à frente falarei dos meus avós, que também tiveram uma estalagem na primeira metade do séc. XX.

Baixo Alentejo e Lisboa.

Já no **século XX**, começamos com a infeliz participação de Portugal na I Guerra Mundial, que decorreu entre 1914 e 1918, e em que alguns soldados ameixialenses também participaram, principalmente entre 1917 e 1918, na sua fase final, no nordeste de França. Houve outros teatros de guerra (Angola e Moçambique, dada a proximidade com outras colónias alemãs), para onde também foram enviadas tropas portuguesas, mas do que pesquisamos, só encontramos ameixialenses idos para a frente europeia da guerra (tendo estado alguns também na Inglaterra), integrando o Corpo Expedicionário Português (CEP).

Encontrámos quinze referências a nomes de militares naturais da freguesia do Ameixial, e com os dados disponíveis na fonte citada (*genealogiafb.blogspot.com*), que expomos de seguida (por ordem alfabética):

- **António Francisco** – Soldado do RI 4 [Faro; terá estado prisioneiro dos alemães; viria a ser o pai de António e Mateus Francisco Fernandes- NA].
- **António Martins** – Soldado do RI 4 [Faro]; esteve prisioneiro dos alemães;
- **Francisco Gonçalves** – Soldado de Cavalaria; filho de António João e Maria Costa; embarcou a 2-7-1917 e regressou a 31-5-1919.
- **João Lúcio** – Soldado do RI 4 [Faro]; filho de João Lúcio e Teresa Florinda; embarcou em 26-9-1917; desaparecido em combate em 2-3-1918, esteve prisioneiro dos alemães; regressou em 4-2-1919;
- **João Mestre** – 2º Cabo servente C.A.L.P. [Artilharia pesada]; filho de João Mestre e Maria Domingues; embarcou em 10-1-1918 – esteve em França e na Inglaterra; regressou a 5-2-1919
- **Joaquim Custódio** – Soldado do RI 4 [Faro];
- **José Guerreiro [Veríssimo - NA]** – 1º cabo Apontador C.A.L.P. [Artilharia pesada]; do Azinhal dos Mouros - NA]; filho de Manuel Guerreiro e Serafina Genoveva; embarcou a 10-1-1918 e regressou a 5-2-1919.
- **José Mestre Brázia** – Soldado – C.A.L.P. [Artilharia pesada; da Corte João Marques - NA]; filho de António Mestre e Maria Joaquina; embarcou em 10-1-1918 para França; esteve em Inglaterra entre abril e nov.

- 1918; regressou a 5-2-1919.
- **José Rodrigues** – Soldado do R. Artilharia 3; dos Vermelhos; filho de Manuel Rodrigues e Vitória Maria; embarcou a 19-8-1917 e regressou a 6-5-1919;
 - **Manuel António** – Soldado do RI 4 [Faro];
 - **Manuel Domingos** – Soldado Servente; filho de Manuel Domingos e Maria Joaquina; embarcou a 20-4-1917 e regressou a 19-5-1919.
 - **Manuel Fernandes Rafael António** – Soldado do RI 4 [Faro];
 - **Manuel Guerreiro** – Soldado; filho de Manuel Guerreiro e Maria Custódia; embarcou a 20-2-1917 e regressou a 29-4-1918.
 - **Manuel Mateus** – Soldado do R. Artilharia 3; do Tavilhão; filho de José Mateus e Maria Joaquina; embarcou a 26-10-1917; foi ferido a 7-1-1918 e evacuado; regressou a 28-10-1918.
 - **Manuel Mateus Fernandes** – Alferes do Quadro Auxiliar dos Serviços de Saúde; casado com Julieta Conceição L. Fernandes; filho de Mateus Fernandes e Maria do Rosário Nunes; embarcou em 22-8-1917; foi condecorado com a medalha comemorativa da campanha e louvado pela qualidade do seu serviço; regressou por via terrestre a 8-7-1919.

Na sua maior parte eram praças, havendo dois cabos e um alferes, que estiveram na guerra entre 1917 e 1919 onde terão participado nas batalhas mais encarniçadas do final da mesma.

No total, nesta guerra, entre os portugueses, registaram-se 7760 mortos, 16000 feridos e 13 000 prisioneiros e desaparecidos. Como vimos, da freguesia, apenas obtivemos informação de ter havido um ferido e três que estiveram prisioneiros dos alemães em 1918. Felizmente, não houve nenhuma vítima mortal, tal como se pode constatar nas lápides que estão afixadas na fachada principal da Câmara Municipal de Loulé.



Fig. 10 – Foto de soldados portugueses na I Guerra Mundial
Em cima, os ameixialenses José Guerreiro [Veríssimo], ao centro,
e José Mestre Brázia, à direita. (Foto: D. Maria Mestra Guerreiro)

O último ano desta guerra (1918) ficou ainda marcado pela chamada *Pneumónica* (ou *Gripe Espanhola*), uma pandemia que, vinda de fora, alastrou no nosso país em grande escala, principalmente entre maio e novembro desse ano, com grande incidência na região do Algarve, onde terá provocado dezenas de milhares de mortos, num contexto epidemiológico que parecia atingir principalmente os mais jovens. No concelho de Loulé, registaram-se várias centenas de óbitos, tendo chegado a falecer 70 pessoas num dia, e na nossa freguesia também houve algumas fatalidades. Por estes factos, as autoridades municipais tiveram que proibir o toque dos sinos durante os funerais, para atenuar o alarme social, e ainda requisitar o palácio da Fonte da

Pipa, em Loulé, para funcionar como hospital de campanha.²¹⁻²²

Mas, para a freguesia, a conclusão da estrada nacional em 1913, e o seu alargamento e alcatroamento depois de 1934, de que haveremos de falar a outros propósitos mais à frente, foram os grandes marcos do século XX. Esta melhoria trouxe talvez o período mais conhecido da aldeia entre 1950 e 1980, em que era a única estrada que ligava o Algarve central ao Alentejo e Lisboa, e serviu os primeiros tempos do *boom* turístico algarvio, mas também o início do seu despovoamento.

Mas, antes mesmo do grande desenvolvimento do trânsito automóvel, na minha infância (anos 1950) ainda observei os frequentes carros de besta que passavam e pernoitavam na aldeia, até em instalações dos meus antepassados, transportando mercadorias de e para o Alentejo, nomeadamente por ocasião das grandes feiras de Castro Verde, Almodôvar, ou outras, como era o caso dos produtores e vendedores de materiais de empreita e esparto de Momprolé - Loulé.

Os meus avós tinham (na primeira metade do séc. XX) uma estalagem onde pernoitavam estes viajantes, que devia ser do tipo das antigas estalagens da aldeia, e que podemos considerar como a última, com os cómodos mais direcionados para os animais, que tinham dois amplos espaços com manjedouras corridas, do que para as pessoas, já que não havia quartos nem camas, e os viajantes acomodavam-se nos próprios carros ou no palheiro anexo. Eventualmente havia serviço de refeições ou, na generalidade dos casos, os próprios confeccionavam ou aqueciam os seus alimentos numa lareira existente.

Mas estas situações representaram o final de um ciclo, tendo os transportadores passado a utilizar veículos automóveis e, por esse motivo, deixado de utilizar a estalagem.

²¹ Cf. Jornal Público – artigos de Isabel Salema (27-3-2020) e Idálio Revez (27-11-2020);

²² Cf. Brochura da exposição “A Saúde de uma Comunidade” (Loulé- 1ª metade do séc. XX), por Luísa Martins e João Sabóia – CM Loulé - 2020

Ainda no séc. XX reportamos aqui o célebre *Ciclone de 1941* (sábado, 15 de fevereiro) que assolou todo o continente português e ilhas. Tratou-se de uma depressão muito cavada classificada pelos serviços meteorológicos como *ciclogénese explosiva*, com vento e chuva muito intensos e com rajadas com bastante mais de 100 Km/hora por todo o país, que causou mais de cem mortos e elevados prejuízos económicos.

Titulava assim o Jornal de Notícias, três dias depois (18 de fevereiro):

“Trágico balanço de um dia negro

*Mais de cem mortos – meio milhão de contos de prejuízos!
Das províncias de Portugal, todas flageladas, o Algarve foi a maior
vítima. – O ciclone, que tomou proporções catastróficas, causou na
Madeira danos incalculáveis – lances de epopeia”*

Felizmente a freguesia, embora sentisse fortemente os seus efeitos a nível material (casas destelhadas, árvores derrubadas, culturas destruídas) não teve vítimas mortais a assinalar, mas ficou na memória de todos os que viveram esta data.

Sobre este acontecimento ficou na tradição local um episódio, que se passou com uma figura pitoresca da aldeia da época:

Vinha ele com um feixe de lenha às costas para casa, e foi atirado para o chão, com a sua carga, pela força do vento. Ele achava-se forte, mas o vento não jogava com as mesmas armas que ele. Então, ergueu-se ligeiramente, pôs um joelho no chão, abriu o canivete que tinha no bolso e, com ele na mão, virou-se para o vento e disse:

- Faz-te um homem e vem para mim, malandro, que eu acabo contigo já!

Outro grande acontecimento, pela sua raridade, principalmente após essa data, foi a queda de neve na freguesia, em grande abundância, no dia 2 de fevereiro de 1954. Cobriu toda a região com um espesso manto de neve, como nunca mais houve outra quantidade minimamente parecida com esta, que afetou também todo o sul do país, e tem sido recordado por todos os que tiveram oportunidade de presenciar o fenómeno.

Entre 1961 e 1974, Portugal viria a ter outra guerra no exterior, em que participaram muitas centenas de milhares de portugueses e largas dezenas de ameixialenses – a Guerra Colonial (ou do Ultramar, ou de África), que se desenrolou em três teatros de guerra africanos: Angola (início em 1961), Guiné (1963) e Moçambique (1964).

A esmagadora maioria dos rapazes nascidos entre cerca de 1940 e 1954 (portanto, atualmente com idades entre os 67 e os 80 anos) viu-se mobilizada para esta guerra, iniciada por movimentos que visavam a descolonização desses territórios.

Pelo seu elevado número e menor tempo decorrido, ao contrário do que fizemos para a I Guerra Mundial, não iremos aqui identificar os ameixialenses que participaram nesta guerra.

Houve alguns feridos, outros ficaram com algumas sequelas físicas ou psicológicas duradouras, mas também aqui, felizmente, não houve vítimas mortais, como também se constata nas lápides da Câmara Municipal de Loulé, afixadas há alguns anos.

Em 28 de fevereiro de 1969 (uma sexta-feira, às 3:41H), veio a ocorrer o maior sismo que houve em Portugal no séc. XX, e o último grande sismo sentido em todo o nosso país. Teve uma intensidade avaliada em 7,9 na escala de Richter e VIII na de Mercalli, no extremo sudoeste do Algarve, que foi a região mais atingida, já que o epicentro se situou no mar, a sudoeste do Cabo de S. Vicente.

Na freguesia teria tido uma intensidade entre os graus VI (Bastante Forte) e VII (Muito Forte).

Embora tendo havido algumas vítimas mortais (2 diretamente pelo sismo e 11 indiretamente), também nesta situação, felizmente, a nossa freguesia, embora sentindo fortemente o abalo, não teve danos de maior, nem vítimas pessoais a registar.

Por esta altura, nas décadas de 1960 e 70, o país e a freguesia sofreram também uma forte corrente de emigração para os países europeus, que estavam em grande desenvolvimento, e conheceram (em 1974) a grande mudança política da passagem do regime ditatorial do Estado Novo para a atual Democracia.

V – Economia

A principal fonte de subsistência da população da freguesia foi sempre a agropecuária.

A agricultura é de modelo tradicional, numa terra pobre e delgada, com práticas e técnicas antigas, baseadas no esforço humano e animal, que muito trabalhou para conseguir tirar da terra o sustento das suas vidas, quer produzindo cereais (trigo, centeio, cevada e aveia), em regime de sequeiro, quer os hortícolas tradicionais.

No sentido de produzir os cereais necessários para o fabrico do pão, e no contexto da *Campanha do Trigo* lançada pelo governo do Estado Novo, em 1929, a maioria dos proprietários rurais lançaram-se na cultura deste cereal ao longo das quatro décadas seguintes e, dependendo da quantidade colhida em cada ano, levavam para o celeiro local da FNPT aquilo que remanesca das necessidades de consumo familiar. No entanto, sabe-se hoje cientificamente, e sabiam-no os produtores locais pelo seu esforço, que as terras da freguesia não são próprias para o cultivo deste cereal, onde a produtividade era abaixo da média nacional e muito dependente de fatores naturais. Ao longo dos anos, cada vez mais, e apesar da rotação de culturas e o pousio, os próprios terrenos iam diminuindo a sua capacidade produtiva. Houve, no entanto, um ano, o de 1934, em que excecionalmente a colheita foi muito elevada. Mas o normal eram as fracas colheitas. Raramente se colhiam dez vezes (dez sementes) aquilo que se semeava. Na maior parte dos anos a sementeira dava 5, 6 ou 7 sementes, que tinham que dar para a alimentação familiar e para as despesas em adubos, ou alguma mão-de-obra necessária (monda, ceifa), bem como a maquia da debulhadora mecânica. Foi esse também um dos fatores que contribuiu para o abandono rural, quando outras alternativas externas se perfilaram.

Nos pequenos espaços de regadio (nas hortas dos vales) produzem-se (ou produziam-se) frutos e hortícolas, utilizando a água das ribeiras ou dos poços, extraída com algumas noras, cegonhas (picotas) ou motores a gasolina. Em zonas excecionais de várzea (Tasnal, Azinhal dos Mouros, Ximeno, Tavilhão) junto das ribeiras, podiam produzir-se outras culturas de regadio (milho, melancia, melão, batata-doce, amendoim) em maior quantidade.

A silvicultura, para a qual a terra terá melhores aptidões, ainda tem alguma dimensão em quantidade e em valor produzido, em que se destacam algumas espécies já assinaladas, especialmente o sobreiro, a azinheira e a medronheira, com a respetiva extração da cortiça, das landes/bolotas e o fabrico da aguardente de medronho.

A produção de cortiça (casca do sobreiro) tem sido tradicionalmente a grande riqueza de toda a serra do Caldeirão. Considerada pelos conhecedores de todo o país (e do mundo) como uma das melhores qualidades em cortiça produzida, é muito procurada pelos comerciantes e industriais de outras zonas, onde há manufatura da mesma, não só no Algarve, mas também no centro / norte do país, na zona de Vila da Feira, onde se situa um dos principais polos fabris desta matéria-prima.

Embora cada sobreiro só possa ser descortiçado uma vez em cada nove ou dez anos, não tendo, se for respeitado este intervalo, consequências negativas para a saúde da árvore, e mesmo tendo em conta esse fator para avaliar o seu rendimento, o seu valor tem contribuído muito para os rendimentos de muitas pessoas da freguesia, já que, tendo quase todas algumas terras, nelas têm quase sempre representada esta espécie arbórea típica do bosque mediterrânico.

Mas, também aqui a situação já conheceu melhores dias. A inconstância da pluviosidade anual dos últimos anos, uma doença que tem atingido esta espécie, e ainda não convenientemente

diagnosticada e tratada, e o abandono dos campos e consequente êxodo rural das populações serranas, têm diminuído drasticamente a produção de cortiça em toda a serra, e atingido assim, duma forma extremamente negativa, a economia local. Se nada for feito, dentro de algumas décadas, a produção local de cortiça será insignificante.

Outras culturas a assinalar são a olivicultura, a viticultura e apicultura, que geralmente servem de complemento às outras culturas, portanto em pequena dimensão familiar. Só na Herdade do Tasnal existe um olival de dimensão significativa.

A criação de gado/ pastorícia tem sido mais persistente, embora em pequena escala – criação de ovinos, caprinos, bovinos, já que os asininos, equídeos e suínos (estes últimos em regime extensivo, em aproveitamento do montado de azinheiras e sobreiras) praticamente desapareceram. Atualmente existe na Corte João Marques uma exploração de gado caprino, para produção de leite, com um moderno sistema de ordenha mecânica.

A propriedade fundiária é basicamente de minifúndio, de pequena e muito pequena dimensão, sucessivamente dividida entre os descendentes da família, com a preocupação de que todos fiquem sempre com alguma coisa, o que dificulta a sua exploração adequada. Normalmente não se dividem as propriedades em si mesmas, mas como geralmente cada família tem várias parcelas, dividem-se estas pelos vários descendentes, qualquer que seja o tipo de exploração a que está a ser feita (horta, cerealicultura, pastagem ou floresta). Também é frequente não haver escrituras destas passagens de propriedade, pelo que muitas ainda andam registadas em nome de antigos proprietários.

Alguns proprietários podem ter largas dezenas de parcelas de terras, mas poucas são as propriedades de maior dimensão, com dezenas ou centenas de hectares de área. Na ordem de algumas dezenas serão aquelas que têm mais de dez hectares. Das que têm mais de cem

hectares apontaríamos apenas as herdades do Tasnal (a maior propriedade da freguesia, com cerca de 467 ha), da Palmeira (atualmente com cerca de 446 ha) e do Monte Cavaleiro (250 ha na sua parte algarvia).

Ainda no que respeita à propriedade, é frequente, principalmente junto às povoações, existirem paredes em pedra solta a delimitar os espaços de cada um (assim formando as *cercas*), o que acontece menos nos prédios rústicos mais longínquos. Esta prática parece estar explicada com a existência de gado (ovelhas, cabras, porcos), muitas vezes à solta, e que poderiam causar prejuízos nas culturas de outras pessoas.

Também a caça (perdizes, coelhos, lebres) desde sempre desempenhou um papel importante na zona, não só em termos desportivos, mas antigamente para o próprio sustento de muita gente. Havia grandes caçadores na freguesia e era frequente alguns abaterem dezenas de peças durante um dia de atividade. Atualmente existem delimitações de várias zonas de caça associativa, em que um grupo de caçadores assegura a sua manutenção e programa o abate de espécies cinegéticas.

Faziam-se também batidas aos predadores selvagens (principalmente às raposas), por se considerar que elas atacavam as espécies cinegéticas e as galinhas domésticas, no final das quais os caçadores recolhiam ovos e chouriços que serviam para um petisco alusivo ao evento. Atualmente, e de forma crescente, fazem-se montarias aos javalis, que, depois de várias décadas praticamente desaparecidos, surgiram de novo em força na serra.

Este conjunto de atividades produtivas, ligadas ao meio rural, terá permitido ao longo dos tempos garantir uma subsistência mínima às populações da serra, que se mantiveram sempre em crescimento até meados do séc. XX, contribuindo assim para minorar as cíclicas carestias de alimentos que assolavam historicamente o Algarve. Com

maior ou menor dificuldade, a terra garantia o sustento dos seus habitantes.

No setor transformador destacaria a moagem de cereais, a panificação, a produção de aguardente de medronho, o fabrico de queijo de cabra e de ovelha, a fiação do linho e da lã, à escala doméstica, e pouco mais. Sobre a primeira, podemos dizer que houve duas instalações mecânicas na freguesia: uma, junto ao adro da igreja (no edifício onde funcionou a escola primária antes da localização atual), a mais antiga, fundada por Joaquim Bento, por volta dos anos 1920, que depois a vendeu a um grupo de três sócios (José Cavaco, José Pires e José Inácio, sendo que este último, quando faleceu, legou a Mateus Pires, da Medronheira, a sua parte), a qual funcionou ao longo da maior parte do séc. XX; a outra, nos Besteiros, propriedade de José Fernandes. Neste âmbito, também é de referir a importância dos moinhos de vento e de água, de que falaremos no Cap. IX. Esta indústria foi representativa da época dos cereais e da vida rural da freguesia. Atualmente já não existe nenhuma instalação moageira a funcionar

Na área das artes e ofícios tradicionais, mesmo as oficinas antigamente existentes para apoio à atividade rural e pessoal, hoje estão completamente desaparecidas, e há várias décadas (ferreiros / ferradores, albardeiros, mecânicos, carpinteiros, sapateiros, tecedeiras, alfaiates, costureiras, cesteiros, cadeiros, caldeiros, etc.).

No entanto, em meados do séc. XX (anos 1950 e 60) houve algumas iniciativas de pouca duração que são de assinalar. Entre elas, principalmente a prestigiada produção de chumbo para caça, iniciativa de José Rodrigues Catarino (Zezé), um ameixialense muito empreendedor, que ao longo da sua vida desenvolveu diversas e prósperas atividades, depois também em Faro, onde se veio a radicar. Também da mesma época, e também efémeras, as instalações produtivas de capachos para lagares de azeite, e outra de fabrico de

malas de cartão para viagem, então muito em voga, e que foram da iniciativa de Augusto Firmino Teixeira e Joaquim Gonçalves.

Mais recentemente, no final do século passado, houve também a laboração durante alguns anos de uma fábrica de transformação inicial de cortiça no Vale Redondo, da iniciativa de Albino Pires, que não teve continuidade.

Atualmente, com dimensão industrial, destacamos apenas um estabelecimento de panificação (aldeia), e outro de enchidos de carne de porco (Cavalos); a nível mais artesanal e familiar podemos ainda encontrar duas ou três destilarias de medronho (Besteiros, Portela, Vermelhos) e eventualmente alguma produção de queijo de cabra.

Em relação ao comércio e estabelecimentos comerciais localizados na freguesia diremos que no período acima referido entre 1950 e 1980, com a abertura do turismo do Algarve e a importância da sua estrada, os carros particulares em trânsito e a camionagem de carga de longo curso trouxeram uma grande dinâmica ao comércio local (cafés e tabernas), que de algum modo se perdeu, embora na atualidade a promoção turística da Estrada Nacional 2 esteja novamente a trazer movimento.

Em meados do séc. XX havia na freguesia mais de uma dúzia de estabelecimentos comerciais, a maioria de bebidas, (alguns dos quais se foram transformando em cafés), não só na aldeia, mas também na linha da estrada nacional (Besteiros - 2; Cavalos - 2; Vale da Rosa – 1) e outro nas Corgas. Havia também cinco mercearias e duas lojas de tecidos a metro. Hoje em toda a freguesia há seis lojas de bebidas/cafés, em que dois também têm algum serviço de refeições e outro de produtos básicos de mercearia. Fora da aldeia, só se mantém o estabelecimento das Corgas.

Também esta situação reflete as transformações socioeconómicas que o país conheceu, e que também se fizeram sentir na freguesia,

alterando toda a dinâmica social. A saída de muitos jovens para a guerra colonial (1961-74), as migrações, quer para o estrangeiro, especialmente a partir da década de 1960 (França e Alemanha, principalmente), quer a nível interno, para o Algarve litoral, com o emprego no turismo ou na construção civil, e ainda a partida da juventude para estudar na sede do concelho ou do distrito, mostraram que as condições de vida, de trabalho e de emprego locais não podiam competir com as de localidades de maior dimensão. Até porque a agricultura tradicional, feita ao ar livre, e muito dependente das condições meteorológicas, tornava difícil o seu trabalho.

A chuva outonal nas sementeiras, o calor e a posição de trabalho da ceifa, no início do verão, por exemplo, eram difíceis de suportar, e quando as pessoas viram outras maneiras de viver ao abrigo da intempérie e mais certas nos rendimentos, abriu-se um acentuado êxodo rural da sua população que ainda hoje está em marcha.

Por outro lado, foi preciso esperar pela Democracia para haver água canalizada e esgotos na aldeia e luz elétrica na freguesia (finais dos anos 1970), e isso de algum modo revelou-se demasiado tardio.

Também se regista que aqueles que regressaram da emigração, geralmente não voltaram para a sua freguesia, antes procuraram comprar novas residências nas cidades do Algarve.

Nos nossos dias mantém-se algum pequeno comércio ligado ao trânsito da estrada nacional que, com os serviços públicos da autarquia e do Lar da Terceira Idade, complementam a vida económica da freguesia.

Importantes para a economia da freguesia eram (e ainda são, de algum modo) as feiras anuais e os mercados mensais, de que falaremos em capítulo próprio.

VI - Relações sociais

De todas estas características económicas descritas resulta uma sociedade de um modo geral de classe média, em que a imensa maioria das famílias é proprietária de algumas parcelas (*courelas*) de terra e das suas habitações, que normalmente já vieram dos seus antepassados, sendo apenas historicamente assinalada uma família possuidora de bens imóveis mais significativos, como algumas das propriedades que acima citámos.

Para confirmar esta situação de ligação à atividade agrícola fizemos um levantamento das profissões atribuídas aos pais das crianças batizadas na igreja paroquial nos anos de 1860 e 1900, e dele extraímos os seguintes gráficos ¹:

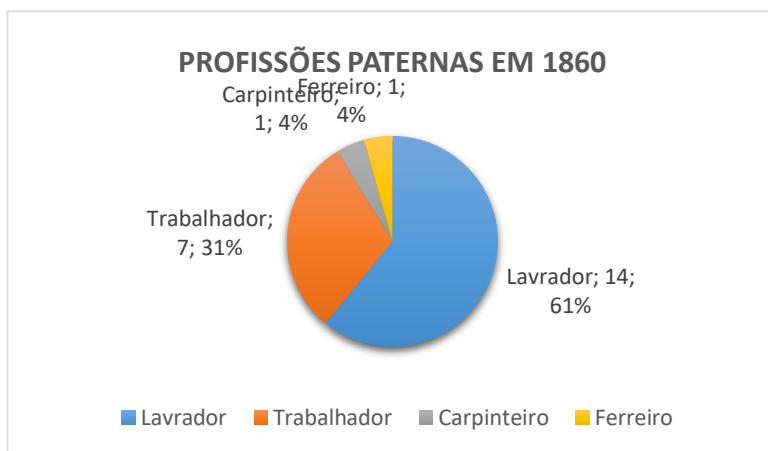
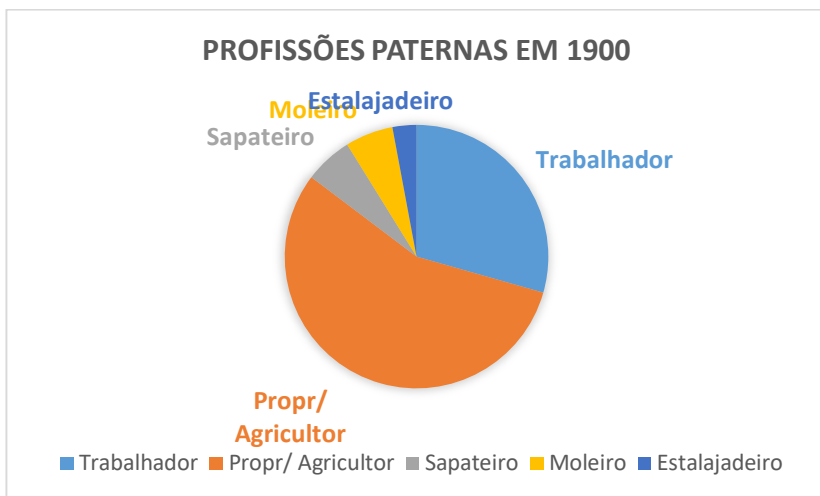


Fig. – Profissões paternas em 1860

¹ Cf. Arquivo Distrital de Faro - PT-ADFAR-PRQ-LLE03-001-00005 e PT-ADFAR-PRQ-LLE03-001-00035.



Como se vê facilmente, nas duas datas, cerca de 60% dos pais são proprietários / agricultores; 30% são trabalhadores (rurais), presumindo-se que estes não têm terras suas que lhe permitam o sustento independente; 12% são profissionais de ofícios tradicionais necessários à vida da comunidade rural (sapateiros, carpinteiros, moleiros, ferreiros, etc); e 3% um estalajadeiro, incluído porque neste ano lhe morreu um filho.

Por outro lado, e na mesma ordem de ideias, as profissões maternas estavam geralmente relacionadas com o “governo doméstico” (como então se dizia) que complementavam com as tarefas agrícolas, em terra própria ou como trabalhadoras à jorna em terra alheia.

Tradicionalmente a estrutura social mais importante era a família, que fazia a ligação entre todos os seus membros. Família em sentido restrito e em sentido lato, uma vez que, antes da era da emigração, era frequente as pessoas viverem toda a sua vida numa mesma área geográfica, na mesma aldeia ou no mesmo monte.

Esta proximidade fazia com que as pessoas tivessem entre si algum grau de parentesco, mais próximo ou mais distante. Como ainda é

usual na serra, até ao quinto grau de parentesco as pessoas entre si tratavam-se por *primos*, e depois desse grau, muitas vezes até não se saber qual, como *parentes*. Assim, grande parte dos habitantes chamam-se entre si de parentes, porque, por exemplo, havia uma tetravó de um que era sobrinha de um pentavó de outro.

Havia uma certa endogamia, fruto do isolamento da freguesia em relação aos grandes centros, e, portanto, o normal era as pessoas casarem na freguesia ou em freguesias vizinhas. Ainda hoje, nas gerações de meia idade, e para exemplificar esta situação, é curioso observar o número de homens da freguesia que casaram no vizinho concelho de Alcoutim (nomeadamente em Martim Longo), ou o número de senhoras que encontraram os seus maridos na vizinha freguesia de Salir (nomeadamente no Vale da Rosa).

Ainda sobre o casamento era costume no século passado iniciar-se uma família com os noivos a *fugir* de casa (ou *juntar-se*), especificamente a noiva, que assim, de uma forma que parecia clandestina, era levada de casa de seus pais normalmente para casa dos pais do noivo, mas que, ao contrário do que pode parecer, era geralmente patrocinada pelos seus pais, que assim seguiam a tradição.

Na época, na generalidade do país, a família constituía-se a partir do casamento formal, normalmente de igreja, mas aqui era normal fazê-lo daquela forma, quase sempre ao fim-de-semana, quando havia maior disponibilidade. Nascia o primeiro filho e, só mais tarde, geralmente aquando do seu batismo, os pais aproveitavam a ocasião para se casarem oficialmente. Isto gerava a situação de, em face da lei em vigor então, esse primeiro filho ficar com o registo de ilegítimo na sua certidão de nascimento, o que gerava alguma surpresa quando ele mais tarde via esse documento. Mas também via que a situação tinha já sido regularizada, com o averbamento da sua legitimação, pelo casamento posterior dos pais.

Tendo em conta a realidade nacional presente, em que a generalidade dos noivos começa por uma união de facto, muitas vezes prolongada ou definitiva, agora já devidamente reconhecida na legislação em vigor, essa tradição hoje seria considerada normal.

A família era patriarcal, o homem trabalhava geralmente no campo e a mulher em casa, embora participando ativamente no trabalho agrícola nas épocas do ano de maior necessidade (monda, ceifa, apanha de azeitonas, etc.). As crianças também ficavam maioritariamente ao cuidado das mães, principalmente enquanto mais pequenas. A partir da idade escolar, na medida das suas possibilidades, começavam a participar na vida económica da família, num tempo em que se promovia oficialmente que *“o trabalho do menino é pouco, mas quem não o aproveita é louco”*.

As famílias não tinham geralmente muitos filhos (2 ou 3, o que era normal no século passado), mas havia algumas que ultrapassavam largamente estes números, nomeadamente na sede de freguesia.

Não havia creches ou outras instituições do género, até porque, depois dos dois primeiros anos de vida, uma criança podia ir para a casa de alguma vizinha ou para a rua brincar. Nos anos 1950, as crianças tinham um raio de ação de cerca de cem metros, onde podiam permanecer nalgumas casas de família, muitas vezes também com filhos, que acabavam por ser extensões da sua casa, onde podiam comer e beber, se lhes apetecesse, sem qualquer problema, e com as quais se formaram laços de amizade perenes.

Aliás as portas das casas, mesmo das particulares, habitualmente estavam abertas ou, no máximo, encostadas para evitarem a entrada de animais da rua (cães, gatos, galinhas), e, portanto, cada casa era um porto de abrigo para qualquer criança. Mesmo os adultos, geralmente não tinham o costume de bater à porta do vizinho. Entrava-se, perguntava-se em voz alta ‘está alguém’ e dirigia-se para

a casa de fora ou cozinha da casa, onde normalmente deveria estar mesmo alguém, geralmente a mãe de família.

A mesma criação e ambiente familiar unia os irmãos para sempre, mas não havia o hábito urbano de se encontrarem amiúde ao longo da vida, em casa de cada um, por exemplo em festas e almoços, sem qualquer contexto importante, para além dos casamentos e batizados de algum filho ou neto que, esses sim, eram devidamente celebrados com todos os familiares e amigos.

Também eram raras as situações de divórcio, o que não era original, porque o contexto político e cultural da época levava a que isso acontecesse em todo o país.

Depois, e como vimos, foi-se abrindo esta ligação, com as gerações mais novas que, ao emigrarem ou irem para Loulé ou Faro estudar,

acabavam por não voltar a radicar-se no seu local de origem, ao contrário do que se vê noutras localidades próximas. Por esse motivo, foram ficando as gerações mais velhas na freguesia e hoje, no geral, constitui-se uma população envelhecida em que os pais (ou só algum deles) vivem sozinhos e longe dos descendentes. De qualquer modo, havia o costume de visitar a freguesia nos dias festivos e nas feiras, que assim tinham também esta importante vertente de convívio social para quem se quer bem, mas não vive próximo.

Devido à baixa população do território, em geral, as pessoas da freguesia conhecem-se todas umas às outras, e as linhagens de parentesco de cada uma delas. Até porque há uma tradição de, num primeiro conhecimento ou abordagem, tentar saber quem é, de onde é, e quem é a sua família, e assim descobrir algum laço de parentesco ancestral. E é frequente entre as pessoas mais velhas este ser um tema de conversa (chamam-lhe *deslindar gerações*), que estabelece as ligações entre todos.

Por outro lado, também um dado curioso, e a nível do conhecimento da realidade envolvente, é o facto de os proprietários rurais conhecerem as suas propriedades, naturalmente, mas também as das redondezas, e não só as mais próximas, naquilo que respeita aos respetivos proprietários, limites e confrontações. E sabemos por experiência própria, que isto nem sempre é fácil, principalmente estabelecer um quadro mental dos limites de cada propriedade, dadas as características morfológicas da serra, e o facto de em poucos anos o terreno estar coberto de densa vegetação, que não deixa ver o solo nem os marcos indicadores.

Ainda um outro momento que ainda marca as relações pessoais entre os habitantes da freguesia é o do falecimento de algum familiar, vizinho ou conhecido. Há o hábito arreigado de acompanhar o funeral de todos os que vão falecendo na freguesia, dada a situação de se conhecerem todos, ou entre si haver qualquer laço familiar, como vimos atrás.

Como também é vulgar no sul do país, a cerimónia religiosa é maioritariamente participada dentro da igreja pelas mulheres, sendo que a maioria dos homens fica no exterior da mesma, esperando pela saída do féretro, para depois todos fazerem o percurso até ao cemitério, o qual também não fica muito longe, ao contrário de outras freguesias vizinhas, no Algarve e no Alentejo.

Na ocasião dos funerais, passados alguns dias, normalmente na missa de sétimo dia, havia o costume de a família oferecer uma muda de roupa a alguém necessitado e distribuir um pão a cada pessoa, *por alma* do falecido.

Esta vivência religiosa também é muito peculiar: as pessoas por norma não têm uma vivência religiosa intensa, no sentido de ir à missa e participar na vida da igreja, e isso pode dar uma ideia errada a quem vem de fora, mas são crentes individualmente, na sua consciência e na moral que pauta as suas vidas. A falta de intensidade

na vivência religiosa poderá dever-se à mentalidade dominante de uma certa indiferença, mas também à longa ausência de pároco, já que nas últimas longas décadas não houve um pároco com residência permanente e em exclusivo na freguesia, perdendo-se assim o valioso contacto no quotidiano entre o pastor e os fiéis. Até meados do século passado, sabe-se que dois deles ainda aqui ficavam alguns dias: o Padre João Peres (anos 1916-1955), que residia habitualmente na outra freguesia que tinha a seu cargo (Querença) e aqui ficava na altura das festas locais, tendo chegado a possuir uma casa na aldeia; e o seguinte, o Padre Joaquim Moreira, num período fugaz entre 1955 e 1958, em que permanecia alguns dias quando podia, em altura de férias no seminário de Faro, onde era professor. Este último, pelo seu carisma, empatia e dinamismo, conseguia encher a igreja com todos aqueles que na hora da missa estavam ociosos nos locais públicos da aldeia.

Por norma, as pessoas têm a noção dos direitos dos outros e vivem de acordo com a moral cristã, há muito enraizada na comunidade. Mostram muita devoção ao seu padroeiro, Santo António, como antigamente mostravam a S. Luís, em virtude dos animais que possuíam, e a grande maioria da população participa nas procissões que se fazem nas suas festas.

Também podemos dizer que são pessoas acolhedoras, que tratam bem os forasteiros, com cortesia e hospitalidade. Lembramo-nos da chegada dos primeiros turistas estrangeiros nos anos 1960, quando se procurava alguém que pudesse falar inglês com eles.

São igualmente pacíficas entre si. Haverá, pontualmente, situações de conflito entre vizinhos, como é natural entre pessoas que vivem na mesma comunidade, sendo que essas situações derivam muitas vezes da propriedade da terra: problemas de alegadas deslocações de marcos delimitadores das terras, ocupação indevida de uma faixa

de terra que o vizinho acha que é sua, apropriação de sobreiros (e extração de cortiça) em terra para além dos seus limites, etc.

Este tipo de situações foi potenciado nas últimas décadas, no período de abandono da vida do campo, com o mato a crescer e, nas limpezas mecânicas ser frequente o derrube e desaparecimento dos marcos das terras. Estes conflitos são geralmente dirimidos com uma conversa entre as partes, e se ambos concordarem o assunto fica encerrado, mas se não, gera-se um corte de relações, diria passivo, isto é, as pessoas deixam de se falar, ficam de mal entre si, e o assunto fica pendente. Raramente recorrem aos serviços judiciais para resolver o assunto, depois de ter deixado de haver na freguesia figuras que podiam exercer a arbitragem: o regedor, o juiz de paz e os cabos-chefe nas pequenas povoações.

Com a recente medição e cadastro das terras será possível definir de forma permanente os limites das terras de cada um, e eventualmente evitar estas situações.

Para finalizar, também é curioso o facto de muitas famílias terem alcunhas coletivas, com as mais variadas origens e explicações, mas que eram normalmente aplicadas a todos os seus membros. A situação era mais frequente na aldeia-sede, onde assinalamos que um número significativo de famílias residentes tinha a sua alcunha. Embora uns gostassem mais, outros menos, de serem citados por outros nomes que não os do seu batismo, isso parece que não era motivo de grandes discórdias entre os vizinhos, o que também traduz o carácter pacífico das suas gentes. Atualmente, com a diminuição da população e as gerações mais jovens, muitas destes nomes caíram em desuso, ou foram sendo substituídos por alcunhas individuais, que não relacionam a família.

Ainda no plano social, gostaríamos de deixar aqui alguma informação sobre os nomes próprios mais usados no século XIX, a partir dos nomes registados nos batismos:

Em 1860:

– Rapazes: Manoel (5); António (3); João (2); José e Severino (1);

Raparigas: Joaquina e Maria (2); Antónia, Ignácia, Catharina, Francisca, Anna, Serafina, Marianna e Feliciano (1).

Em 1900:

- Rapazes – Manuel (10); José (6); António (3); Joaquim, Diogo, Rafael e João (1);

- Raparigas: Maria (6); Theresa, Gracinda, Marianna e Custódia (1).

VII - Infraestruturas: Comunicações e Transportes, Água e Eletricidade

A principal via de comunicação da freguesia continua a ser a Estrada Nacional 2 (EN 2) que, estendendo-se na direção Norte-Sul, divide a aldeia e a freguesia de Ameixial praticamente a meio, como espinha dorsal do seu território. Por essa importância, vamos dedicar-lhe aqui algum espaço, para analisarmos a sua história.

A estrada antiga, que existia há muito (como vimos no Cap. IV, já uma das principais vias romanas do chamado *Itinerário de Antonino* passaria por aqui, embora com eventuais diferenças do atual corredor), era naturalmente diferente daquela que hoje conhecemos e mais não seria do que um caminho difícil, apto para a passagem de animais de carga ou de sela, e que na maior parte dos troços não permitia a passagem de carroças. Seria frequentada por almocreves com as suas cargas, ou viajantes a título individual ou em funções oficiais (como os correios).

Apoiando-nos nas investigações de Maria Isabel S. Carneiro¹ e que agora vamos utilizar, ficamos a saber que no início do séc. XIX, os algarvios faziam chegar à Corte queixas sobre o estado das estradas da região. Em 16 de Agosto de 1827, o Governador das Armas do Reino do Algarve enviava uma representação ao Ministério do Reino a denunciar o mau estado de conservação das "*Estradas e Caminhos (...) a ponto de tornar difícil e perigoso o transito com grave prejuizo da Agricultura e do Commercio*". O poder central pareceu interessar-se pelo problema, mas nada foi feito de concreto.

Cerca de 1840, registava-se que as estradas eram "*menos más na beira do mar, no barrocal porém piores, e na serra péssimas. Algu-*

¹ Cf. Obra citada – Pág. 81-100; 104-105;

mas das povoações apenas se [comunicavam] entre si por veredas (...). As comunicações com o Além Tejo (...) [eram] quasi intransitáveis.”

Esta informação coincide com a citação que fizemos no Cap. IV, em que J. B. Silva Lopes caracterizava a estrada que passava no Ameixial como *“péssima estrada que os almocreves seguem, principalmente no inverno, de Tavira para Lisboa”*.

Um documento de 1852 salienta a importância da estrada de Faro a Loulé, como forma de ligar o *“Algarve com o Alentejo, e em seguida com a capital do Reino”*. Nesta década veio a ser aplicado macadame nesta estrada, em 1857, a qual foi a primeira estrada do Algarve construída em macadame. Mas esta não era ainda a estrada que ligaria ao Ameixial.

No início dos anos setenta do século XIX, tinha-se iniciado a construção da estrada que seguiria de Faro para Castro Verde (e ligação ao Norte), mas não passava ainda de S. Brás de Alportel. Em 1875 concluía-se o troço entre Alportel e Barranco do Velho.

Passando a utilizar os documentos citados do arquivo da JAE no Arquivo Distrital de Faro, sabemos que nos anos 80 esta primitiva estrada chegaria à freguesia, em dois lanços: Cortelha – Cumeada dos Cavalos, e Cumeada dos Cavalos – Ameixial. Este segundo troço, depois de aprovado em portaria de 1879, foi projetado e elaborado o seu caderno de encargos em 1884, e deverá ter sido realizado na segunda metade dessa década. Tinha uma largura de via de 4,40 m + 1,1 m de cada lado de berma, pavimentada no processo de Mac-Adam (macadame). Curiosamente nesse projeto de 1884, onde está um levantamento da aldeia do Ameixial, praticamente não havia nenhuma casa no espaço que hoje tem as casas com pedra à vista, a poente da estrada. E mesmo no adro, à volta da igreja, havia só três ou quatro, distanciadas umas das outras. Isto significa que a constru-

ção de casas junto à estrada ocorreu entre o final do séc. XIX e as primeiras três décadas do séc. XX, porque depois no alargamento e alcatroamento da estrada irá haver necessidade de um novo alinhamento urbanístico, como iremos ver mais à frente.

É de 1889 a construção da casa de cantoneiros situada na oficialmente designada Cumeada dos Cavalos, sendo que havia a ideia de fazer mais duas junto à ponte do Vascão (que nessa altura ainda não existia, mas estava prevista, necessariamente) mas nunca vieram a ser concretizadas. Neste último ano a estrada era designada numa listagem do Diário do Governo de 8-3-1889 por Estrada Real de 1º ordem nº 17.

Num mapa das estradas de 1907, publicado pela União Velocipédica Portuguesa, vimos a interrupção da estrada na zona da freguesia, sendo que nenhuma estrada nacional, por essa altura, comunicava entre o Algarve e o Alentejo.

Também pelos documentos da Junta Autónoma das Estradas (JAE) citados ficamos a saber que o lanço entre o Ameixial e a ribeira do Vascão (fronteira Alentejo-Algarve) foi feito entre 1912 e 1913, já como Estrada Nacional nº 17, em duas empreitadas: a da terraplanagem pela empresa de José de Sousa Chumbinho Júnior; e a da pavimentação, pela empresa de Joaquim Inácio Mendes, ambas de Faro. Estava concluído em 28-04-1913.

Também a ponte sobre a ribeira do Vascão (no limite do concelho) foi lançada a concurso pela Direção de Obras Públicas do Distrito de Faro, em 1911, tendo sido adjudicada em junho de 1912, a uma empresa em nome de José Mendes Tengarrinha, de Faro, com os trabalhos a começarem em setembro seguinte. A obra estava concluída em dezembro de 1913, com um custo final de 13 900\$000 réis, contando com um orçamento adicional. Note-se que a gestão do processo foi então das Obras Públicas do Distrito de Faro, quando desde há muitos

anos a ponte é gerida pela Direção de Estradas do Distrito de Beja, conforme placa que tem afixada no seu topo sul.

Estes 30 anos para completar a estrada na freguesia ficaram na tradição local, dado que os mais velhos foram passando essa ideia de que a estrada tinha demorado muito tempo a ser feita na freguesia, e que teria sido a última parte a ser concluída, quando já existia a parte alentejana da mesma. Problemas financeiros, provavelmente, do tempo da I República.



Fig. 11 – A ponte do Vascão, na Estrada Nacional 2

Mas esta estrada não era ainda aquilo que os algarvios necessitavam e a crescente evolução dos transportes exigia.

Conforme nos continua a informar Maria Isabel S. Carneiro (obra citada), em 1915, no primeiro Congresso Regional do Algarve, o deputado Agostinho Lúcio dizia *“O Algarve é constituído por (...) duas partes muito distintas, litoral e serra (...). Esta area que é muito irregular e parcamente provida de estradas, deixa ver logo pelo*

exame do mappa de viação do Districto, que se a facha do litoral é regularmente servida dos necessários meios de comunicação urbana e rural; a serra, essa é duma pobreza de meios de viação, que não se sabe como melhor explica-la, se por abandono a que são votadas essas miseráveis estações sertanejas, se á ignorância, se á indiferença dos poderes superiores, pelo estado, em que vivem esses desventurados habitantes da cadeia de montanhas, que partindo da Foya de Monchique se estendem á margem direita do Guadiana.”

Mas a ocasião era difícil no país, em termos económicos e a participação na guerra ainda dificultou mais as coisas. Só em 1930 teria sido terminado o troço entre Faro e Aljustrel, nesta primeira versão, e que passou a ser definida na listagem de estradas nacionais de agosto de 31 de agosto 1926 como Estrada Nacional nº 19, entre Cacilhas e Faro.

Foi também neste período (1927-30) que a CML procedeu à abertura da estrada entre Loulé e o Barranco do Velho, que embora fora da freguesia, passa a servir a ligação desta com a sede de concelho.

Nesta época, a maior parte dos transportes continuava a ser em veículos de tração animal, ao mesmo tempo que iam aumentando os veículos automóveis, numa primeira fase a vapor, com o carvão como combustível. Este tipo de transportes justificaria a sinuosidade do percurso através da serra, para permitir aos animais fazerem o seu caminho sem demasiado esforço.

Nos anos do Estado Novo voltou a haver interesse e condições para investir a fundo nas obras públicas, sob a visão e o comando do louletano e ministro das Obras Públicas e Comunicações, o Engº Duarte Pacheco (ministro entre 1932-36 e 1938-43). Sob o seu impulso, foi levada a cabo uma política de infraestruturas, na qual as estradas têm a segunda maior despesa, quando foram dadas à Junta Autónoma de Estradas (JAE – criada em 1927), as condições para fazer o seu trabalho, pelo Decreto-Lei nº 23 239, de 20 de novembro de 1933. Este desenvolvimento ainda continuou nos anos seguintes à

sua morte prematura (1943), tendo-se realizado em 1948 no Instituto Superior Técnico, em Lisboa uma grande exposição das Obras Públicas. Esta expansão da rede viária foi causa e efeito da grande explosão do transporte automóvel em geral e da camionagem em particular nos anos 30 e 40.

Novamente pelos arquivos da JAE ficamos a saber que foi neste contexto que a estrada foi requalificada (alargada, retificada e alcatroada) ainda nos anos 1930, sendo que o troço entre Almodôvar e S. Brás de Alportel foi adjudicado em junho de 1934 à empresa Mesquita, Lda., com sede em Lisboa, na Rua dos Fanqueiros, nº 91, tendo como sócio gerente Manuel Gomes Meleiro, pelo valor da época (em Escudos) de 3 957 840\$00, e realizada nos três anos seguintes. A estrada passava a ter 6,60 m de faixa de rodagem. Nessa empreitada entrava também a construção de três casas de cantoneiros: Vale Maria Dias, Barranco do Velho e Bicas da Serra, cujas fachadas ostentam, ainda hoje, a data de 1937.

Desta época será também o Miradouro do Caldeirão, embora fora daquela empreitada, construção em plataforma quadrangular, a 575 m de altitude, com as paredes em pedra de xisto regional (v. cap. IX).

Alguns anos depois, em 1945-46, a Direção de Estradas do Distrito de Faro, da JAE, realizou ainda importantes trabalhos de finalização do alargamento na estrada na aldeia do Ameixial que, em complemento, implicaram alterações e melhoramentos no casario da aldeia, que se podem ver ainda hoje no exterior da igreja, da escola primária, do cemitério e de muitas casas junto à estrada (como veremos mais pormenorizadamente nos Cap. VIII, IX e X).

Era nessa época Diretor de Estradas de Faro da JAE o Eng^o Joaquim Barata Correia (ou Corrêa, como então se escrevia, nascido na Sertã – 1898, e falecido em Lisboa – 1955), que iniciou funções de Engenheiro Ajudante, em 1927, e foi seu Diretor, de 1935 a 1946.

Citamos aqui esta figura porque ela foi muito importante na reconstrução da estrada, mas também na intervenção que foi feita na aldeia do Ameixial, em que ele deixou uma marca profunda que ainda hoje perdura, e durante muito tempo estará impressa na arquitetura local e na imagem externa da própria localidade.

Tal como foi importante para o concelho de Loulé, onde também trabalhou na Câmara Municipal, tendo ficado ligado à abertura da antiga Av. Marechal Carmona (hoje 25 de Abril), do antigo Centro de Saúde e às redes de água e saneamento de Loulé. Também foi relevante para o Algarve em geral. Por sua obra no concelho, a Câmara de Loulé atribuiu-lhe um louvor, e todos os municípios do Algarve o homenagearam pelo trabalho realizado na província, em toda a sua rede de viação, quando, no final de 1946, deixou o cargo no distrito de Faro e foi ocupar o mesmo lugar no distrito de Lisboa. Já tinha também o seu nome numa rua da cidade de Loulé, desde 1936.

Pela tradição local e pelo que lemos dele, foi uma grande figura pública do Algarve e, pela maneira como trabalhava e decidia, não deslustra, à sua escala, da personalidade e obra do seu ministro, de quem, aliás, era quase da mesma idade e formado na mesma escola superior – o Instituto Superior Técnico.

Para concluir, segundo a tradição local, também terá sido ele quem trouxe as giestas para a Serra do Caldeirão: querendo embelezar a estrada, mandou plantar à sua beira esta espécie de arbusto, comum na sua zona natal, a qual na primavera, em maio, produz uma característica floração de tom amarelo que, ao longo dos anos se foi estendendo a todo o mato serrano, já a centenas de metros da estrada.

Voltando à EN 2, o Plano Rodoviário Nacional de 1945 (Decreto-Lei 34593, de 11-5-1945) organizou uma nova classificação e numeração

das estradas nacionais, tendo a antiga EN 19 passado a integrar na sua parte mais a sul (Torrão a Faro) a nova Estrada Nacional nº 2, entre Chaves e Faro, com uma distância total de 738,5 Km, com a apresentação que praticamente tem ainda hoje, pelo centro longitudinal do país, e sendo a maior estrada de Portugal e uma das maiores da Europa.

No caso da nossa zona, continua a ter os problemas de origem, nomeadamente um traçado demasiado sinuoso a atravessar a Serra do Caldeirão, e foi durante muitos anos do séc. XX a principal via de ligação do Algarve central ao Alentejo e Lisboa.

Era muito utilizada pela camionagem de carga, no longo curso, mas também pelos automóveis ligeiros para as viagens entre o Algarve e o Alentejo ou Lisboa. Lembramo-nos de ver dezenas de camiões estacionados na estrada em simultâneo, em ambos os sentidos, principalmente à noite, com os camionistas a frequentar os cafés da terra, principalmente o Café Lúcio & Fernando, onde comiam umas afamadas sandes de presunto ou chouriço, e descansavam alguns minutos na viagem de longo curso. Também nos anos 1970, com o desenvolvimento do turismo algarvio, eram centenas os carros de passageiros que nela passavam aos fins de semana.

Com a melhoria de outras estradas alternativas, nos anos 1980, nomeadamente o IP 1, por S. Marcos da Serra, passou a estar praticamente só ao serviço das populações locais ou das proximidades, tendo o troço entre Almodôvar e S. Brás de Alportel de algum modo sido desclassificado, quando em 1998 passou à categoria de Estrada Regional (ER).

Hoje, com um tapete razoável colocado há alguns anos, vive uma nova fase de dinamização como a maior estrada turística do país, valorizando-se a sua extensão e o facto de atravessar 35 concelhos de norte a sul.

Também recebeu já no séc. XXI (2003) a qualificação de estrada-património no troço entre Almodôvar e S. Brás de Alportel (onde a nossa freguesia fica sensivelmente a meio), com características paisagísticas únicas para se usufruir das suas vistas, em velocidade mais lenta, o que, por outro lado, se torna outro problema, na era da velocidade.

Por estes motivos, e por uma concertada publicidade institucional e pelas redes sociais, tornou-se na atualidade o percurso predileto dos amantes das motos, principalmente aos fins de semana, em que a cruzam às centenas, somando-se aos que a fazem de carro, bicicleta ou até a pé (!).

Passemos agora às vias de comunicação municipais e intermunicipais:

Nas últimas décadas as estradas municipais antigas também foram praticamente todas alcatroadas, melhorando as ligações entre as diversas povoações da freguesia e com os concelhos de Alcoutim, Tavira e Almodôvar, bem como a freguesia irmã de Salir. Neste caso destacamos as seguintes:

- M 503 – ligação da sede de freguesia ao Caldeirão e Vermelhos, seguindo para Salir, e com ligação à Corte Pinheiro (Santa Cruz-Almodôvar);
- VNC 012 - ligação da sede de freguesia (EN 2) ao Azinhal dos Mouros e à Corte Pinheiro (Santa Cruz- Almodôvar), com ramificação para o Tavilhão e fechando na EN 2, a sul da ponte de Vascão;
- M 1029, ligação da sede de freguesia às Revezes, Mosteiro, Tasnal e fechando junto da anterior;
- M 504 – ligação da sede de freguesia (EN 2) à Corte de Ouro, Corte João Marques e Cachopo – Tavira (EN 124); a partir da Corte João Marques tem uma ramificação para Martim Longo (VNC 004/VNC 006);
- VNC 021 / VNC 008, ligação dos Besteiros (EN 2) à Corte de Ouro (M 504);

- M 1099, ligação entre Besteiros (EN 2), Pêro Ponto, Figueirinha e Vale da Rosa (EN 2);

- VNC 017, ligação dos Cavalos (EN 2) à Portela e Ximeno (M 503).

Nestas estradas citadas destacamos ainda algumas pontes (aquilo que os técnicos de estradas chamam *obras de arte*), pela sua dimensão e importância viária:

- Sobre a ribeira do Vascão: a mais importante e mais antiga, e que por isso tem ainda o nome como se fosse a única – a ponte de Vascão (na EN2). Como vimos atrás (Cap. I e II), atravessa a fronteira entre o Algarve e o Alentejo e, portanto, só a sua metade sul pertence à freguesia do Ameixial; a ponte do Ximeno (na M 503); e a ponte do Azinhal dos Mouros, ligando ao Alentejo (na VNC 012);

- Sobre a ribeira do Vascãozinho: a ponte das Revezes (na M 1029); e a ponte Ameixial - Corte de Ouro (na M 504);

- Sobre a ribeira da Corte: a ponte da Corte João Marques, a mais recente, na estrada de ligação a Cachopo /Tavira (M 504).

Os restantes atravessamentos de veículos são feitos em pontões sobre manilhas de betão ou, o mais vulgar, diretamente sobre o leito da ribeira, alisado com uma camada de cimento para facilitar a marcha. Já a passagem de peões, tradicionalmente era feita sobre *passadeiras* (poldras ou pondras, em pedra ou em blocos de cimento) empinadas, alinhadas e espaçadas entre si cerca de 50 cm, em que se punha o pé sobre cada uma delas, por vezes ladeadas de uma corda ou arame a servir de corrimão. Claro que este equipamento servia para quando a ribeira levava pouca água, porque em alturas de cheia não havia passagem por dois ou três dias. Neste caso aplicava-se a antiga quadra popular:

*Tu ribeira cheia
Tu ribeira cheia vás (vais)!
Eu não te passarei
E tu não me levarás!*

Nos transportes públicos, depois da época de ouro da segunda metade do século passado, em que a EVA – Empresa de Viação Algarve, fazia passar pela Estrada Nacional 2 diariamente três ligações em ambos os sentidos de autocarro para norte (Lisboa / Beja) e quatro para sul (Faro / Loulé), estão hoje reduzidos a apenas uma ligação diária em ambos os sentidos com a sede de concelho.

Representante dessa época ficou a estação dos autocarros (aquilo que os ameixialenses designam por *paragem*), com as bombas de combustíveis e, principalmente, a pitoresca construção de alvenaria que servia de apoio à estação, que era uma das mais elegantes de toda a linha Lisboa – Alentejo – Algarve, também ela datada da época da requalificação da EN2 (1945-46), e construída por decisão do Eng^o Joaquim Barata Correia, o já citado responsável máximo da obra da estrada, em compensação por ter sido demolido um outro quiosque que havia na anterior paragem, junto à igreja.

No âmbito dos transportes privados será interessante indicar os primeiros veículos automóveis que existiram na freguesia nos anos 1940/50: há a ideia (não consegui confirmar este primeiro) de que José Cavaco teria tido um carro, entre os anos 30 e 40; nos anos 40, um pequeno camião de carga Chevrolet (a gasolina) de Alberto Luís da Palma; já nos anos 50, um Chevrolet Bel-Air e uma carrinha Citroen 2 cv, de Manuel Mateus Pires (Corte de Ouro); uma carrinha FK (*pão de forma*), de José Rodrigues Catarino (Zezé); um carro Hillman Minx, de José Guerreiro Fernandes; e ainda o efémero e malgrado Peugeot 203, de Augusto Firmino Teixeira, mas nem todos circularam em simultâneo. As restantes pessoas, na época deslocavam-se em dorso de animais, *carros de besta*, *charretes*, bicicletas ou também nas primeiras motorizadas.

Entre os finais dos anos 1960 e 1993, o acima citado José Guerreiro Fernandes tinha na aldeia um carro de praça, que foi o único que

existiu na freguesia, tendo usado primeiro um Vauxhall Viva e depois Peugeot (404 e 504).

Sobre as comunicações diga-se que no séc. XX existia na aldeia um posto de correios e telefone público, em casa particular (primeiro na casa de João Maria Pereira e depois na de Teresa Espírito Santo), e que, com o progresso das coisas, deixou de existir no final do século, passando a entrega da correspondência a fazer-se diariamente por um funcionário em carrinha vinda da sede de concelho. A partir de meados do século, foram sendo instalados vários telefones em casas de comércio e particulares, passando também a haver um telefone com características públicas em cada monte, ligados a uma pequena central instalada na aldeia, junto à estrada que vai para a Corte de Ouro, a seguir ao cemitério.

Se a possibilidade de receção de emissões de rádio estava disponível desde os anos 1940, nem todas as pessoas o tinham em casa, antes do final dos anos 60, em que os pequenos rádios com *transístores* democratizaram o seu uso. Era mesmo frequente as pessoas juntarem-se nas casas em que havia um rádio para ouvir programas de interesse coletivo.

Quanto à televisão, começou a haver sinal de antena no início dos anos 60, vindo dos retransmissores da Foia (Monchique) e do Mendro (Vidigueira), mas, a inexistência de rede elétrica impossibilitava a sua difusão. Foi José Rodrigues Catarino (Zézé) quem primeiro instalou um televisor no seu café, nesse período, com energia provinda de gerador próprio a gasolina. Não será necessário dizer que era uma novidade e as pessoas acorriam às suas emissões, ainda que a qualidade e o preto e branco não tivessem nada a ver com as emissões de hoje. Havia mesas e cadeiras para os adultos e um banco corrido para a miudagem...

As novas comunicações, baseadas nas modernas tecnologias estão hoje ao nível do restante interior do país. É possível a receção de TV e internet por satélite e telefone móvel wireless, através das antenas

emissoras das operadoras nacionais, das quais a MEO tem uma a sudeste da aldeia (próxima da central de telefones) e todas têm outra no cerro dos Pelados (Cavalos). As condições de receção não são homogéneas em toda a freguesia, com muitos locais mal servidos, especialmente na TDT (Televisão Digital Terrestre), pelo que muita gente tem que recorrer aos contratos com as operadoras de telecomunicações para poder ter televisão que antes havia de forma gratuita, depois de ter sido abolida a taxa de televisão.

Sobre a água, saneamento básico e eletricidade, que hoje existem na freguesia, teremos que registar o carácter tardio com que foram disponibilizados. Foi depois do regime democrático ter sido instalado no país que estes serviços chegaram ao Ameixial, num tempo em que era Presidente da Câmara Municipal de Loulé, António Andrade de Sousa e Presidente da Junta de Freguesia, Abílio Antunes Mártires.

A rede de abastecimento de água começou a ser construída depois de 1974, com a vontade da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, numa obra projetada pelos serviços competentes da Junta Distrital de Faro, que assim fizeram chegar à aldeia e aos montes este precioso líquido, para o que foram construídos, numa primeira fase, os respetivos depósitos e os marcos fontanários colocados na via pública, perto das populações. Também na sede de freguesia foi instalado um sistema de esgotos a drenar para uma ETAR.

Ao longo dos anos 1980, a aldeia veio a ter instalada uma rede de distribuição de água ao domicílio, em substituição dos fontanários, o que (ainda) não aconteceu nos montes da freguesia, que continuam com os fontanários e sem uma rede de esgotos pública.

Sobre a iluminação pública podemos dizer que na sede de freguesia havia desde, pelo menos, o início do século XX alguns lampiões que iluminavam (mal) algumas (poucas) ruas, funcionando a derivados de petróleo (querosene) e que, curiosamente, por volta de 1920 era o prior João Peres que recebia o respetivo pagamento pela CML. Depois de 1922 aparece o nome de José Tomás Viegas a receber da CML o

valor dessas despesas¹. Este trabalho prolongou-se até cerca de 1960, que nós próprios ainda presenciámos. Ao longo da estrada, na aldeia, esses candeeiros estavam suportados por 3 postes em ferro, enquanto noutros locais estavam suspensos nas paredes das casas.

O fornecimento de energia elétrica foi mais tardio e moroso. A freguesia do Ameixial foi mesmo a última do concelho de Loulé a ter uma rede elétrica. Depois de ter sido atravessada em 1958 por uma linha de alta tensão que ligava Ferreira do Alentejo a Loulé, as pessoas pensaram que seria mais fácil a energia chegar às suas casas. Mas não foi assim. Não só porque a linha de alta tensão não tem nada a ver com a de baixa, mas porque não houve vontade ou disponibilidade financeira para fazer a obra. Embora esse projeto pudesse ter sido entregue à então Companhia Elétrica do Alentejo e Algarve (CEAL), ficou nas mãos da Câmara Municipal, depois da Federação dos Municípios do Algarve, e a obra foi sendo adiada, apesar da sua urgente necessidade. Também aqui foi o novo regime pós 25 de Abril que abriu novas possibilidades.

Mas como nos primeiros meses do novo regime nada se fez, uma comissão de ameixialenses, liderados pelo citado Presidente da Junta de Freguesia de então, em 1975, elaborou uma exposição sobre o assunto e foi entregá-la em mãos nas instalações do Ministério da Indústria e Tecnologia (então na Av. Fontes Pereira de Melo, em Lisboa, sendo Ministro o Eng^o João Cravinho – IV Governo Provisório). Temos a honra de ter participado neste grupo, na redação do documento (feito no café de António Pires) e na sua entrega em Lisboa, (onde estava a estudar/trabalhar) com outros ameixialenses residentes na freguesia e em Lisboa.

¹ Cf. Doc.s citados “Livros de Contabilidade (despesas) da CML – 1920 e 1922

Apesar deste voluntarismo e intervenção popular, então muito em voga no país, a situação não foi logo desbloqueada, naturalmente, mas nos anos seguintes, veio a aparecer um projeto que fazia chegar a eletricidade através de um ramal que vinha de Salir – Portela do Barranco – Vermelhos – Ameixial – Corte João Marques (ao longo da EM 503), com postos de transformação logo na aldeia e no fim da linha, na Corte João Marques, a que se seguiriam os ramais para as restantes povoações.

Mas este projeto trouxe outro problema: as populações da linha da EN 2, desde o Barranco do Velho (Salir) aos Besteiros, não concordaram com o trajeto, preferiam naturalmente o corredor desta estrada, e fizeram uma manifestação em Loulé pela alteração do ramal, para levar de imediato a luz também às suas povoações.

Não sabemos como os serviços oficiais (CML e Federação de Municípios) resolveram a questão (porque não estávamos por cá), mas imaginamos que lhes terão prometido que logo seriam também contemplados, mas o certo é que a obra veio a fazer-se, tal como tinha sido inicialmente planeado.

Na aldeia, a iluminação pública foi inaugurada na noite de 29-11-1979 (uma quinta-feira) e, a partir daí, uma a uma, todas as principais localidades da freguesia vieram a ser dotadas de luz elétrica, incluindo as da linha da estrada nacional. As pessoas rapidamente mandaram fazer a nova instalação em suas casas e puderam usufruir deste bem, que tanto tardou em chegar à freguesia.

VIII - Igreja paroquial e outros edifícios religiosos

O principal monumento da freguesia, pela sua importância histórica e religiosa, é a sua **igreja paroquial** (ou matriz) que se situa junto à estrada nacional. Foi construída no séc. XVII, em 1624 (Fig. 12), segundo uma lápide que agora está sobre a porta exterior da sacristia¹. Curiosamente, data do período de domínio espanhol em Portugal, e está quase a comemorar 400 anos de existência.



Fig. 12 – Lápide com data de 1624 (FA)

Quanto ao local da sua implantação, há uma antiga tradição local (tal como parece acontecer em outras localidades), de que a igreja estava a começar a ser construída junto ao antigo povoado do Ninho de Águia (vulgo

Lindague, próximo da Corte de Ouro), mas que as ferramentas do trabalho todos os dias de manhã apareciam misteriosamente no Ameixial, o que, sendo interpretado como uma vontade divina, viria a alterar os planos iniciais, com a igreja a ser construída no local onde as ferramentas apareciam.

Sobre a data de construção, há quem pense que, anteriormente à data citada, talvez ainda no séc. XVI, tivesse começado por existir uma

¹ Deve-se a Hélder Sinfrónio, enquanto membro da comissão fabriqueira da igreja, a recolocação em 1999, desta antiga lápide no atual local, a qual fora retirada aquando das obras dos anos 1945-46 e conservada sob o seu conhecimento, durante mais de 50 anos, na torre da igreja.

pequena ermida ligada aos frades franciscanos de Loulé, que corresponderia ao espaço do atual altar da igreja, à qual depois, no séc. XVII, foi acrescentado o corpo principal da mesma. Depois de avançarmos um pouco sobre a sua descrição, voltaremos mais à frente a este tema.

A igreja é dedicada a Santo António, padroeiro também da paróquia, que era, como vimos atrás, originalmente designada como *Santo António do Machial*. Todo o edifício ocupa uma área total de cerca de 400 m².

A planta da igreja tem a curiosidade de ter o seu altar-mor virado para ocidente, e a fachada principal para nascente, quando na maioria das igrejas antigas temos a fachada principal para poente.



Fig. 13 – Igreja paroquial do Ameixial (FA)

Como se pode ver pelas fotos das Fig.s 13 e 14, é um templo de uma só nave, de média dimensão (cerca de 11 x 7 m, com um pé-direito livre de cerca de 5 m). Tem um altar-mor cujo espaço tem cerca de 20 m² de superfície, com um teto em abóbada, e sobre o altar estavam

tradicionalmente expostas as imagens de S. António, Nossa Senhora do Amparo (séc. XVIII) e do Menino Jesus; e quatro altares laterais, que originalmente eram dedicados a: N^a Senhora do Rosário, à frente e à esquerda; S. Luís, bispo de Toulouse, (a quem o povo tinha grande devoção por zelar pela saúde dos animais domésticos), à frente e à direita; Senhor Jesus Crucificado, a meio da nave, à esquerda; e S. Pedro, também a meio, do lado direito. Nestes altares, estavam expostas as imagens seguintes, em madeira: Nossa Senhora do Rosário (séc. XVII); S. Luís (séc. XVIII), Senhor Jesus Crucificado (séc. XVI?); S. Pedro (séc. XVIII); Arcanjo S. Miguel (séc. XVIII) e N^a. Senhora da Soledade. Existem ainda três outras imagens, de gesso (Sagrado Coração de Jesus, N^a Senhora de Fátima e Santa Rita de Cássia). Há ainda uma imagem retirada de S. Pedro, que também é datada do séc. XVII, em madeira e em péssimo estado de conservação².

Verifica-se na atualidade que os dois altares da frente, na nave, não



Fig. 14 – Interior da igreja paroquial na versão atual (FA)

² Cf. Lameira, Francisco – Ob. Citada “Inventário artístico do Algarve” – pág. 118-133

coincidem com esta disposição, e várias destas imagens foram trocadas entre altares nas últimas décadas. A própria imagem do patrono (Santo António), que estava tradicionalmente no pedestal central do altar-mor, agora figura em nicho lateral do mesmo.

No plano arquitetónico, o altar-mor e a nave estão ligados por um arco de volta perfeita em pedra cinzenta, das suas origens, que lhe dá características do classicismo. O mesmo tipo de arco, embora em menor dimensão, repete-se nos dois altares laterais à nave, em que o da esquerda é mais trabalhado, e ainda na entrada do batistério.

O espaço do altar-mor está num plano elevado em relação às dependências laterais (sacristia e sala do cartório), de cerca de 0,8 m de diferença, a que correspondem dois acessos por escada. Em relação ao corpo principal da igreja está menos elevado, numa diferença normalizada, correspondente a um degrau.

Assinala-se também uma pia batismal antiga, dos primórdios da igreja, talhada em pedra única, no espaço do batistério coberto também em abóbada.

Anexos ao lado norte do corpo da igreja estão a sacristia e o salão paroquial. Do lado sul, estão a sala do cartório, uma outra divisória e a escada de acesso ao púlpito da nave da igreja.

Na fachada principal, virada a nascente, destaca-se desde 1945-46, um pórtico de linhas clássicas, simples e geométrico, encimado por um frontão triangular e uma rosácea circular, todos em pedra calcária cinzenta bujardada, trabalhada por canteiros da zona de S. Brás de Alportel (Fig. 13), que igualmente trabalharam pedras de pedreiras locais para elementos menos nobres.

Junto à fachada principal, destacada dela, está a torre sineira que tem a forma de um paralelepípedo de secção quadrada, com 3,70 m de lado e cerca de 11 m de altura, culminando numa pirâmide em alvenaria, também quadrangular, com mais 3 m de altura, que substitui a original forma de ameias, que ainda é visível em antigas

fotografias (Fig. 15). Esta figura da pirâmide está replicada em pedra em vários outros cantos do telhado da igreja e no alto da torre, num total de oito, (como se pode ver na Fig. 13), também na mesma pedra do pórtico e rosácea.

No campanário existem três sinos de bronze: o maior, na fachada virada para nascente, tem a inscrição de fabrico "*Luís Gomes de Oliveira me fez em Lisboa anno de 1672*" (quase há 350 anos!), sendo, portanto da fase inicial da igreja, e é utilizado nos serviços religiosos, que agora já se encontram automatizados; o médio, na fachada poente, serve os toques do relógio, foi feito nas oficinas de Manoel António Siva & Filhos, de Lisboa, e data de 1891; o mais pequeno, na fachada norte, proveniente da antiga ermida de S. Sebastião, foi feito na mesma oficina e no mesmo ano do anterior, e era utilizado como aviso, para as fogueiras dos santos populares ou para rebate em caso de incêndios.

Segundo uma tradição local, transmitida pelo antigo sacristão, José Tomás, que a tinha ouvido de outros, o sino grande tinha vindo em conjunto com o da igreja de Santa Cruz - Almodôvar, e que o do Ameixial seria o maior deles, só que parece que a estrutura da torre não suportava o seu peso, pelo que teve que ficar aqui o mais pequeno (que afinal, até não é muito pequeno).

No nível abaixo do campanário, funciona hoje o mecanismo de um relógio de torre, da marca Jerónimo, de Braga, com dois mostradores (nas fachadas nascente e poente).

A igreja deverá ter sido alvo de várias obras de manutenção e remodelação ao longo dos séculos que tem. Na descrição que dela faz o seu pároco em 1758 (e que já referimos em capítulos anteriores) caracteriza-a como uma construção baixa, o que na verdade não é, na sua versão atual.

Conhecemos melhor as diversas intervenções que sofreu no séc. XX e no atual, e que passamos a referir:

- Uma, nos finais dos anos 1930, com a troca da antiga e deteriorada madeira de talha dourada do altar-mor, por um revestimento a estuque branco e decorado (escaiola), numa obra patrocinada por duas irmãs com ligações à aldeia, mas que viviam em Lisboa, e que ficaram conhecidas como irmãs Serafim;



Fig. 15 – A igreja paroquial antes da intervenção de 1945-46
(Foto: D. Maria José Teixeira)

- Outra, talvez a mais importante para a imagem exterior da igreja, em 1945-46, ocorreu na altura da requalificação da EN 2. Nesta obra, a parte da cabeceira do templo (onde está o altar-mor) teve que ser encurtada em cerca de 2,5 m para o alargamento da estrada e suas bermas com passeios, e o Eng^o Barata Correia (o já citado responsável pela obra da estrada), em compensação, mandou-lhe dar o aspeto exterior atual (telhado, fachada principal, pórtico e rosácea, e o pináculo piramidal da torre sineira, cujos desenhos existem no Arquivo Distrital de Faro, assinados por Galhoz - 1945).

Como se pode ver na Fig. 15, a torre sineira até essa data tinha um aspeto mais fortificado com ameias, inclusive, no seu topo. Não se sabe se esse atributo era original, porque as descrições que vimos seguindo não o referem, mas não nos admiraríamos que fosse do séc. XIX, quando teria alguma valência defensiva/militar que lhe teria sido atribuída em função da instabilidade política que o país e a região conheceram na primeira metade desse século (invasões francesas, guerrilha miguelista, revoluções políticas). Aliás, este mesmo fim poderia ter sido também o da torre da igreja de Querença³.

De resto, há relatos de a torre ter sido utilizada ao longo dos anos, pelas forças de segurança pública, de forma esporádica e muito curta duração, como cárcere provisório de alguns detidos na freguesia, antes de serem levados para os órgãos competentes da comarca.

Na mesma foto (Fig. 15), pode ver-se que existia uma inscrição sobre a abertura do sino maior, e abaixo das ameias, que depois de muito esforço de ampliação conseguimos ler como sendo 430,0. Este número deverá marcar a altitude da parte cimeira da torre, a qual foi depois transferida nas obras de modificação para o nível do solo, numa placa metálica que marca 420 m (e que estará agora debaixo da calçada). Sabemos também que esta reconstrução de 1945-46 acabou por dar à igreja o aspeto exterior atual, que é simples e sóbrio, mas muito digno e elegante, de uma igreja paroquial rural. Comparando-se as imagens das Fig. 13 e 15, a melhoria do aspeto exterior não deixa dúvidas.

- Ainda outra em 1955/58, quando era pároco o Padre Joaquim Moreira, que, por sua iniciativa, fez importantes obras de conservação no lado norte do edifício, na sacristia (em que teve que ser substituído o seu teto original em abóbada, que se encontrava rachado) e no salão paroquial;

³ Segundo a opinião dos responsáveis em 2004 pelo Arquivo Municipal de Loulé – v. Revista Al-Ulyã nº 10 – pág. 474

- A seguinte, em 1998/99, por iniciativa do pároco que aqui estivera antes, Padre Fernando Pedro, e da comissão fabriqueira da igreja, e financiada pela CCDR Algarve e CML, com a substituição do soalho da nave da igreja e depois do seu teto, (que tinha um forro em madeira de três faces, com forma semelhante aos das naves laterais da igreja de S. Pedro, em Faro, também cinzento, mas com decorações em forma de losangos e círculos), e dos paus de suporte do telhado, por um teto de madeira suportado por um sólido vigamento de asnas, igual ao que fora colocado na igreja paroquial de Salir; também nesta intervenção foi retirado o coro alto de madeira já em mau estado de conservação que havia na nave, sobre a entrada principal da igreja;

- E a última, já no atual século, mais concretamente em 2018, em que, por oferta da Câmara Municipal de Loulé, foi colocado um belíssimo retábulo em talha dourada no altar-mor, desenhado por José António Moreira de Sousa, a partir de elementos recuperados do antigo, e encomendado a entalhadores de Braga.

Nas alfaias litúrgicas destacam-se nomeadamente uma belíssima custódia (Fig. 16) em prata dourada e vidro, e um cálice (Fig. 17) também de prata dourada, que têm sido apresentados em exposições de arte sacra regionais. Na opinião de especialistas, são ambos datados da segunda metade do séc. XVI, portanto anteriores à data da lápide da igreja (1624).

O facto de ao longo de muitas décadas nunca ter havido um pároco residente e em exclusivo na freguesia, como vimos atrás, talvez se explique pelas circunstâncias da mesma, que neste período deixou de justificar essa exclusividade, a juntar à crescente diminuição do corpo clerical da diocese do Algarve. Quase sempre era o prior de Querença que também agregava esta paróquia, ou algum residente em Faro ou nas paróquias de Alcoutim, que se deslocava para a missa dominical ou para outros serviços religiosos pontuais que ocorriam (funerais, batizados, festas, etc.).



Fig. 16 – Custódia da igreja

(Fotos: Museu Municipal de Loulé/ Hélio Ramos)



Fig. 17 – Cálice da igreja

No entanto, no século XVIII, segundo a já citada resposta do pároco ao inquérito nacional, havia um pároco (cura) efetivo e um coadjutor (padre ajudante), para além do sacristão, para os quais os paroquianos contribuíam com géneros de sua produção. O primeiro recebia anualmente, de cada freguês, 1,5 alqueire de trigo e 0,5 de cevada (esta eventualmente para o animal de transporte); o segundo, 1 alqueire de trigo; o sacristão, 0,5 alqueires de trigo. A igreja, enquanto instituição, recebia ainda 1 alqueire de trigo, de cada freguês⁴.

Era menos do que os párocos das freguesias rurais do concelho de Loulé recebiam na mesma época, mas ainda assim daria para a manutenção de dois clérigos em simultâneo.

⁴ Havia ainda a tradição oral de que se oferecia ao pároco os lombinhos do porco e as primeiras frutas colhidas.

A propósito dos párocos, não os podendo descrever todos, deixo aqui os nomes de alguns padres que passaram neste último século na paróquia⁵:

- João Baptista Peres, também prior de Querença, num longo período de quase quarenta anos, entre 1916 e 1955, durante o qual se fizeram as obras de remodelação dos anos 1930 e 40, atrás citadas;

- Joaquim Moreira, numa fugaz, mas muito marcante presença entre 1955 e 1957, que cativou a população da freguesia de forma profunda pela sua relação e empatia pessoal e ação pastoral, e que também deixou obra de remodelação/recuperação na igreja;

- João de Jesus Martins, dos princípios dos anos 1960 até 1980, muito estimado pela sua bondade e simplicidade;

- Manuel Rodrigues, entre os anos de 1981 e 1989, também muito estimado e respeitado pelas suas características pessoais e pastorais;

- Fernando Pedro, também prior de Salir, entre 1990 e 1995, que congregou apoios financeiros para as obras do teto da igreja, que viriam a fazer-se depois em 1998/99.

- Nesta fase em que estava a finalizar este trabalho, no passado dia 24 de outubro de 2020, houve uma nova substituição de párocos: o Padre Carlos Matos, que esteve na paróquia (em acumulação com Querença e Alte), desde 2008, foi substituído pelo Padre Fernando Pedro, o acima citado pároco de Salir, que passa novamente a acumular esta paróquia.

Porque também foram importantes para a vida da igreja do Ameixial também não queremos deixar de citar aqui o nome dos dois sacristães que neste mesmo período desenvolveram a sua atividade na igreja:

⁵ Em anexo, apresentamos a lista de párocos que exerceram funções no Ameixial, que foram possíveis de identificar a partir dos arquivos paroquiais.

- José Tomás, na primeira metade do século, até finais dos anos 1950, cujo pai também já exercera essas funções, que vivia a sua tarefa com grande intensidade e era um mestre reconhecido no toque dos sinos das cerimónias religiosas (aliás, segundo informações que recolhemos, havia vários membros da família Tomás que eram especialistas no toque dos sinos, assinalando aos ouvintes os diversos momentos dos rituais religiosos);

- Manuel Fernandes, depois de 1960 até aos anos 1980, muito tranquilo e zeloso cumpridor das suas funções, que foi na prática o último sacristão.

Pelas mesmas fontes citadas, e a propósito desta igreja e da vida religiosa da população, ficamos também a saber que havia uma maior ligação da população à igreja e, através desta, algumas organizações contribuía para a melhoria do bem-estar social, ajudando-se mutuamente. Assim registamos que, no século XVIII, e representadas nos vários altares da igreja paroquial (ou da ermida de S. Sebastião), existiam sete irmandades/confrarias⁶ de pessoas da freguesia, a saber: Santíssimo Sacramento, N^a Senhora do Rosário, Almas, S. Pedro, S. Luís, S. Sebastião e Senhor Jesus, o que é significativo para o número de habitantes da freguesia, e que se justificaria pela necessidade de apoio caritativo nas horas de necessidade de cada um e suas famílias, quando não havia uma segurança social pública, civil e universal.

⁶ Confrarias ou irmandades são associações de carácter religioso, com origem na Idade Média, em que as pessoas se dedicavam à caridade mútua e ao culto de um santo ou de uma entidade mística que tinham como patrono, conforme a sua devoção e/ou profissão, representado num dos altares da igreja, pelo qual zelavam. No caso do Santíssimo Sacramento, a adoração era em relação à Eucaristia (missa). Cf. Livro de Contas da Confraria do Santíssimo Sacramento do Ameixial – 1835/1866 – Arquivo Municipal de Loulé.

No arquivo da igreja ainda existe também um livro do início do século XX da Confraria das Almas.

Sobre a primeira destas irmandades (a do Santíssimo Sacramento), deixamos aqui também a informação que obtivemos da sua contabilidade, entre 1835 e 1866, cujo livro de contas refere alguns nomes dos confrades e, para além dos números decorrentes da própria atividade, regista o recebimento de um foro anual da herdade do Lavaginho (que atualmente já não existe enquanto tal), de valor entre 4\$800 e 8\$000 réis, entre aquelas datas. Os dirigentes eram eleitos no dia de S. João, até ao ano seguinte, e, a título de exemplo, identifico aqui os elementos da mesa dos anos de 1843 a 1844:

- Juiz – Manuel Costa Alves – Vale da Moita;
- Recebedor – António Borges – aldeia;
- Mordomo – António Gonçalves – Vermelhos;
- Escrivão – Francisco José Montes – aldeia;
- Pároco – Francisco do Carmo Soares.

Registamos também, porque muita gente nem devia saber disso, que a igreja teve até há poucos anos no seu património dois bens imóveis⁷, na parte mais baixa da aldeia, na atual Rua do Curandeiro (antigo Passal): um prédio urbano, formado por uma pequena e antiga casa térrea com um pequeno quintal e a ruína de um forno totalmente em pedra e barro à frente, assente sobre uma plataforma rochosa, entre as casas que eram de António Santos e de António Tomás Correia; e uma pequena parcela de terra, de forma triangular, com cerca de 200 m², um pouco a nordeste das casas, nas traseiras de uma pequena casa e entre duas ruas, junto ao ribeirinho que vem dos Barreiros e vai para a Fontinha.

Retornando à hipótese de já existir uma primeira ermida no séc. XVI, já referida atrás, vemos que há alguns indícios que podem apontar

⁷ Por informação do atual (2021) Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial foi celebrada, há alguns anos, uma troca entre a igreja (representada pelo bispo do Algarve), e a junta em que estes bens passaram para o património da Junta de Freguesia, em troca de obras a realizar na igreja.

para a sua existência, digamos cerca de 50 anos antes, mas também há outros que lhe retiram poder de justificação. Vejamos:

Entre os que suportam esta possibilidade, indicam-se alguns elementos decorativos encontrados no próprio altar-mor, com cores e formas que podem ser relacionadas com a Ordem dos Franciscanos, e a citada datação de algumas alfaias litúrgicas e de imagens escultóricas de santos, em ambos os casos da segunda metade do séc. XVI.

Também a referida e comprovada existência de proprietários rurais no séc. XVI (1530) e principalmente o significativo número de contribuintes de impostos para a Coroa em 1564 (ver Cap. IV), justificaria já a existência de algum edifício religioso na zona, dada a distância relativa às igrejas das restantes freguesias do termo de Loulé (Querença, Salir e Loulé). No entanto, se esta ermida já existisse, nunca seria antes da segunda metade do século, porque não foi encontrado na construção nenhum elemento gótico (séc. XIV/XV) ou manuelino (primeira metade do séc. XVI) e, aquando da visitação da Ordem de Santiago às igrejas de Loulé (e do Algarve em geral), em 1517-18, não há nenhuma referência a qualquer templo no Ameixial.

Mas a estrutura arquitetónica do edifício parece não confirmar tal hipótese: e dizemos isto pelo conhecimento que temos da construção original da sacristia, também em abóbada bastante pesada (igual à do altar-mor, por isso provavelmente da mesma obra), e do visível nivelamento normal entre o solo do corpo principal da igreja e o do altar-mor, ao contrário do desnivelamento entre este e a sacristia e a sala do cartório (cerca de 70 centímetros de diferença), e mais ainda em relação à rua envolvente. Sendo o relevo do terreno algo mais elevado para o lado da fachada principal, e depois começando de novo a decrescer, seria lógico que, se tivesse sido construída primeiro uma ermida com o anexo da sacristia, o tivesse sido alguns metros mais para nascente e não precisava de haver tanta diferença de cota entre as duas partes e entre o altar-mor e o espaço exterior

envolvente. Pode-se assim pensar que, se se elevou a cabeceira, foi para equilibrar a sua cota com a nave, e deste modo, concluir como sendo tudo da mesma época de construção, porque a relação principal numa igreja é entre o altar-mor e a nave onde se sentam os fiéis.

Por outro lado, sabe-se que a lápide que assinala 1624, e que temos vindo a referir, originalmente (até às obras de 1945-46) estava aplicada na cabeceira da igreja, na zona que foi cortada por causa da estrada, o que também significa que a igreja, no seu todo seria dessa data, porque se fosse a data do acrescento, mais lógico seria que estivesse na zona nova, eventualmente na fachada principal, a nascente.

Assim, e enquanto não houver outras informações em contrário, nomeadamente documentais⁸, a única coisa que temos palpável para a data de construção da igreja é a que se encontra na lápide – 1624, e será esta que deve ser considerada para todos os efeitos. E, como vimos, esta jovem igreja, nesta data em que escrevemos, já vai a caminho dos 400 anos, o que não é de somenos...

Não seria necessário destacar aqui a importância sentimental e patrimonial que a igreja paroquial tem para os ameixialenses, mais ou menos devotos que sejam ou não sejam. Ela é um dos elementos que transmitem a identidade e a ligação de toda a população. Quase todos foram, pelo menos, batizados nesta igreja e por lá passaram os seus antepassados ou descendentes nas diversas fases das suas vidas, em ocasiões mais alegres ou mais tristes e que ficaram registadas nos respetivos arquivos. Não se deve esquecer que os mais antigos tiveram lá o seu único registo dos seus principais acontecimentos de

⁸ As Atas de Vereação da CM de Loulé consultadas não têm o ano de 1624, e as dos anos mais próximos tiveram problemas de conservação que lhes retiraram algumas partes das folhas e dificultam a sua leitura/interpretação

suas vidas, antes de, em 1911, ter sido criado a nível nacional o Registo Civil universal.

Em relação aos outros edifícios religiosos da freguesia, temos a referir os seguintes:

A cerca de 100 metros a nordeste da igreja matriz, nas traseiras do atual edifício da Junta de Freguesia/Casa do Povo, existe uma pequena **ermida** dedicada a **S. Sebastião** (esta virada com o altar para nascente), santo muito venerado nesta região, e invocado contra a peste, onde há várias freguesias que o têm como patrono⁹, que sabemos pelas fontes que vimos a citar que já existia no séc. XVIII, (onde havia uma imagem do santo (séc. XIX?) e outra de S. Brás), que esteve em ruínas até aos anos 1980, e que, tendo sido recuperada, hoje serve de capela funerária da freguesia.

Durante a fase de ruína foram transportados para a igreja matriz as imagens dos santos e o seu sino, de que já falamos. Depois da recuperação a imagem de S. Sebastião voltou para a ermida, onde permanece atualmente.

Junto a esta ermida foi construído o antigo **cemitério** da freguesia, onde até há cerca de 30/40 anos, se reconhecia perfeitamente toda a estrutura do antigo recinto sagrado, com os seus muros exteriores. Segundo F.X. Ataíde Oliveira, na citada Monografia do Concelho de Loulé, este campo sagrado (que depois começou a ser chamado localmente *cemitério velho*) terá sido fundado em agosto de 1871¹⁰. Em termos de contexto histórico esta construção terá a ver com as políticas de saúde pública definidas pelo governo cabralista de meados do séc. XIX, que determinavam a proibição de fazer os enterramentos nas igrejas e seus adros e fazer cemitérios mais distantes das povoações, facto que deu inclusivamente origem a

⁹Alguns exemplos: Salir, Loulé, Boliqeime, Quelfes, Gomes Aires – Almodôvar, Carros – Mértola.

¹⁰ Cf. Oliveira, FX Ataíde – “Monografia do Concelho de Loulé” – Pág 143

revoltas populares no norte do país (1846/47).

A concretização dessa política levou vários anos a ser generalizada em todo o país.

Mais tarde, cerca de cinquenta anos depois, provavelmente por volta de 1920, em data exata que não conseguimos identificar (apesar de muitos esforços), ter-se-á concluído que o espaço inicial já não cobria as necessidades, nem estava distante o suficiente das habitações dos vivos, pelo que se terá construído o novo cemitério, agora junto à entrada sul da aldeia, junto à estrada nacional, a cerca de 120 metros da igreja. Este novo cemitério tem na sua porta de ferro inscrita a data de 1888, mas segundo a tradição local, esta porta já transitou do *cemitério velho*. Viu também a sua fachada melhorada nas obras da estrada de 1945-46, com intervenção no seu portal e a marca da pedra à vista característica dessas obras, por decisão pessoal do Eng^o Barata Correia, dada a proximidade com a EN 2, e tem sido alvo de diversos acrescentos para o lado sul.

Entretanto, o espaço do *cemitério velho* foi deixado ao abandono, entrou em ruína, tal como esteve a citada ermida de S. Sebastião que lhe fica anexa, até que foi definitivamente profanado nos anos 1970/80, e hoje dele apenas restam algumas paredes com um nicho, e passou a integrar o logradouro das instalações da Junta de Freguesia/Casa do Povo.

IX - Outros edifícios públicos e locais de interesse

Na zona norte da aldeia, também junto à estrada nacional, situa-se a **escola primária** (Fig. 18), hoje mais propriamente dita antiga escola primária. Efetivamente nos nossos dias já não desempenha as suas funções, que desempenhou desde os anos 1920, pois os poucos alunos da freguesia são transportados diariamente para escolas da freguesia de Salir (Cortelha e Salir). Foi erguida em terreno próprio e, pensamos que também construída, a expensas de José Vargas, pai da sua primeira professora, D. Adelaide Vargas, que, em função dessa dádiva, ali ocupou a respetiva vaga e se tornou professora de diversas gerações de ameixialenses até 1962, ano em que se aposentou.



Fig. 18 - Escola Primária do Ameixial (FA)

Não sabemos ao certo desde quando haveria escola pública na freguesia, mas sabemos duas coisas sobre o assunto: no ano de 1879 já havia na freguesia uma escola e um *professor régio* (seria o equivalente ao professor oficial da época republicana) porque na ata de sessão de Câmara Municipal de Loulé de 14-11-1879 (doc. citado) faz-se menção do pedido desse professor (Francisco da Silva e Brito) para lhe ser *“atestado o seu comportamento e a maneira como tem regido a cadeira, deliberando a CML se atestasse que tem sido bom o seu comportamento e que tem regido a dita escola com aproveitamento.* Também sabemos que anteriormente ao atual edifício, a escola pública funcionara nas instalações onde durante muitos anos mais tarde funcionou a já citada (Cap. V) fábrica de moagem, no adro da igreja. Ainda conhecemos pessoas que aí frequentaram a escola na segunda década do séc. XX.

Também o seu edifício sofreu melhoramentos exteriores, aquando da finalização dos trabalhos dos passeios e casas da aldeia após as obras da EN 2 (1945-46), já que viu o seu quintal ser diminuído no seu lado da frente, pelo que também aqui o Eng^o Barata Correia empreendeu, em compensação, a sua remodelação que lhe deu o aspeto exterior que tem hoje, também com a pedra à vista nas esquinas, portas e janelas que eram a sua marca, como se pode ver na Fig.18. Depois, durante o ano letivo de 1963/64, foi novamente remodelada, tendo as aulas funcionado nesse ano no salão paroquial. No final desse mesmo ano letivo, pela primeira vez, os alunos da freguesia do Ameixial puderam fazer os exames da 4^a classe na aldeia, deslocando-se aqui os professores examinadores, ao contrário da tradição que era os alunos deslocarem-se a Loulé.

A escola primária desde sempre foi uma escola mista (rapazes e raparigas), com as quatro classes/anos de escolaridade em conjunto numa única sala, que nos anos 1950 foi preciso desdobrar em dois turnos, devido à grande quantidade de alunos no período de maior população na freguesia. Houve ainda, entre as décadas de 1970 e 80,

uma outra instalação escolar para a Telescola Nacional, com a 5ª e 6ª classe de escolaridade, na zona sul da aldeia, também hoje desativada.

Também a escola primária é outro elemento fundamental para a identidade e ligação de toda a população. Por esta escola passaram as gerações do último século, se aprenderam as primeiras letras e números e fizeram amizades para a vida, em frequência diária ou na realização de provas e exames anuais, que os que frequentavam as restantes escolas da freguesia também tinham aqui que realizar.

Tal como a igreja, se quisermos concretizar um local comum a todos os ameixialenses, a escola também serve esse propósito.

Nos restantes montes, nos mais populosos, havia igualmente escolas primárias, que começaram por funcionar em casas particulares adaptadas e, nalguns casos foram construídos edifícios de raiz para o efeito (Corte de Ouro, Besteiros), que agora também desenvolvem outras finalidades.



Fig. 19 - Junta de Freguesia e Casa do Povo do Ameixial (FA)

No final dos anos 1950 foi construída a sede da **Junta de Freguesia**, que antes funcionava no salão paroquial, e que mais tarde foi

acrescentada com o edifício da **Casa do Povo** (Fig. 19), que a integrou, depois de longos anos em que decorreu a sua construção, e onde funcionam os serviços da Junta, e o consultório do posto médico do Centro de Saúde de Loulé, com uma ampla sala de reuniões e exposições, e uma biblioteca.

Construído também no período do Estado Novo, na sequência da *Campanha do Trigo*, foi o celeiro da FNPT (Federação Nacional dos Produtores de Trigo), para recolher os cereais produzidos localmente, e que hoje, desativado há muito da sua função inicial, é a **sede do Grupo Desportivo Ameixialense**.

Do mesmo período é o **Miradouro da Serra do Caldeirão** - Cavalos – equipamento de apoio à estrada, a 575 metros de altitude, para repouso dos viajantes e uma bela vista a observar, em 360°, com uma plataforma a fazer lembrar um forte, de forma quadrada com 14 metros de lado, e outros 4 quadrados de 4 metros nos cantos, toda construída em pedra, sem reboco.

Já neste século foi levantada uma torre, um pouco a norte do anterior equipamento, onde foi instalado um importante **radar meteorológico do IPMA**, que mede e informa das condições atmosféricas de todo o sul do país.



Fig. 20 – Lar da Terceira Idade da Casa do Povo do Ameixial

Também recentemente foi construído na sede de freguesia o **Lar da Terceira Idade** (Fig. 20), um edifício moderno e funcional com trinta camas, que é a maior construção da freguesia e resolve um anseio antigo da população da mesma, a qual cada vez mais envelhecida, há muito necessitava de um equipamento desta natureza.

Muito importante para as populações era, e é, o abastecimento de água potável, mais ainda quando não a havia canalizada diretamente para a casa de cada um.

Nos tempos antigos, as fontes e os poços eram locais privilegiados para todos, onde as populações recolhiam a água necessária para a alimentação própria e dos animais. Para beber, sempre se escolhiam as melhores águas, e essas geralmente afloravam nas fontes que existiam em todas as povoações. Aliás, elas eram mesmo imprescindíveis para a criação e fixação de um povoado.

No caso da aldeia do Ameixial, era a **Fonte da Seiceira** (antigamente Sincera - Fig. 21) que cumpria principalmente essa função, em conjunto com outras fontes e poços existentes nas proximidades.

A descrição do pároco de 1758 já citada, refere a existência desta fonte, dando-lhe algum relevo, descrevendo “na Sinxeira há huma *fonte de água, dentro de hum orta há um cano de abundante água, fica ao norte ao pé desta aldeia, na fonte da Bica*”. Dá ainda destaque à fonte da Balcinha, que ele descreve como uma “*fonte que está para a parte do nascente e sul perto desta igreja, que he um suadoiro a maneira de huma lapa*”; a outra no sítio da Medronheira, em que a “*água sae de uma rocha por uma greta, de que todos os moradores usam para beber, (...) e que arreventou-se com o terramoto*”.

Dá ainda o prior vários elogios às águas do Ameixial, dizendo que “*e todo o anno dão água todas estas fontes, são águas muito sadias e salutíferas e tem sabor ferrexes, a fonte da Balsinha; tem-se experi-*

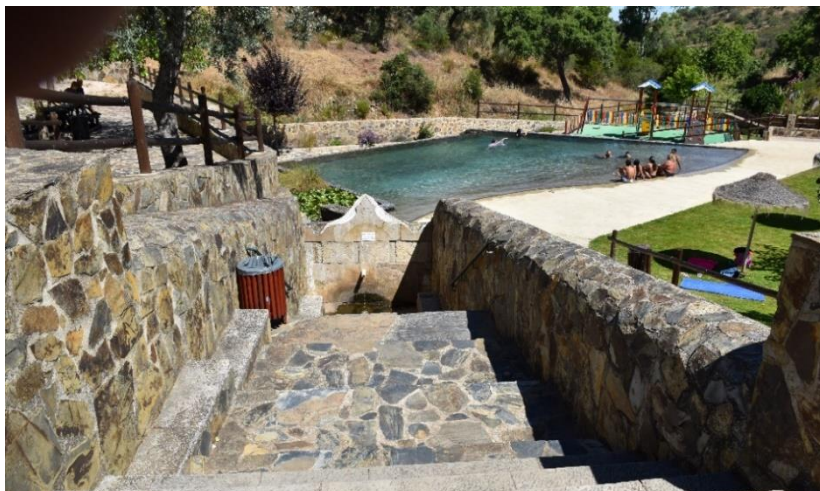


Fig. 21 - Fonte da Seiceira na atualidade (FA)

mentado fazerem estas águas muita digestão e bom efeito, que não fazem retenção nas orinas como experimentou certa pessoa, que padecia dor de pedra, e o experimentam todos que as bebem”. Tal como vimos sobre o poço perto da igreja (Poço Velho), “com água muito salutífera para as pessoas e que os almocreves dão também às cavalgadas”.

Também refere explicitamente uns poços no sítio do Mosteiro e fontes no Tavilhão e Lavaginho.

Antes de haver água canalizada, as pessoas da aldeia deslocavam-se as várias centenas de metros necessárias para irem à fonte da Seiceira, carregando cântaros ou bilhas de água em carrinhos de mão, cangalhas de animais ou simplesmente à cabeça, como era tradicional as mulheres e raparigas fazerem.

É uma água de nascente, com sabor próprio a ferro e temperatura constante (20^o Celsius, o que transmite uma certa sensação de frescura no verão e tepidez no inverno), muito apreciada pelos locais,

que deixa precipitação do ferro nas vasilhas de transporte e armazenamento. Em termos técnicos é descrita como *hipossalina-bicarbonatada mista, hipotermal* (Almeida,1966/l:83). *Água férrea*.

A distância, o tempo de espera para encher as bilhas e para o percurso, faziam deste local um ponto de confluência de muitas pessoas e era local de convívio para a mocidade, como sempre acontecia nas fontes noutro tempo, não só aqui como em todos os meios rurais.

Esta água destinava-se geralmente ao consumo direto, já que para a cozinha ou lavagens podia utilizar-se a água dos poços mais próximos da aldeia (o *Poço Velho*, para a população do adro; a *Fontinha*, para a aldeia velha; ou ainda o *Poço Novo* (desde 1927) e o dos *Barreiros*, em menor utilização).

Sabemos que teve obras de limpeza e reparação importantes nos anos de 1925 e 1927, que a CML custeou com Esc. 3.000\$00¹. Nos últimos anos a *Fonte da Seiceira* foi dotada de um espelho de água, em resultado do Orçamento Participativo de 2014, o primeiro promovido pela CML, que serve de piscina natural, com um parque de merendas num conjunto muito aprazível e que atrai muitas pessoas das redondezas para passar um dia ou uma tarde de banhos e convívio.

Também sabemos que o poço dos Barreiros foi construído em 1931 pela CML, que para o efeito nomeou o então Presidente da Junta, José Inácio e o Regedor, Augusto Tomás Teixeira para fiscalizarem a obra². Este teria sido um ano de grande seca, pelo que houve necessidade de abertura de novos poços para o abastecimento de água.

¹ Incluem-se em 1927 as despesas de abertura de um poço, que presumimos que fosse o primeiro do Poço Novo. Cf. Livros de Contabilidade da CML citados – 1927.

² Cf. Arquivo Municipal de Loulé - PT/AMLLE/CMLLE/B-A/001/00149-fl..18 – p.40 – 07-11-1931

Porque todas as localidades têm também as suas fontes, essenciais à vida das pessoas que aí residiam, algumas também merecem destaque, como por exemplo a fonte da Corte João Marques (Fig. 22), um local pitoresco e funcional nesta localidade, melhorada em 1960 e dedicada a Santo Isidro. Outras existem ainda por toda a freguesia, estando a maior parte atualmente abandonadas e sem uso, felizmente ultrapassadas pela rede de distribuição de água existente,



Fig. 22 – Fonte da Corte João Marques (FA)

mas mereciam uma limpeza e recuperação, pelo que representam para as comunidades onde estão inseridas, sendo certo que as povoações se formaram, de certeza, porque aí havia água potável para sobreviverem.

Pela sua importância viária, e porque foi a entrada e saída da freguesia e do concelho de Loulé na sua ligação ao Alentejo e Lisboa, destacaria ainda a **ponte do Vascão**, na EN 2, que já referi anteriormente. Tem 9 arcos abatidos e, pela sua planta, mede 91 m de comprimento e 6 m de largura na faixa de rodagem para duas vias, com um pé-direito de 7,53 m. Construída em pedra, é a maior, mais

antiga (de 1913) e mais importante de todas as pontes da freguesia, tendo o destaque merecido nas suas armas, como vimos.

Existe ainda na aldeia um equipamento desportivo de interesse local, constituído por um **campo de futebol** de 11 e outro de 5, na zona do antigo povoado do Montinho, cerca de 250 m a nascente do Lar da Terceira Idade. Aí funciona agora também um **parque de caravanismo** muito frequentado, de que há notícias recentes de que vai ser requalificado.

Nos últimos anos foram erigidos na aldeia, junto à EN 2, dois **memoriais** patrocinados pela Câmara Municipal de Loulé, do mesmo autor – o prestigiado artista louletano Miguel Cheta:

- um, com um baixo-relevo em bronze com a figura de um camião antigo, em homenagem aos camionistas da Estrada Nacional 2, e inaugurado em 10-5-2009, pelo então Presidente da Câmara Municipal, Dr. Sebastião Seruca Emídio, aquando do 2º Encontro de Camionistas de Loulé;

- outro, uma original e apelativa obra biográfica, em aço Corten, homenageando a figura do ameixialense José Rosa Madeira (1890-1941), de que já falámos, relojoeiro de profissão em Loulé, e um homem de grande perspicácia cultural, amigo de António Aleixo, que dedicou a sua vida também à recolha de objetos arqueológicos, cuja coleção, nomeadamente da Pré-História e da Idade do Ferro, se encontra hoje maioritariamente no Museu Municipal de Faro; este memorial foi inaugurado em 16-6-2018 pelo neto do homenageado, Dr. Luís Filipe de Castro Mendes, então Ministro da Cultura, e pelo atual Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Aleixo, no mesmo dia em que se inaugurou o novo retábulo na igreja paroquial, com a presença no Ameixial do Bispo do Algarve, D. Manuel Quintas.

Finalmente, e para terminar este capítulo, gostaríamos de destacar ainda outras construções que também estão nos nossos dias em completa ruína e decadência que eram os antigos moinhos², que pontuavam toda a freguesia e desempenhavam um papel crucial na

economia e no modo de vida destas populações. De vento ou de água, passavam a farinha os cereais para a alimentação humana (pão e papas) e do gado. No alto dos montes mais expostos, ou no fundo do vale por onde passa a ribeira, vários destes equipamentos davam vida ao espaço envolvente.

Num levantamento e estudo que fizemos sobre os moinhos do concelho de Loulé, já no longínquo ano de 1988, ficámos a saber que existiram no século passado 23 moinhos na freguesia – 17 de vento e 6 de água (todos de rodízio, em rotação horizontal, ao contrário da azenha, em que a roda gira no sentido vertical). Alguns funcionaram até mais tarde, como o da Figueirinha (de João Veríssimo – Corte João Marques), de vento, ou os do Tinguilhão, entre os Besteiros e o Pero Ponto (de José Fernandes - Besteiros) e Chavachã – Caldeirão (de Mateus Pires - Medronheira), de água, mas a grande maioria foi abandonada com as transformações económicas e sociais que já referi nas décadas de 1960 e 70 (emigração, turismo, abandono da agricultura tradicional).

Um destes moinhos de água, o do Pisão (propriedade dos herdeiros de José António, da Corte de Ouro), próximo do Vale das Hortas, moeu até aos anos 1990, era bem antigo e para mim uma maravilha de realização técnica na sua simplicidade e eficácia, em que com poucos recursos, e aproveitando uma curva da ribeira da Corte, foi cortada na rocha uma levada que fazia mover em sequência três níveis de mós, pelo sistema de rodízios, e em que água era depois devolvida à ribeira num plano mais baixo. O seu nome indica que, além da função de moagem de cereais, terá tido no seu início, ou ao longo da sua existência, também um trabalho de pisoar³ a lã, para produzir o antigo tecido de burel.

Hoje ainda se podem ver quase só as ruínas destes moinhos nos sítios onde funcionaram, em que os de vento se apresentavam quase sempre aos pares, porque um com a chamada *mó branca* servia para moer o cereal nobre (trigo) e alimentação humana e o outro, com a

³ Bater a lã com o pisão

mó preta, para moer o centeio, aveia, milho ou cevada, para os animais. Restam as paredes exteriores, porque o seu interior e as engrenagens de madeira que cumpriam a sua função, na generalidade, já não existem.

X - Património construído

O traço e as técnicas de construção das casas locais não obedeciam a um padrão único, antes se adequavam às condições da zona de implantação, materiais e finalidades que tinham, quase sempre numa perspetiva empírica e no conhecimento popular.

As casas ameixialenses tradicionais e antigas eram simples, sem grande preocupação estética, à vontade dos seus donos ou dos pedreiros que as faziam, com as divisões essenciais para a vida da família. Até ao início do séc. XX, a maior parte não tinha uma separação de corredor entre as diversas divisões e, frequentemente, eram seguidas umas às outras, com portas diretas entre si. Só nos tempos mais recentes se generalizou a existência de um corredor longitudinal que organizava o espaço interior. Isto, naturalmente nos casos em que a dimensão da habitação permitia mais do que duas ou três divisões interiores, porque muitas delas não passavam desses números. A organização interna pode ser percebida a partir da fachada principal, pela localização da porta e das janelas: a porta central e duas janelas laterais simétricas indiciam geralmente a existência do corredor e duas divisões laterais na frente; quando não há esta distribuição, geralmente estamos em presença de uma porta para a chamada casa de fora e inexistência de um corredor longitudinal (que pode ainda existir, mas num plano posterior transversal).

A divisão mais importante seria a cozinha, sempre apetrechada para a existência de fogo (para aquecer, cozinhar, secar os enchidos), em que aquele estaria enquadrado por uma chaminé que poderia ter duas formas: de *chupão* (pequena abertura na parede, à volta do fogo, com saída do fumo); de *pano*, maior ou menor (em que grande parte do espaço estava coberto pela ampla chaminé, com as pessoas a poderem estar ou circular debaixo); e ainda, nas casas mais humildes, o fogo poderia nem ter qualquer enquadramento,

sumindo-se o fumo diretamente por uma rudimentar abertura no telhado. Ao contrário de outras regiões do país, o fogo era sempre feito junto ao chão. A parte superior e visível no exterior da chaminé correspondia ao tamanho da sua componente interna, sem grandes preocupações estéticas, algo entre as grandes chaminés alentejanas e as delicadas chaminés do barrocal e litoral algarvios.

Ligado à cozinha, às vezes mesmo nas suas paredes, com a sua porta para o interior daquela, estava o forno para cozer o pão ou *avelar* as bolotas. Mas o mais normal era que fosse num espaço separado, algures no quintal, junto a uma outra cozinha mais rústica (a *casa do fogo*), onde se faziam os trabalhos que não convinha fazer na cozinha principal da casa.

Outra divisória importante era a *casa de fora*, o equivalente à sala de estar atual. Era a divisão de entrada e que dava acesso direto ao exterior da casa. Dada a falta de aquecimento, não havia o costume de permanecer nela por muito tempo, especialmente no inverno. Servia também de casa de jantar.

Os quartos normalmente não eram muito numerosos nem grandes, dependendo das posses da família. Além do quarto do casal, era normal os filhos dormirem no mesmo espaço, divididos segundo o género (meninos num, meninas noutro). Eventualmente ainda haveria que encontrar espaço para um ou dois avós.

Por vezes, nas habitações mais pequenas, estas funções podiam não estar separadas, isto é, na casa de fora podia haver uma cama de dormir, ou a cozinha estar integrada num dos cantos da casa de fora.

Não havendo água canalizada, nem rede de esgotos, até ao período da Democracia, em que foram colocados marcos fontanários próximos das habitações, a generalidade das casas não tinha quarto de banho, até aos anos 1980/90.

Devido ao modo de vida e subsistência da maior parte das pessoas ligado à vida rural, havia também uma área separada para os anexos agrícolas: para guardar os cereais (celeiro), guardar palhas e fenos (palheiro); acomodar as bestas de trabalho ou o gado vacum (*ramada*), onde marcavam sempre presença alguns muares e asininos ou vacas; o gado doméstico mais pequeno (currais); e o(s) porco(s) a engordar (pocilgo). Ainda existiam outros espaços exteriores: o *monturo* (reserva de lenha de azinho ou de esteva – combustível para a lareira e forno); e a *estrumeira*, com os resíduos dos animais domésticos herbívoros (palha das camas e dejetos) que serviam para a adubação das terras.

Outro tipo de lixo descartável geralmente não existia, ao contrário do que acontece atualmente, porque tudo o que era orgânico era *reciclado* pelos cães e gatos domésticos ou pelos animais de criação (porcos e galinhas), e as embalagens na época eram geralmente de vidro (com retorno) ou cartão, ou madeira, e, portanto, eram reutilizáveis ou combustível para o lume.

As casas eram geralmente construídas em pedra ligada com cal e areia (antes do cimento se generalizar) ou em barro, nas paredes interiores, sem ferro, só aparecendo o betão armado em meados do século passado. As paredes mestras (a central e as de fora, que suportavam o telhado) tinham que ser suficientemente espessas para o efeito (entre cinquenta, sessenta ou setenta centímetros). A cobertura era geralmente em telhado de uma ou duas águas (com escorrência para a frente e para trás), em telha de canudo simples e tradicional (mourisca), sobre ripas de madeira ou caniço assente em paus que, por não serem tratados, se degradavam com frequência. Por vezes apresentavam uma platibanda na parte superior da frente e mais raramente tinham uma açoteia. As paredes da casa principal eram caiadas, o mesmo não acontecendo geralmente com os anexos citados, que ficavam com a pedra à vista. As portas e janelas eram geralmente pequenas (comparando com as atuais), em madeira ou

ferro. O chão tradicional era feito com lajes (placas de talisca) de pedra e, a pouco e pouco, foi-se introduzindo o ladrilho ou mosaico. Os anexos eram em terra ou calçada.

Eram casas com pouco conforto térmico, razoáveis para o verão, mas demasiado frias no inverno, em que mesmo o fogo aceso não aquecia mais do que a cozinha, e assim esta divisão acabava também por fazer de sala de estar, com a família reunida à volta da lareira, nomeadamente ao serão.

Convém lembrar que não havia iluminação elétrica, nem da rede pública nem com geradores ¹ e, portanto, a luz necessária para a casa à noite era geralmente produzida pelos candeeiros de vidro a petróleo ou, nas instalações dos animais, pelas lanternas com os seus vidros protegidos por metal. Ainda neste caso o mais vulgar ainda eram uns rudimentares candeeiros em metal, a petróleo, com uma bica por onde saía a torcida ardente, e que pelo fumo que expeliam ficavam rapidamente todos negros (os designados *melros*).

A água era conservada em cântaros de barro, cobre ou zinco (folha de flandres). No verão, refrescava-se a água em recipientes de barro, mais pequenos (bilhas ou *infusas*), por um processo natural da porosidade do próprio barro, normalmente provenientes das olarias de Beringel, no Alentejo, e que eram compradas nas feiras.

Claro que hoje, com as alterações socioeconómicas produzida nas últimas décadas, aqueles que constroem novas casas ou lhes fazem remodelações, as dotam das características mais confortáveis que as casa urbanas têm, na medida das suas possibilidades financeiras, naturalmente.

¹ Houve duas experiências domésticas de aeródinamos com baterias, para iluminação, durante alguns anos, concebidas por José Pires de Brito.

Junto à estrada nacional, na sede de freguesia, algumas fachadas de casas alinhadas entre si, e com a estrada, principalmente do lado poente (Fig. 23), têm a curiosidade decorativa de apresentarem à volta de portas e janelas, e nas esquinas, o contraste de pedras locais escuras com a parede caiada de branco, o que lhe dá uma certa tipicidade. Não o é verdadeiramente, porque só existem desde 1945-46, depois da requalificação da estrada, cujo alargamento definitivo na aldeia obrigou a um novo alinhamento, recuo e corte de algumas dessas mesmas casas, numa obra da JAE em administração direta, pessoalmente assumida pelo citado Eng^o Barata Correia, no início, e localmente dirigida pelo capataz de nome José Guerreiro.

As obras decorreram até 1949, embora o engenheiro tenha saído do Algarve em finais de 1946.

Assim, algumas ficaram com a divisão da frente tão diminuída, e inutilizável, que lhes foi construída outra parte, de raiz: as casas de D. Maria Isabel Rodrigues, com a casa do arco; de Domingos Miguel, com a casa atual de José Maria Pereira; e de Manuel Pires Guerreiro (a



Fig. 23 – Casas junto à estrada nacional reconstruídas em 1945 - 46 (FA)

primeira casa do lado sul), em que lhe foi acrescentada a parte que está no limite sul do alinhamento. Outras, tiveram as divisões da frente completamente demolidas, pelo que a parede do meio passou a ser a da frente, tendo que ser feita outra atrás (casa de José Mateus Garvão/Joaquim Sinfrónio).

Houve ainda alterações nas casas de José Silva, Manuel Mateus, José Joaquim Revés, Manuel Lúcio, Venceslau Lúcio e outros, em maior ou menor grau.

Então, na reconstrução, o já citado Eng^o Barata Correia, tentou recriar um pouco o modelo das casas da sua região de origem (Sertã), e fez um primeiro ensaio numa casa do lado nascente com a parede totalmente revestida a pedra à vista. Tendo verificado, porém, um certo excesso, optou pelo modelo que ainda hoje pode ser visto na generalidade destas casas do lado poente da estrada, com a pedra à vista nas esquinas e à volta das portas e janelas exteriores, segundo um desenho específico para cada casa imposto pela JAE, a qual pedra, conjugada com o resto da parede em branco, formava uma atrativa fachada e uma sequência que é para muita gente a imagem da aldeia. Pena que hoje algumas delas estejam urgentemente a precisar de remodelação e conservação.

Para a realização destas obras houve algumas dificuldades entre as partes, como será compreensível, mas no final não terá havido prejuízo para os proprietários, porque a intervenção valorizou os prédios. No entanto, pensamos nós, se tivesse sido hoje, o acordo teria sido mais difícil...

No lado nascente da estrada, como já disse, houve mais as intervenções já referidas: na igreja paroquial, onde a cabeceira foi cortada e diminuída (com a respetiva compensação), e demolido um pequeno quiosque que aí existia na antiga paragem dos autocarros; na parte exterior da escola primária; na fachada do cemitério; e na tal primeira experiência com pedra à vista, a meio da povoação.

Também será de destacar aqui, no mesmo trabalho, os dois passeios altos, em calçada de pedra miúda, travados por lancis também em pedra, com largura mais do que suficiente para o trânsito pedonal, que ladeavam a estrada no espaço urbano da aldeia. Estes passeios estavam complementados com duas filas de amoreiras de frondoso porte (mais de duas dezenas no total, em ambos os lados da estrada), que faziam as delícias da miudagem que, nos meses de junho/julho a elas subiam e abasteciam das preciosas amoras pretas e brancas que elas forneciam. Além de que alguns brincavam igualmente à criação de bichos-da-seda, de alimentação exclusiva com folhas de amoreira. Não haveria muitas aldeias que nos anos 1940/50 tivessem um luxo de uma rua assim, que mais parecia uma avenida...

Entretanto, a grande maioria dessas árvores foi morrendo, não tendo havido a vontade de as substituir, o que para a minha geração é uma pena. Também tinham o inconveniente de as amoras caídas sujarem as calçadas, mas o aspeto estético e ambiental geral valia bem esse senão.

Destaque-se justamente a iniciativa recente da autarquia (CML e JF) de restaurar essas calçadas e ter mandado incluir nelas em pedra escura contrastante alguns símbolos fonéticos da Escrita do Sudoeste que, como vimos atrás, são também uma marca cultural identitária da freguesia.

Por ser uma construção excecional, destacaria ainda um edifício menos conhecido, até dos ameixialenses, bastante antigo, que terá sido construído no séc. XIX para residência dos párcos da freguesia, havendo a tradição de um tal Padre Palma, muito alegre e folgazão, que teria sido dos últimos ali a residir. É a parte antiga da casa da família Guerreiro Veríssimo, que foi dividida em duas partes pelos dois irmãos – Manuel e José, e que hoje está nas traseiras das casas dos descendentes desta família. É uma grande construção retangular, com cerca de 20x10 m, com corredor ao centro e quatro quartos de

cada lado e grande cozinha tradicional. Tem teto com sótão, asnas de madeira de grandes dimensões a suportar o telhado, paredes de pedra e argamassa de cal e areia, e o conjunto penso que não tinha semelhanças com nenhuma outra habitação da localidade ou mesmo da freguesia. Só a igreja paroquial recebeu em 1999 um novo teto, com as mesmas características.

Também neste âmbito deste capítulo, gostaria ainda de falar de um tipo de casa de que existem ainda alguns exemplares na freguesia (nomeadamente na Corte de Ouro e Corte João Marques), embora quase todas já em ruínas, que eram as casas circulares (Fig. 24). É um tipo de construção que tem deixado alguma curiosidade em quem a observa, de planta circular, geralmente coberta por um teto de colmo, normalmente de palha de centeio.



Fig. 24 – Casa circular na atualidade (Manuel Luís – Corte de Ouro) (FA)

Trata-se de um tipo de construção peninsular antiquíssimo, semelhante às que se encontravam nos castros, anteriores à presença

romana (I milénio a. C.). É possível que haja aqui uma ligação cultural a técnicas ancestrais, e sendo essas antigas construções dedicadas à habitação de pessoas, é natural que também o tenham sido aqui, mas nos tempos mais recentes, de que há memória, estas construções têm servido geralmente para abrigo de animais domésticos ou armazenagem de forragens para eles (palha e feno).

Quanto ao mobiliário, como em tudo o resto, a característica geral era a frugalidade. Os móveis faziam o seu papel com simplicidade e sem grandes preocupações estéticas. Na cozinha havia uma mesa adequada ao tamanho da família, mas geralmente sobre o pequeno, em que os comensais mal cabiam, chegando-se um pouco para trás para caberem todos, e assim, quando caíam algumas migalhas, eram imediatamente consumidas pelos gatos e/ou cães da casa. Havia também guarda-loiças, escaparates para pratos, a bancada (*poial*) dos cântaros e alguma pequena bancada para o serviço doméstico. As cadeiras não podiam faltar, para as refeições e para a família se sentar, ao serão, junto à lareira. Estas eram geralmente de madeira simples, de vários tamanhos, para todos os elementos da família, com fundo de junco ou atabua. O lume para cozinhar foi evoluindo em meados do séc. XX da lareira para o fogão a petróleo, e deste para o fogão a gás (a partir dos anos 60).

Na sala/casa de fora podia haver uma mesa maior, para os dias de festa, e algumas cadeiras, eventualmente do conjunto da mesa.

Os quartos de dormir estavam apetrechados de camas, geralmente de ferro, que passavam de geração em geração, com colchões cheios de lã ou palha, havendo eventualmente no quarto do casal uma mobília em madeira mais trabalhada, com os correspondentes guarda-fatos e cómoda ou toucador.

Para concluir este capítulo da construção, deixo aqui uma estória local, que tem a ver com a construção de um equipamento considerado como o de mais difícil realização com as técnicas

tradicionais: o forno de pão, em abóbada de pedra ou tijolo maciço:

Um habitante do Azinhal dos Mouros, querendo construir um forno, contratou dois pedreiros da aldeia para fazerem a obra. Começaram o trabalho e o dono sempre perguntava se ficaria bem feito e, principalmente, seguro. Ao que os mestres lhe iam respondendo que ficasse descansado, que ficaria um trabalho excelente, que toda a gente lhe havia de perguntar quem o fez.

Terminada a obra, em pouco tempo, receberam o pagamento e seguiram para suas casas. Mal teriam concluído o caminho e aconteceu a pior previsão para o dono da obra: o forno ruiu completamente.

Nos dias seguintes, os vizinhos e outros de passagem (dava-se o caso de haver um mercado na aldeia) comentavam o facto e riam-se da situação.

O dono, que era conhecido pelo seu sentido de humor e ter uma típica gargalhada, ia dizendo para todos:

- Ah, Malandros! Bem me diziam eles que toda a gente me havia de perguntar quem é que me tinha feito o forno! Ah! Ah! Ah! ...

XI - Festas, feiras e romarias

As festividades tradicionais comemoradas ou organizadas na freguesia eram geralmente de índole religiosa ou com fins religiosos. Organizava-se uma festa anual em honra de Santo António (padroeiro da freguesia), não no seu dia litúrgico (13 de junho), mas em agosto, juntando pessoas de todas as freguesias próximas, quer do Algarve, quer do Alentejo. Havia cerimónias religiosas, quermesse e verbena, como se designavam os pontos de venda para angariar fundos para a manutenção da igreja paroquial. A comissão organizadora designava um grupo de meninos e meninas da freguesia (os *juízes/juízas* da festa) que contribuíam com um ramo (geralmente um tabuleiro de comida e bebida), cada um/a, e que depois era leiloado durante a festa. Faziam também um peditório pela freguesia, em que cada um dava algum dinheiro ou, mais frequentemente, alguma medida de trigo da sua produção.

No nosso século, estas festas ligadas à igreja e ao santo padroeiro têm vindo a ser reduzidas a uma procissão, sem recolha de prendas e geração de receitas. Em alternativa, o Grupo Desportivo Ameixialense, com a ajuda da CML tem vindo a organizar grandes festejos profanos, também em agosto, que igualmente atraem muitos visitantes. Esta mesma coletividade tem também desenvolvido outras festividades importantes, nomeadamente na passagem do ano, na sua sede, e a Junta de Freguesia desde há alguns anos tem vindo a organizar grandes festejos no 1º de Maio, na Fonte da Seiceira, que igualmente atraem muitas pessoas da freguesia e forasteiros.

Outra festa de cariz religioso, e também hoje com menos importância, era a festa em honra de S. Luís, bispo de Toulouse, patrono dos animais domésticos, celebrada no domingo antes do período do Carnaval (antigamente chamado *domingo magro*), também conhecida como a *festa das chouriças*, com missa e sermão especial, e ainda procissão, em que os paroquianos ofereciam algumas chouriças da sua produção, que depois eram vendidas na festa, e o dinheiro revertia para a igreja.

No séc. XVIII o pároco, no documento que vimos a citar, regista que muitas pessoas, também do Ameixial, se deslocavam em romaria a outras igrejas e capelas do Alentejo próximo: a ermida de Sant'Ana, na freguesia de S. Miguel do Pinheiro, quase todo o ano, para cumprirem promessas; e em Santa Cruz, à ermida de nossa Senhora do Desterro (15 de agosto), e à igreja matriz no dia da Conceição (então celebrada a 25 de março), cuja imagem era considerada milagrosa.

As feiras e mercados eram importantes para a economia local e, pela sua dimensão, eram um dos pontos altos da vida da freguesia e que a fazia conhecida nos concelhos envolventes. Porque a população desta zona e de todos os concelhos limítrofes dependia muito desses eventos: abastecimentos, ferramentas, vestuário, utensílios para o lar, e principalmente a compra e venda de gado. São ainda três as feiras que se realizam anualmente na aldeia do Ameixial: a de *maio*, no 3º domingo de maio; a de *agosto*, no dia 15 de agosto; e a da *barreira*, no domingo antes do natal.

A de maio foi a última a ser criada, nos finais dos anos 1960, quando a Junta de Freguesia era presidida por Manuel Mateus Pires, da Corte de Ouro, com o objetivo de facilitar o escoamento dos borregos criados na zona, nessa altura do ano.

A de agosto é a mais antiga, já existente em 1905, segundo Ataíde

Oliveira na sua obra citada, e realizava-se em meados do séc. XX nas imediações do celeiro do trigo e cercas envolventes. Envolvia muitos vendedores, que vinham em carroças do Algarve e do Alentejo vender frutas (melancia, melão), empreitas, utilidades domésticas, quinquilharia, vestuário, animais de carga (burros e mulas), gado vacum, caprino e ovino, ourivesaria, e que por vezes tinha também divertimentos (circo). Durava só um dia, mas em geral os vendedores chegavam na véspera e aí já se fazia negócio.

A da *barreira* (nome que deve estar relacionado com a feira do mesmo nome que havia em Loulé), era geralmente mais pequena, realizava-se ao longo da estrada nacional, sobre os passeios, e era especializada no negócio dos porcos, os gordos para abate e os pequenos para virem a ocupar o lugar no pocilgo dos que tinham sido engordados. Também segundo Ataíde Oliveira, já em 1905 havia um mercado em 18 de dezembro.

Fazem-se ainda mercados todas as primeiras quintas-feiras de cada mês, do mesmo género das feiras, mas em menor escala de vendedores e compradores. As feiras e mercados do Ameixial sempre foram francos, isto é, os vendedores nunca precisaram de pagar o chamado *terrado* para estabelecer a sua banca ou os seus animais, como é usual na generalidade das feiras, pelo que se tornavam mais competitivos.

Estes eventos eram importantes, não só pelos aspetos económicos citados, mas também pela componente social, como ponto de encontro e de convívio da população dos diversos núcleos urbanos da freguesia e da sua diáspora, especialmente a feira de agosto, com a presença da população emigrante na sua presença anual. E era uma alegria para todos, novos e velhos, verem a sua terra cheia de gente e muitas coisas para ver e comprar, se assim houvesse dinheiro...

Tinha a freguesia também algumas tradições, há muito perdidas, de realizar festividades profanas, de que destacaremos aqui algumas:

- Até aos anos 1930, era costume muita gente da aldeia dirigir-se ao Azinhal dos Mouros, na segunda-feira gorda (carnaval) de cada ano, com música e dança e serem recebidos pela população desta localidade com bolos e aguardente, ou licores;

- No primeiro de maio de cada ano, a população da freguesia juntava-se nas proximidades da ponte de Vascão, da EN 2, aonde afluíam também as populações do vizinho concelho de Almodôvar, e aí havia música, bailaricos, piqueniques e outras formas de convívio social;



Fig. 25 - EN 2 junto à ponte do Vascão - Entrada para o Algarve (FA)

Fig. 26 – EN 2 - Miradouro do Caldeirão (FA)



- Logo no dia seguinte, 2 de maio, também era costume juntarem-se muitas pessoas no miradouro da mesma estrada, perto da povoação

dos Cavalos, que atraía pessoas mais do Algarve (Salir, Querença, Loulé), com o mesmo tipo de divertimentos. Estas festas eram de carácter genuinamente popular, num tempo de controle férreo do regime político da época sobre as comemorações do primeiro de maio, mas, não havendo manifestações políticas, tudo decorria dentro da normalidade que só algum excesso de álcool habitual poderia beliscar.

Em relação ainda à ponte do Vascão, registamos que, em meados do século passado, era praticamente a única a porta de entrada do Algarve central, pelo que, algumas vezes, ali eram organizadas sessões de boas-vindas a governantes que viessem à capital da província em visita oficial.

Estes dois eventos deixaram de ocorrer a partir do final dos anos 1960, princípios de 1970.

Em contrapartida com estas últimas celebrações, já há muito desaparecidas, tem-se afirmado nos últimos anos anualmente um festival de caminhadas na freguesia – o *Walking Festival Ameixial* – num fim-de-semana entre o feriado do 25 de abril e o primeiro de maio, que tem atraído muitas centenas de pessoas para fazer os percursos organizados, e contemplar a beleza natural da serra na primavera. Organizado pela CML, a JFA e a ProActiveTur, agrega mostras de atividades tradicionais, gastronomia, palestras sobre pedestrianismo, danças e outras sessões que complementam as jornadas diárias de caminhadas. Os seus percursos podem ser percorridos em qualquer altura do ano, individualmente ou em grupo, a pé ou em bicicleta, porque estão devidamente sinalizados em toda a sua extensão.

XII - Costumes e tradições

Para conhecermos os costumes e tradições mais genuínos das populações locais também temos que ir um pouco ao passado, pelo menos ao período de meados do século XX, até aos anos 1960/70. A situação atual de globalização cultural já não permite reconhecer em uso as tradições mais específicas de cada região.

Nessa altura, com a população a depender quase exclusivamente da vida do campo (agricultura ou agropecuária) as bases etnográficas estão ligadas naturalmente a esta realidade. Desde logo a jornada de trabalho fazia-se então de *sol-a-sol*, isto é, desde o nascer do sol até ao seu ocaso (*sol posto*), não havendo ainda a jornada das oito horas. Assim, a jornada tinha uma amplitude de oito ou nove horas, de inverno, e doze ou catorze, de verão, conforme a disponibilidade da luz solar. Parava-se nos tempos das refeições e, no verão (no período entre o S. Pedro – 29 de junho – e a feira de Salir – 14 de setembro) descansava-se também duas horas (a *folga*) a seguir à refeição do meio-dia. Em certas ocasiões do ano, em maio-junho (transporte do trigo em molhos para as eiras), e em agosto (apanha dos tremoços), era necessário ainda fazer a jornada de trabalho muito mais cedo (entre as 3 ou 4 horas da madrugada e no máximo o meio-dia, enquanto existisse alguma humidade atmosférica), para fugir ao calor, no primeiro caso para garantir que os grãos de trigo não se desprendiam das espigas no caminho e, no segundo, para que as vagens dos tremoços não picassem nas mãos de quem as apanhava.

Intimamente ligadas ao decurso do dia de trabalho estavam as refeições dos camponeses, proprietários ou por conta de outrem: havia o *café*, de manhã antes do trabalho; o *almoço*, a meio da manhã; o *jantar*, ao meio-dia solar (13:30 horas); a merenda (*merendica*), a meio da tarde; e a *ceia*, à noite, depois de acabados os trabalhos e de tratar dos animais domésticos. Como se vê, há aqui uma ligeira diferença nalguns termos comumente usados (jantar / ceia). As duas primeiras refeições poderiam ser fundidas numa só no

inverno, mas eram necessárias no verão, em que, como vimos, se começava a trabalhar muito cedo.

Nestas refeições o pão caseiro produzido com fermento natural (*lêveda*) era a base da alimentação. Com o café, comiam-se as *costas* ou o pão com chouriça, queijo, presunto ou toucinho (o *conduto*), ou *fatias douradas*; no chamado *almoço*, a meio da manhã (nove ou dez horas), comia-se usualmente umas sopas de batata ou cozinha de batata (sopas de pão numa molho de azeite/banha, ovos, tomate e toucinho), muitas vezes comidas no próprio local de trabalho, no campo; no dito *jantar*, constava normalmente um dos seguintes pratos: cozido de grão ou feijão ou couve-repolho, com carne de porco; *migas*; gaspacho com peixe (carapau ou sardinha) assado ou frito, ou salada de tomate (no verão); na *merendica*, era semelhante ao café, sem o dito, porque se estava no campo, geralmente; e finalmente na *ceia*, comia-se uma açorda de coentros ou poejos, com peixe frito ou assado; ou sopas de peixe; ou batatas com bacalhau. Nos dias festivos, podia-se comer um guisado de carne de borrego ou galo, que, embora quase todos tivessem criação de galinhas, não se abusava da sua carne. “*Nem sempre galinha, nem sempre sardinha*”, dizia-se, valorizando-se aquela.

Tal como o pão (de trigo, geralmente), trabalhado habitualmente pela(s) mulher(es) da família e cozido no forno de casa ou no comunitário, para durar para toda a semana, a maioria destes alimentos produzia-se nos campos da família.

Como vimos, a maior parte da carne era de porco, criado no pocilgo doméstico (com bolotas, milho, tremoços, batatas ou restos de outros legumes), que quase todas as famílias tinham, e, salgada, em banha ou em enchidos, tinha que durar para o ano inteiro, o que fazia com que não se consumisse muito de cada vez. Aliás, a proporção de carne e *conduto* com o pão que se comia, não tinha nada a ver com o

que se consome hoje: uma pequena porção de *conduto* acompanhava um grande naco de pão.

Muitas vezes o pão acompanhava uma mão-cheia de azeitonas, que se comiam mesmo na rua, ou no caminho de e para o trabalho.

Os doces e sobremesas não têm uma grande tradição na zona: *costas* e *popias* (pão com alguns elementos adoçantes e manteiga), fatias douradas, filhós, mel e água mel, marmelada, arroz doce, bolos secos ou em tabuleiro (à base de farinha e ovos), era aquilo que se consumia com mais frequência.

A frugalidade será mesmo uma das características das suas gentes, não só no plano alimentar, mas em todas as suas circunstâncias de vida. As pessoas conseguem (conseguiam) viver com um mínimo de condições materiais, gastando o essencial apenas e mostrando ter menos do que o que verdadeiramente tinham.

O que se comprava era muito pouco: sal, açúcar, arroz e massa, peixe e pouco mais. Sobre o peixe (de mar, principalmente sardinhas e carapaus), convém dizer que desde sempre chegava à serra, ainda que pescado longe, levado pelos almocreves e arrieiros, e que alternava com os pratos locais de carne, especialmente nos dias em que a igreja não permitia o consumo desta (sextas-feiras da Quaresma, Semana Santa).

Posta esta informação, será também de assinalar que havia alguma pobreza na sociedade ameixialense dos séculos XIX e XX. Vários documentos de batismo exibem o averbamento do pároco que “*não foi cobrado o selo devido à pobreza dos pais*”. Esta pobreza fazia-se sentir também na mesa. Algumas vezes, quem não tinha produtos hortícolas ou animais de criação, teria dificuldades pontuais em por o pão na mesa para a família, especialmente nas épocas em que a vida rural não solicitava trabalhos especiais que dessem algum salário aos trabalhadores.

As ferramentas de trabalho mais comuns, também eram da vida rural: enxadas, alferces, picaretas, pás, ancinhos, machados, foices, e, para os animais, cabrestos, albardas, cangalhas, *gorpelhas*, alforges, *molins*, cangas, arados e charruas, grades, etc.

Em algumas casas havia também veículos de tração animal (*carros de besta*), com um só animal (muar) a puxar, ou dois (em parelha).

A lavra da terra fazia-se também com a força animal, geralmente com vacas, mulas ou burros a puxar os arados. Podiam fazê-lo aos pares, formando uma *junta* ou *parelha*, ou sozinhos, designado de *jingada*.

Também tradicional era o vestuário das pessoas de então. Havia pouca diferença entre o vestuário masculino para adultos, quer no verão, quer no inverno. “*O que matava o frio matava o calor*”, dizia-se na época. Era frequente ver homens encasacados no verão, mesmo que a suar, com chapéu, sempre, e raramente se via um homem adulto em manga curta. Os pastores, então, usavam sempre a sua *pelica* de pele de ovelha, também durante todo o ano.

Pela grande importância dada ao luto pelos familiares que morriam, as pessoas, e principalmente as mulheres, usavam roupa preta durante vários anos, sendo que as viúvas ainda punham um xaile praticamente para o resto das suas vidas.

Outras tradições:

Registamos aqui ainda alguns costumes de antigamente estavam bem arreigados na população da freguesia, que com eles se divertia e alegrava os intervalos do seu árduo esforço diário para retirar o sustento da terra pobre:

- A “*Serração da Velha*” fazia-se nas noites escuras dos finais do Inverno, princípios da Primavera e consistia num grupo de rapazes ir fazer barulho para junto das casas dos mais velhos que eles sabiam de antemão que se irritariam, e saíam de casa em trajas de cama, ameaçando-os com todo o género de impropérios e objetos lançados.

Alguns demoravam mais tempo a fazê-lo, respondendo aos foliões que “podem serrar à vontade”, mas havia uma situação que, nesses casos, desencadeava o processo: os de fora, munindo-se de chaminés em vidro, velhas ou partidas, atiravam-nas às paredes da casa e diziam: “*Ai, que já partiste o vidro da janela do homem!* Não precisavam de dizer nem fazer mais nada, aí estava o dono da casa em cena, enquanto a rapaziada fugia...

- A “*Camela*” era outra tradição, hoje com certeza mais criticada, mas que era esperada por todos nos bailes de Entrudo. Durante o baile, entravam alguns rapazes ou homens feitos, com os casacos virados do avesso (nunca percebemos porquê) a contratar a compra de pastagens para a *Camela* ou a *Burra*. Mais à frente, dava-se o momento alto da ocasião: entrava na sala a dita *Camela*, que era nem mais nem menos que um animal fantasmagórico formado por dois voluntários cobertos por uma manta a formar o corpo de um animal, cuja cabeça era o crânio de um burro ou mula há muito falecido. Será escusado dizer que as raparigas do baile, que antes ansiavam pela festa, agora gritavam e corriam a esconder-se atrás das mães, ou onde quer que fosse, até que o *animal* se retirava de cena...

- A “*Matança do porco*” era também uma tradição que todas as famílias organizavam anualmente. Embora houvesse a necessidade básica de obter o fornecimento de carne para o ano seguinte, o dia e o ato de a obter através da morte do animal no quintal ou na rua junto à casa era em si mesma uma atividade festiva que convocava familiares, vizinhos e amigos. De manhã cedo, em dezembro/janeiro, com o tempo frio, quatro ou cinco homens matavam o porco e retiravam-lhes as entranhas, enquanto as senhoras tratavam de fazer o almoço (com a *moleja* do sangue e o fígado frito) e se ocupavam de arranjar as tripas. Durante o ato, os homens serviam-se de copos de aguardente e bolos, e depois preparavam algumas partes da carne para grelhar e consumir antes ainda do almoço. O almoço era geralmente bem acompanhado de vinho, findo o qual os homens

geralmente iam às suas vidas, enquanto as senhoras iam lavar as *tripas* na ribeira mais próxima, para servirem nos enchidos. No final do dia ou no dia seguinte, já arrefecida, a carcaça era desmanchada, separadas as peças para por na salgadeira (presuntos, carne de panela, ossos), enquanto se fazia o tempero das carnes para os enchidos (paio, chouriças de sangue, linguiças). Estes só alguns dias mais tarde é que seriam terminados e postos a secar e curar em varais por cima da lareira da casa, ou na *casa do fogo*.

- Em junho de cada ano, em homenagem aos “*santos populares*” (S. António, S. João e S. Pedro), a juventude montava um *mastro* à volta do qual organizava os bailaricos das noites destas festas. No chão de terra ou na calçada espetavam um pau de 4 ou 5 metros (de 20 ou 25 palmos, como antigamente se mediam os paus de telhado) na vertical, forravam-no com fetos (plantas verdes viçosas e aromáticas), bem como todo o chão envolvente, em sentido radial a partir do mastro estendiam sete ou oito fios decorados com bandeirinhas de papel colorido, para dar um ar mais festivo, e aí se divertiam os jovens e menos jovens a bailar, geralmente ao som do acordeão.

- Nessas mesmas noites dos santos populares também havia outra tradição: a de “*saltar a fogueira*”. Muitas famílias procuravam no campo as marcelas (a que chamavam *rosas de S. João*), que nesta altura estavam no auge da sua floração amarela, também bem aromáticas ao queimar e, depois do toque do sino mais pequeno da torre da igreja, faziam uma fogueira que todos os familiares e/ou vizinhos (homens, mulheres e crianças) saltavam por cima nove vezes, para um lado e para outro, contando o número de cada salto e dizendo “em louvor de Santo António, de S. João ou S. Pedro”, conforme o caso. Os mais pequenos saltavam a fogueira nos braços dos pais, mas também não deixavam de o fazer.

Já vimos atrás a importância do *fogo* para o aquecimento das casas de inverno. Pois podemos ainda falar da componente cultural e social do mesmo, com algumas evidências:

- Os serões familiares no inverno eram realizados à volta da lareira da cozinha, em várias cadeiras dispostas em semicírculo, de vários tamanhos, adequados aos que nelas se sentavam, adultos e crianças. Como era frequente haver fumo, surgiam disputas entre as crianças, considerando uns que o fumo só ia para eles e não para o(s) irmão(s). Questão que era geralmente resolvida com os pais a dizerem ao primeiro que não se preocupasse que o fumo ia para o(as) moço(as) bonit(o)as...

Ali se falava das questões do quotidiano e se contavam contos infantis às crianças, que iluminavam a sua imaginação até à vida adulta, entre os quais o do *Baguinho de Milho*, o *João Pateta*, a *Carochinha*, o *Castelo da Má-Hora*, o *Gato das Botas*, etc.

- Na véspera de Natal o pai de família procurava na sua pilha de lenha (*monturo*) o maior madeiro disponível e colocava-o a arder na lareira da casa, às vezes com implicação na colocação das cadeiras dos familiares, numa combustão que se manteria nos dias seguintes, criando um certo espírito natalício, que noutras localidades do país se realizava no adro da igreja, num fogo coletivo;

- Ainda sobre o lume, ouvi na minha infância contar dezenas de vezes aos maiores uma estória que de algum modo representa o fogo como símbolo da condição social e económica da família. Era a estória muito conhecida de um padrinho que encontrou o afilhado depois de alguns anos sem se encontrarem. Aí o padrinho perguntou ao afilhado:

- *Então afilhado, como vai a vida?*

Ao que o afilhado respondeu:

- *Olhe, padrinho, no tempo do meu falecido pai era p'ra trás! P'ra trás! Depois que ele morreu, é sempre p'ra frente! P'ra frente!*

Retorquiu o padrinho:

- *Mas isso são excelentes notícias, afilhado! Quer dizer que a vida da tua família está melhor do que antes!*

- *Não, padrinho! Não está a perceber!...* Respondeu o afilhado - *Quando o meu pai era vivo, tínhamos muita lenha, ele fazia grandes fogos, e nós tínhamos que nos chegar para trás, por causa do calor. Agora, temos cada vez menos lenha, e para nos aquecermos temos que nos chegar para a frente, e nem assim!...*

- Também no verão, quando as casas estavam demasiado quentes, depois dum dia tórrido, e à espera de alguma brisa mais fresca da noite, depois de jantar, também era costume os vizinhos juntarem-se em bancos (*poiais*) no exterior, na proximidade das suas casas, conversando da mesma forma. Era o equivalente a passar o serão à lareira no inverno. Não havia luz elétrica, viam-se as estrelas no firmamento e os mais entendidos assinalavam a Estrela Polar e a Ursa Maior e Menor para os mais pequenos, ou então perspetivavam entre si, pela aparência do céu, como seria o dia seguinte em termos meteorológicos (se ia continuar o calor, se haveria *brandura* de manhã, ou, pelo contrário, o tempo estava mudado e estaria mais fresco ou iria chover. Porque a conversa sobre o tempo era muito importante para os agricultores, naturalmente, e fazia sempre parte do cardápio. De vez em quando era também visto e comentado algum avião ou uma estrela cadente.

- Já durante o dia, outro costume tradicional de toda a zona sul de Portugal, era o de as pessoas (homens e mulheres, todos o faziam, mas em geral separados), se juntarem nos tempos de descanso ao abrigo do vento norte (*à abrigada*, de inverno) e à sombra (no verão), conversando sobre as suas vidas, ou sobre os acontecimentos nacionais que se iam conhecendo mais lentamente do que hoje, naquilo que se designava como *conversas de soalheiro* numa mistura de temas e formas, em que muitas vezes se misturavam as verdades e as mentiras.

- Em meados do século passado (principalmente anos 1940 e 50) era também frequente a vinda para a freguesia de muitas pessoas de Loulé e Faro, e do Alentejo, especialmente jovens, no verão, em

“*mudança de ares*”. Numa época em que a praia ainda não era valorizada, e a tuberculose era mais frequente, dizia-se que os *ares da serra* eram especialmente considerados como favoráveis para a saúde, e algumas famílias enviavam os seus filhos e filhas para casas de pessoas que se iam conhecendo, e que assim vinham melhorar as suas condições de saúde. E assim esta juventude, juntando-se à local, organizava sessões de convívio que marcaram os verões da mocidade dessa época.

- Na mesma época, após a 2ª Guerra Mundial em que Portugal não participou oficialmente, mas de que acabou por ter consequências económicas e sociais, e as carências alimentares eram notórias, era frequente a entrega à população, principalmente às crianças, de alimentos (leite em pó e queijo) e vestuário, através dos párocos, que também dinamizavam sessões culturais no salão paroquial, com récitas teatrais para toda a população.

- Também um costume antigo da população rural, em tempo de seca prolongada para as sementeiras e pastagens, bem como para o abastecimento humano e animal, era rezar em grupo na igreja ou no seu adro, e organizar procissões (lembramo-nos de uma até à Portela de Salir, a poente da aldeia), principalmente as mulheres, a pedir ao divino a bênção da chuva, naquilo que era conhecido nos tempos históricos como preces por *água de misericórdia*, o que não era um exclusivo destas paragens, mas que, por exemplo, no Alentejo próximo parecia não acontecer.

- De outro modo, também ligada a um certo misticismo e tradição, havia algumas pessoas que sabiam fazer determinadas benzeduras para os mais variados efeitos: doenças, ossos deslocados, maus olhados, etc. Com uma agulha e uma linha, enquanto diziam uma lengalenga, meio declamada, meio rezada, algumas senhoras, normalmente de idade, empenhadamente tratavam dos males de quem a elas acorria com fé. Presenciámos este ato algumas vezes, mas desconheço qual era a percentagem de cura.

Na falta de um médico permanente, que desde há muito só vinha uma vez por semana à freguesia (e aqui, em nome de todos os que serviram a população da freguesia, lembramos a figura do Dr. Pereira da Rocha, de Salir, durante muitos anos o médico de serviço, em meados do séc. XX), as pessoas recorriam habitualmente a estas crenças populares e antigas.

Também havia na aldeia a figura de um prestigiado curandeiro (Mestre Sebastião Tomás) que, na base do conhecimento empírico e tradicional, já exercido e transmitido pelo seu pai, também atendia muita gente em sua casa, ou em consultas nos montes, aonde ele se deslocava no seu cavalo.

Para tirar dentes, muitas pessoas da freguesia consultavam o *Tenente dos Besteiros*, o já citado antigo alferes do Quadro Auxiliar dos Serviços de Saúde participante na I Guerra Mundial, Manuel Mateus Fernandes, que, depois de ter passado à reserva como tenente, voltou a fixar-se naquela localidade e aí exercia essas tarefas na área da saúde.

XIII - Lendas, narrativas e estórias locais

Na obra citada de recolha de F. X. Ataíde Oliveira¹, são narradas dezenas de lendas tradicionais do Algarve relatando *mouras encantadas*. É evidente que estas estórias não são para entender à letra, tentando encontrar e confirmar exatamente a sua veracidade histórica e factual. Mas no seu conjunto são efetivamente representativas de um contexto histórico (a presença moura na Península Ibérica, especialmente no Sul, que se prolongou por muitos séculos), o qual influenciou culturalmente muitas áreas da nossa vida e um imaginário que passou de geração em geração, ao longo dos séculos, e que naturalmente não existe onde a presença muçulmana não foi significativa.

Neste âmbito, e para o nosso trabalho, passamos a transcrever a lenda descrita por ***Moura do Ameixial***:

“O Ameixial é a sede de uma freguesia da mesma designação está situado em serra fragosa e áspera.

Diferentes designações em diversos sítios acusam a civilização sarracena. Próximo do sítio do Pego dos Cavalos, há outro conhecido pelo da Moura. Afirmam as tradições locais que ali ainda hoje está uma moura encantada.

Diz a lenda que semanas depois da expulsão dos mouros, passou por aquele sítio um rapaz de vinte anos, filho de abastado proprietário daquela freguesia. Viu ele sentada à beira do caminho uma formosa mulher, alva como a espuma do mar, e de cabelos fartos e tão louros que pareciam madeixas de ouro. A mulher formosa costurava tendo ao seu lado uma tesoura de ouro.

O rapaz quedou-se pasmada para a mulher e para a tesoura. Então ela, sorrindo agradavelmente para o mancebo, perguntou-lhe:

¹ Cf. Oliveira, F. X. Ataíde – “As Mouras Encantadas e os Encantamentos do Algarve” – 1996 – Pág. 127-8.

- De qual gostas mais?

O rapaz mostrou não compreender a pergunta.

- Sim, repetiu ela, de qual gostas mais: de mim ou da tesoura?

Esta pergunta fez estremecer o rapaz que logo pensou que a mulher não era coisa boa. Por isso respondeu imediatamente:

- Gosto mais da tesoura.

A dama carregou a viseira e disse carrancudamente:

- És um parvo: perdeste a tua fortuna.

Disse estas palavras e desapareceu repentinamente, deixando o rapaz estupefacto.

Nessa noite contou ele a diversas pessoas o que lhe sucedera e todos à uma concordaram que o rapaz estivera em grande perigo de perder a alma, pois a dama era certamente uma moura encantada.

E era. Por muitos séculos foi ali vista, e ainda hoje, à meia noite em ponto, ou ao meio-dia, muita gente a tem visto, ora costurando, ora chorando, e algumas vezes na atitude de pensar profundamente, mostrando-se estranha a tudo o que a cerca e rodeia.”

Outras narrativas, na mesma fonte:

“Em um sítio próximo da Portela, onde há um lagar de moer azeitona, existem quatro ou cinco grandes pedras, colocadas perpendicularmente, com pequenos intervalos, que a tradição afirma terem ali sido postas pelos mouros. Outros, porém, melhores depositários dessas lendas antigas, afirmam que as pedras são outros tantos mouros encantados.

Talvez a ciência dê aquelas pedras outro nome e as julgue restos de um dólmen. E parece que assim é, pois que, segundo dizem, aquelas pedras não são filhas do sítio e foram necessariamente para ali transportadas por gigantes.

No sítio da Corte de Ouro, talvez a corrupção da Corte do Mouro há também vestígios de antigas lendas de mouros e mouras encantadas, hoje completamente esquecidas. Há ainda perto deste sítio outro

chamado Azinhal dos Mouros, onde se encontram ainda hoje vestígios dessas lendas.

No Vale da Moita foi encontrada uma grande pedra com uma inscrição em letras completamente desconhecidas. Constando ao pároco daquela freguesia que tal pedra ali fora encontrada, chamou trabalhadores aos quais deu as convenientes instruções para dali a transportar. Sucedeu o que seria de esperar de gente rude. Partiram a pedra. Agora informam-me que o ilustrado pároco não perdera a esperança de a fazer transportar, partida para o museu de Faro.”²

Ainda no mesmo autor, F. X. Ataíde Oliveira, mas na recolha que fez em “*Romanceiro e Cancioneiro do Algarve*”, de 1905, conseguimos encontrar uma quadra que se refere explicitamente ao Ameixial e outras, que não sendo explícitas também se enquadram no contexto serrano:

*A serra também é terra,
A serra também dá pão;
Também na serra se criam
Meninas de estimação.*

*Armei um laço na serra
P’ra apanhar uma perdiz,
Apanhei uma menina
Pela ponta do nariz.*

*Adeus, ó Ameixial,
Quando me mandas dizer
De um amor que lá deixei,
Quando o tornarei a ver.*

Já que estamos na poesia, deixamos de seguida registado um poema que serviu de letra a um hino que também foi musicado e muitas vezes cantado no Ameixial, e fora dele, em representação das suas

² Embora sem se saber exatamente qual a pedra descrita, esta narrativa encaixa diretamente no contexto do que disse no Cap. 4 sobre a Escrita do Sudoeste.

gentes. É o hino ao/do Ameixial, que terá sido criado por volta de 1939/40, nos últimos anos da sociedade recreativa que existiu no Ameixial, nas casas que depois foram de Manuel Guerreiro Veríssimo, desconhecendo-se quem o criou. Sabe-se que foi alvo de uma modernização da sua letra, mas com a mesma música, no início dos anos 1950, e foi levado à uma *Batalha de Flores* de um carnaval de Loulé. Por essa época, esteve na aldeia uma professora do ensino primário que cantava muito bem, de seu nome Maria Nascimento Guerra Valente, conhecida por “Mariazinha”, natural de Moura, e que também cantava este hino e outras músicas, e que em Loulé, em representação da freguesia, numa outra ocasião, veio a ganhar um prémio de beleza e voz.

Deixamos aqui as duas versões da letra, sendo que a mais antiga alude à sociedade e, talvez por ter sido recuperada de memória, tem alguns lapsos de rima, onde devem faltar palavras ou versos. A segunda já refere as alterações urbanísticas do arranjo da estrada nacional em 1944-45, com “as casas de pedra à vista”, e tem a vantagem de nos ter chegado em versão escrita da época.³

³ A letra da versão mais antiga (provavelmente a original) foi recuperada de memória pelas D. Maria Mestra Guerreiro e D. Senhorinha Rodrigues, em 2011; a segunda versão (1950) foi guardada por escrito da época por Sebastião Tomás Rafael, que a transmitiu ainda em vida ao seu sobrinho Miguel Rodrigues, que a publicou.

Hino ao Ameixial (versão 1940)

Ameixial...
Terra cheia de beleza!
Com teus encantos,
Levas a todos os cantos,
Toda a alma portuguesa!
Ameixial!...
És um torrão ideal,
Que beleza encerras,
E o que cultivas nas terras
É o pão de Portugal!
Ameixial!...
Esta terra nos cobiça
Mesmo longe da cidade
Tens muito pão, muita cortiça,
Muita caça na verdade!
Ameixial!
Tens a grande sociedade,
Que brilha por sua vez,
Ao longe no céu dourado
É o sucesso honrado
Transportado do teu passado!
Ameixial!
Lá andam os aldeões
Agarrados ao arado
Relembrando tradições.
E com todo o seu fulgor,
Lá andam lavrando a terra
Com o suor do seu rosto
Com carinho e muito amor!

Hino ao Ameixial (versão 1950)

Ameixial...
Terra cheia de beleza!
Com teus encantos,
Levas a todos os cantos,
Toda a alma portuguesa!
Ameixial!...
És um torrão ideal,
Que beleza encerras,
E o que cultivas nas terras
É o pão de Portugal!
Ameixial!...
Transportando
Aquele passado,
Lá andam os aldeões,
Agarrados ao arado,
Relembrando tradições!
Ameixial!...
E com todo o seu fulgor,
A trabalhar com gosto,
E com carinho e amor
Lá andam regando a terra
Com o suor do seu rosto!
Ameixial!...
Tens a fonte de água férrea,
Que te dá muito valor!
És uma aldeia bairrista,
Com casas de pedra à vista,
Que te tornam num primor!
Ameixial!...
Tens muito trigo e cortiça,
Muita caça na verdade,
És uma aldeia singela,
E também a mais bela,
Onde brilha a mocidade!

Passando a outra área, ao domínio dos chamados fenómenos paranormais (ou assim eram entendidos), deixo aqui os seguintes registos:

Na localidade da Corte João Marques, por volta de meados do século passado, houve várias situações de pessoas que, de noite, encontraram no seu caminho, ou no local onde pernoitavam, uma luz, a meia altura, que os acompanhava ao longo de muitos metros, e ora se aproximava delas, ora se afastava, sem nunca as molestar. Alguns pastores que ficavam no campo à noite afirmavam que a viram e, não sabendo explicar o fenómeno, ficavam com medo e não queriam voltar para o campo, enquanto se conta que um deles (Augusto Madeira) não tinha medo nenhum e convivia bem com a situação. Mais do que uma vez, habitantes do monte tentaram em grupo ir à procura dela, mas não a viam, porque nem sempre aparecia.

Também se deve referir que o mesmo fenómeno deixou de acontecer nas últimas décadas, e hoje já quase está esquecido.

Ainda outra tradição local da freguesia era a de que, desde de tempos antigos, havia alguns locais secretos onde havia enterradas panelas cheias de moedas de ouro (localmente designadas por libras), e que algumas pessoas já tinham tido a oportunidade de as encontrar, o que tinha originado a sua riqueza de forma mais ou menos inesperada. Mas a informação também tinha algumas dificuldades: dizia-se que era preciso uma pessoa sonhar três noites seguidas com as moedas num determinado sítio, para esse local ficar certificado e o efeito se concretizar. Quando os sonhos aconteciam, a técnica era escavar o sítio, de forma o mais possível secreta, para evitar que os vizinhos viessem a saber, quer da tentativa, quer do sucesso, por motivos óbvios. É evidente que muitas pessoas procuraram o sonho e a sua concretização, mas nunca lhes aconteceu tal sorte, e regressaram ao seu pobre quotidiano sem um vislumbre de riqueza. Pelos vistos, os insucessos foram bem superiores aos sucessos...

XIV - Desportos e tempos livres

Não havendo os atuais meios de comunicação, a ocupação tradicional dos tempos livres da labuta diária fazia-se principalmente nas seguintes atividades/modalidades, por género e idades:

A- Jovens – rapazes e raparigas:

- Bailes populares – nas festas, feiras, carnaval, ou alguns sábados à noite ao longo do ano. Decorriam ao som geralmente do acordeão ou da harmónica, e eram especialmente frequentados pelos jovens ainda solteiros;

B – Rapazes jovens:

- Futebol – que teve dois períodos com um certo destaque: nos anos 1960, em que pela primeira vez houve uma equipa representativa, com equipamento próprio para os atletas, a jogar numa cerca junto ao antigo celeiro da FNPT; e depois nos anos 1980/90, com outra equipa do Grupo Desportivo Ameixialense, aproveitando agora a dinâmica provocada pela existência de um campo próprio (Montinho), adquirido o terreno e construído pela CML, que participou com mérito em vários torneios municipais de futebol de 11 e de salão. No dia-a-dia, a miudagem jogava à bola no largo junto ao citado celeiro;

- Burricadas – corridas de burros nos dias festivos;

- Convívio nas tabernas e cafés, bebendo cerveja e aguardente de medronho.

C – Homens adultos:

- A caça – que já vimos que era também um importante recurso económico para os ocais;
- Sueca – jogo de cartas muito apreciado pela população mais velha, ainda hoje frequente nos cafés da aldeia;
- Jogo da malha – jogado durante muitos anos no espaço onde hoje é o pequeno jardim no centro da aldeia. Era a malha ao ar, ao contrário da malha no solo, usado na sede do concelho;
- Convívio nas tabernas e cafés, bebendo cerveja e aguardente de medronho.

D – Raparigas e senhoras:

- Crochet, tricot, bordados;
- Ouvir rádio, principalmente os folhetins radiofónicos e os discos pedidos;

E – Crianças em idade escolar:

- Jogos infantis, de acordo também com o género:
 - Meninos: futebol, berlinde, pião, arco (*roda*), caricas nas bermas dos passeios, botão, galo, eixo, escondidas, corridas a pé ou bicicleta ou em carrinhos de rolamentos;
 - Meninas: macaca, 5 pedrinhas (*jancro*), bonecas, casinhas.

XV - Palavras e expressões locais

Na freguesia, bem como na Serra do Caldeirão em geral, ainda hoje se utilizam palavras e expressões típicas que pessoas de outras zonas do país têm alguma dificuldade em perceber. Muitas delas são arcaísmos da língua portuguesa, conservados localmente devido ao isolamento durante séculos, ou influência dos falares regionais do sul que aqui permaneceram, utilizados principalmente pelas pessoas mais velhas. Deixamos alguns exemplos:

- **Abalar**: partir, iniciar uma viagem;
- **Alaclara**: lacrau;
- **Almariado**: tonto;
- **Almece**: soro do leite, depois de feito o queijo;
- **Ameseio**: denúncia;
- **Andaço**: contágio; epidemia;
- **Andar às ambanetas**: andar aos solavancos;
- **Arramada**: estábulo;
- **Arrelvar**: fugir;
- **Bácoro**: leitão;
- **Barbatório**: barba grande;
- **Blé**: diminutivo de Manuel;
- **Bia**: diminutivo de Maria;
- **Bicoso**: esquisito no comer;
- **Bofes**: pulmões;
- **Borrefa**: vesícula produzida por queimadura ou fricção;
- **Calitro**: eucalipto;
- **Canudo**: tubo para soprar o lume;
- **Carcachada**: gargalhada;
- **Chibo**: cabrito;
- **Chumaço**: almofada grande;
- **Chumela**: almofada pequena; travesseiro pequeno;

- **Desalvorado**: desarvorado; passando a grande pressa;
- **Entenguido**: tolhido pelo frio;
- **Escalda-favais / espalha brasas / escramalha farelos**: pessoa que desestabiliza tudo à sua volta;
- **Escampar**: Parar de chover, durante um período de aguaceiros;
- **Escapa**: não é muito positivo, nem muito negativo; satisfaz;
- **Ervacum**: grande quantidade de erva;
- **Esgarrões**: Aguaceiros; chuvadas intensas e breves;
- **Esgroviado**: desmiolado; sem tino;
- **Esmangaritar-se**: desfazer-se; destruir-se;
- **Espojinho**: pequeno tornado;
- **Estremona**: ataque, convulsão;
- **Fugir**: no sentido de correr;
- **Galgueira**: cama feita incorretamente; desarrumada;
- **Gosma**: garganta irritada ou com muco;
- **Griséus**: ervilhas;
- **Guerreia**: luta; zaragata;
- **Indrominar**: enganar; ludibriar;
- **Infusa / quarta**: vasilha de barro para água;
- **Ludra**: turva, cor da água do rio em tempo de cheia;
- **Malandro**: preguiçoso; maroto;
- **Manco**: coxo;
- **Manteiga de porco**: banha;
- **Matinar**: pensar muito na mesma coisa; matutar;
- **Menza**: mesa;
- **Moer o juízo**: aborrecer outrem; chatear;
- **Moinante /marau /maltês**: que não é de confiança; errante; vagabundo;
- **Moiral**: (de maioral - principal) pastor de um rebanho de qualquer espécie de gado;
- **Não ter dúvida**: não ser muito negativo;
- **Não estar com elas todas na malhada**: não estar descansado; ter alguma preocupação por algo que aconteceu, ou se prevê que vá

acontecer;

- **Parvalhão**: tonto, idiota;
- **Pangaio**: Prateleira alta; cobertura débil;
- **Pial** ou **poial**: bancada interior ou banco corrido em pedra no exterior, onde as pessoas se sentavam a conversar;
- **Plengana**: tijela grande;
- **Poleirão**: eritema nodoso; paniculite;
- **Rabaceiro**: que come fruta verde; que não é esquisito no comer; que come tudo;
- **Rabino**: animal sem cauda (cortada);
- **Rasmorder**: resmungar, mostrar-se em desacordo entre dentes;
- **Soalheira**: encosta virada ao sul;
- **Sol-posto / sol-postinho**: ao pôr do sol;
- **Sombrinha**: chapéu de chuva/sol de senhora;
- **Talego**: pequena bolsa de pano;
- **Tanganho**: pequeno pau, graveto;
- **Ter avonde**: bastar, chegar;
- **Trampalhão**: mentiroso;
- **Umbria**: encosta virada ao norte;
- **Vocemecê**: Você (de vossa mercê);

São também notórias algumas influências alentejanas na pronúncia das palavras, mais no caso de pessoas com menos escolaridade e/ou que não costumam ler:

- Pronunciar os ditongos *ei*, dizendo *ê* (*lête*, em vez de *leite*);
- Nos verbos terminados em *ei*, dizendo *i* (*comeci*, *andi*, em vez de *comecei*, *andei*);
- Acrescentar um *i* a palavras terminadas em *e* (*caféi*, *bonéi*, em vez de *café*, *boné*);
- Acrescentar um *a* no início de palavras começadas por *r* (*arrabiça*, em vez de *rabiça*; *arrã*, em vez de *rã*; *arramada*, em vez de *ramada*);

- Uso generalizado do gerúndio, em vez do infinitivo: estou comendo, estudando, trabalhando, lavrando, etc. (algo que não é só do sul de Portugal, mas também comum no português do Brasil).

Índice

	Páginas
O Autor.....	5
Introdução	7
I - Heráldica.....	9
II - Geografia.....	11
III - Evolução demográfica.....	21
IV - História	27
V - Economia	51
VI - Relações sociais	59
VII - Infraestruturas: Comunicações e Transportes, Água e Eletricidade.....	67
VIII - A igreja paroquial e outros edifícios religiosos .	83
IX - Outros edifícios públicos e locais de interesse .	99
X - Património construído	109
XI - Festas, feiras e romarias	119
XII - Costumes e tradições	125
XIII - Lendas, narrativas e estórias locais.....	135
XIV - Desportos e tempos livres	141
XV - Palavras e expressões locais	143
Índice	147
Bibliografia	149

Bibliografia

- Fontes impressas

- **BARROS, Pedro; MELRO, Samuel; ESTRELA, Susana** – *“Na Descoberta das Estelas Epigrafadas de Loulé”* – Loulé – Territórios, Memórias, Identidades – Museu Nacional de Arqueologia / Museu Municipal de Loulé – Imprensa Nacional - 2017

- **CARNEIRO, Maria Isabel S.** – *“As Casas dos Cantoneiros do Algarve: da conservação das estradas a património a conservar”* – Tese de dissertação de mestrado – Universidade Aberta – Lisboa 2011. (versão online);

- **FREITAS, Pedro de** – *“Quadros de Loulé Antigo”* – Ed. Câmara Municipal de Loulé – 1980;

- **GONÇALVES, Victor; SOUSA, Ana Catarina** – *“Pré-História: Antigas Sociedades Camponesas”* in Catálogo da Exposição *“Loulé – Territórios, Memórias, Identidades”* – Ed. Museu Nacional de Arqueologia, Museu Municipal de Loulé e Imprensa Nacional – 2017;

LAMEIRA, Francisco I. C. – *“Inventário Artístico do Algarve – Vol. VIII -Concelho de Loulé”* – Ed. Del. Reg. do Algarve da Sec. Estado da Cultura – Faro – 1991;

LOPES, João Baptista Silva – *“Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve”* – 1841. Reeditado pela Algarve em Foco em 1988.

- **LOURO, M. F. Estanco** – *“O Livro de Alportel”* – Lisboa - 1929, reeditado pela CM S. Brás de Alportel em 1986

- **MACHADO, António do Canto e CARDOSO, António Monteiro** – *“A Guerrilha do Remexido”* – Publ. Europa-América – Col. Estudos e Documentos – 175 – Lisboa;

- **MAGALHÃES, Joaquim Romero** – *“Algarve Económico durante o século XVI”* – Edições Cosmos – Lisboa 1970.
- **MAGALHÃES, Joaquim Romero** – *“O Algarve Económico 1600-1773”* – Ed. Estampa – 1988
- **MAGALHÃES, Joaquim Romero** - *“O Livro das Avaliações das Fazendas de 1564”* – in Revista Al-Ulyã – CML – Nº 19 - 2018
- **MARTINS, Isilda Maria Pires** – *“Arqueologia do Concelho de Loulé”* - Ed. Câmara Municipal de Loulé – 1988.
- **OLIVEIRA, Francisco Xavier d’Ataíde** – *“As Mouras Encantadas e os Encantamentos do Algarve”* – 1898 - nova edição Notícias de Loulé - 1996
- **OLIVEIRA, Francisco Xavier de Ataíde** – *“Monografia do Concelho de Loulé”* – 1905 – Reeditada pela Algarve em Foco Editora – 1986
- **PALMA, Luís** – *“Azenhas, Moinhos de rodízio e de vento do concelho de Loulé”* – Atas do 5º Congresso do Algarve – 1988 – Racal Club de Silves
- **SILVA, António Rodrigues da** – *“Resposta ao Inquérito Nacional (Memórias Paroquiais)”* de 1758 – Torre do Tombo – Memórias Paroquiais – Livro 3 – Memória 66 – Folha 499. Editado pela revista do Arquivo Municipal de Loulé, “Al – Ulyã” – nº 10 - 2004, por Luísa Martins.

Blogosfera / Outras Publicações

<https://genealogiafb.blogspot.com/2015/05/boletins-individuais-de-militares-do.html>[30-09-2020]

- Jornal “Público” – artigos sobre a Pneumónica de 1918 – Isabel Salema (27-3-2020) e Idálio Revez (27-11-2020);

- Brochura da Exposição “*A Saúde de uma Comunidade*” (Loulé – 1ª metade do séc. XX) – CM Loulé – 2020 - Luísa Martins e João Sabóia.

Fontes de arquivo

- Arquivo Distrital de Faro

- PT/ADFAR/ACD/JAE/113/0002; 113/0012; 113/0015; 113/0016; 113/0018; 125 (*construção Estrada Nacional nº 17 – Ameixial /Ribeira do Vascão e Ponte do Vascão – 1912-13*);

- PT/ADFAR/ACD/JAE/113/0028; 113/0032; 113/0035; 169/0055; 169/0120; 65; 169/0055; 125 (*construção da Estrada Nacional nº 19 e Ameixial – 1934-49*);

- PT/ADFAR/PRQ/LLE03 (Arquivo paroquial do Ameixial).

- Arquivo Municipal de Loulé

- “*Livro de Atas da Vereação – CML – 1622/23 e 1625*”;

- “*Livro de Atas da Vereação – CML – 1877-1880*”;

- “*Livro de Contas da Confraria do Santíssimo Sacramento do Ameixial – 1835-1866*”.

- “*Livros de Contabilidade da CML (Despesas) - 1908-30*”.

Fontes orais

- António Cavaco Mestre;
- Custódio Pires;
- Hélder J. Garvão Sinfrónio;
- José Mateus F. Palma;
- Julieta V. Santos Miguéis
- Maria Mestra Guerreiro;
- Raúl D. Luís.